

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
CIDADES

Frederico Santiago Lima

A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE: UMA
DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA DE OFERTA DE CURSOS E SUA INSERÇÃO
REGIONAL.

CAMPOS DOS GOYTACAZES
Março de 2017

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
CIDADES

Frederico Santiago Lima

A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE: UMA
DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA DE OFERTA DE CURSOS E SUA INSERÇÃO
REGIONAL.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em
Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade
Candido Mendes – Campos dos Goytacazes - RJ, como
requisito para a obtenção do grau de MESTRE EM
PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Orientadora: Prof^a: Ludmila Gonçalves da Matta, D. Sc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES
Março de 2017

FICHA CATALOGRÁFICA

L732i Lima, Frederico Santiago.

A implantação do campus Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense: uma discussão sobre a proposta de oferta de cursos e sua inserção regional./ Frederico Santiago Lima.– 2017.

140 f. il.

Orientadora: Ludmila Gonçalves da Matta.

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades– Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2017.

Bibliografia: f124-131.

1. Planejamento Regional. 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense). 3. Inserção Regional. 4. Conexões com o perfil socioeconômico da Microrregião de Santo Antônio de Pádua (MSAP). 5. Mapeamento das Potencialidades. I: Universidade Candido Mendes – Campos. II. Título.

CDU: 711.2: 377 (1-21)(815.3S)

FREDERICO SANTIAGO LIMA

A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE: UMA DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA DE OFERTA DE CURSOS E SUA INSERÇÃO REGIONAL.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes - RJ, como requisito para a obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Aprovada em 31 de março de 2017

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Ludmila Gonçalves da Matta, DSc. – Orientadora
Universidade Candido Mendes

Prof. Valdir Junior dos Santos, DSc.
Universidade Candido Mendes

Prof. Gerson Tavares do Carmo, DSc.
Universidade Estadual do Norte Fluminense

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.
2017.

Dedico este trabalho aos meus pais, meus exemplos, pelos ensinamentos marcantes ao longo da vida, permitindo meu crescimento pessoal e profissional, e por sempre apoiarem minhas escolhas. Aos meus irmãos, primos, em especial César Nunes, enfim, toda a minha família. À minha esposa Rosângela Pimentel Martins, pelo apoio incondicional em todos os momentos, principalmente, suportando meu mau humor durante o curso. Agradeço a vocês docentes, pelo incentivo e carinho com os alunos. Agradeço aos meus amigos de turma, pois sem vocês não seria possível concluir o curso. Por fim, agradeço a Deus por colocar todos vocês em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, pelo cuidado e presença em todos os momentos da minha vida. Por ter me dado força e saúde para superar as dificuldades encontradas durante a trajetória como aluno do Mestrado.

À minha esposa, Rosângela Pimentel Martins, que soube, ao longo deste período de estudos, compreender os meus momentos de angústia e nervosismo, me incentivando sempre nessa trajetória.

À minha orientadora, Ludmila Gonçalves da Matta, pela paciência, atenção, disponibilidade e pela orientação sempre acompanhada de ótimas sugestões. Obrigado por acreditar em mim e por me fazer crescer um pouco na vida acadêmica.

Aos professores e membros da banca, Valdir Junior dos Santos e Gerson Tavares do Carmo pela atenção dispensada e pelos comentários e reflexões importantes. Aos professores, meu muito obrigado, pelas aulas enriquecedoras e pelo conhecimento proporcionado.

Aos meus amigos de turma, que tanto faz falta em minha vida, pelo fato da distância. Vocês me fizeram corroborar que a vida sem amigos como vocês não tem sentido algum. Com vocês pude dividir momentos inesquecíveis, com opiniões que tanto enriqueceram nossos trabalhos.

Ao Instituto Federal Fluminense pelo incentivo a qualificação dos seus servidores. Expresso também meu agradecimento aos servidores Técnico Administrativos do Campus Santo Antônio de Pádua, por terem me apoiado sempre, pela compreensão, amizade e parceria. A vida fica menos complicada quando temos pessoas como vocês, que tanto faz bem para minha vida pessoal e profissional!

RESUMO

A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE: UMA DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA DE OFERTA DE CURSOS E SUA INSERÇÃO REGIONAL.

Desde o ano de 2005 vimos emergir importantes mudanças em relação à expansão e oferta de cursos na área de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. O processo de expansão da Rede Federal iniciado em 2005, principalmente a partir da criação dos Institutos Federais no ano de 2008 tem como importante norteador a interiorização da oferta de cursos de EPT, o que tem suscitado o debate sobre as possibilidades e limites da interiorização contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local e regional, potencializando os arranjos produtivos, sociais e culturais, conforme preceitua a Lei 11.892/08, que criou essas instituições. Tendo em vista essa temática, propomos nesse trabalho fazer uma análise da implantação do Campus Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense) a partir de sua inserção regional e suas conexões com o perfil socioeconômico da Microrregião de Santo Antônio de Pádua (MSAP). Para elaborar esta dissertação foi realizada uma revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa de dados estatísticos e entrevistas. As entrevistas foram realizadas com 3 gestores do IFFluminense que participaram e/ou participam diretamente do processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua e foram realizadas entre os dias 12 e 15 de dezembro de 2016, por meio de roteiros de entrevistas semiestruturados, que estão em anexo. O objetivo das entrevistas foi verificar como ocorreu o processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua, incluindo a escolha dos cursos ofertados e a participação da sociedade civil e do setor produtivo local nesse processo de escolha dos cursos. A Partir dos dados das entrevistas foi possível verificar que o IFFluminense não possui como práxis, realizar o mapeamento das potencialidades, de forma institucional, como instrumento para subsidiar as tomadas de decisão em um processo de implantação de um novo Campus. Dessa forma, constatamos que a proposta da implantação do Campus Santo Antônio de Pádua pouco se articulou com o perfil da economia local e regional a qual foi instalada.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense). Inserção Regional. Conexões com o perfil socioeconômico da Microrregião de Santo Antônio de Pádua (MSAP). Mapeamento das Potencialidades.

ABSTRACT

THE DEPLOYMENT OF THE FLUMINENSE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY CAMPUS IN SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA: A DISCUSSION ABOUT A COURSES-OFFERING PROPOSAL AND ITS REGIONAL INSERTION

Since the year of 2005 we have seen important changes related to expansion and offering of courses in the area of Professional and Technological Education (PTE) in Brazil. The Federal Schooling Network expanding process started in 2005, mainly placed after the creation of Federal Institutes in 2008, has the internalization of PTE courses offering as its significant guiding, which has emerged a debate about the possibilities and limits of internalization's contribution to the local and regional social-economic development, optimizing productive, social and cultural arrangements, according to the Law 11.892/08, responsible for the institutes creation. Taking into consideration this issue, we suggest in this project to analyze the Campus Santo Antonio de Padua from Fluminense Federal Institute of Education, Science and Technology installation (Fluminense FI), after its regional insertion and its connection with the socio-economic profile at the Micro Region of Santo Antonio de Padua (MRSAP). In order to elaborate this dissertation, we held a bibliographic search about this theme, we collected data and documents about the expanding process, and also conducted a set of interviews with managers from Fluminense FI who participated or take a direct part of the process around Santo Antonio de Padua Campus. The goal of these interviews was to verify how occurred the process of implementing this Campus, including the choice of offered courses and the civil society and local productive sector's participation in this proceeding courses election. After the collected information, it was possible to verify that Fluminense FI does not get as praxis to perform potentialities mapping in an institutional manner, as an instrument to subsidize decision-making in a new implementing Campus procedure. Therefore, we noted that the implementing of Santo Antonio de Padua Campus fairly coordinated with the local and regional economic profile in which it was settled.

KEYWORDS: Fluminense Federal Institute of Education, Science and Technology. Regional Insertion. Connection with the socio-economic profile at the Micro Region of Santo Antonio de Padua (MRSAP). Potentialities mapping.

LISTA DE FIGURA, QUADRO E TABELAS.

Figura 1.	Mapa dos Municípios de procedência dos alunos do Campus Santo Antônio de Pádua.	90
Quadro 1.	Cidades e Estados onde foram constituídas as Sedes das Reitorias dos Institutos Federais.	53
Tabela 1.	Nível de alcance da universalização da educação básica até 2014.	28
Tabela 2.	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - em unidades.	50
Tabela 3.	Demonstrativo do número de campi da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por Estado.	57
Tabela 4.	População residente, área total e densidade demográfica do ERJ, Região NOF e dos municípios da MSAP.	61
Tabela 5.	Evolução da população residente nos municípios da MSAP.	62
Tabela 6.	População urbana e rural residente nos municípios da MSAP no ano de 2010.	63
Tabela 7.	População residente no ERJ, Região NOF e nos municípios da MSAP, por grupos de idade, em porcentagem.	64
Tabela 8.	População em idade ativa e economicamente ativa, por Município no ano de 2010.	65
Tabela 9.	Participação do PIB dos setores na economia do ERJ, Região NOF e dos Municípios da MSAP, no ano de 2012.	66
Tabela 10.	Número de estabelecimentos por setor, no ERJ, Região NOF e nos municípios da MSAP (2012.)	68
Tabela 11.	Total de empregos formais por setor, no ERJ, Região NOF e nos municípios da MSAP (2012.).	70
Tabela 12.	Arrecadação do ERJ e dos municípios da MSAP, relacionado aos royalties nos anos de 2013 a 2015.	74

Tabela 13.	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos Municípios da MSAP, 2000 e 2010.	76
Tabela 14.	Número de escolas públicas e privadas na MSAP.	78
Tabela 15.	Procedência dos alunos do Campus Santo Antônio de Pádua.	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL.	Arranjo Produtivo Local.
BM.	Banco Mundial.
CAGED.	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.
CEFET.	Centro Federal de Educação Tecnológica.
CF /1988.	Constituição Federal de 1988.
CONSUP.	Conselho Superior.
DRM.	Departamento de Recursos Minerais.
EaD.	Educação à Distância.
EC.	Emenda Constitucional.
EJA.	Educação de Jovens e Adultos.
EPT.	Educação Profissional e Tecnológica.
ERJ.	Estado do Rio de Janeiro.
E-TEC.	Escola Técnica Aberta do Brasil.
FAETEC.	Fundação de Apoio a Escola Técnica.
FASAP.	Faculdade Santo Antônio de Pádua.
FHC.	Fernando Henrique Cardoso.
FIC.	Formação Inicial e Continuada.
FIRJAN.	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.
FUNDEB.	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
IBGE.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH.	Índice de Desenvolvimento Humano.
IDHM.	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

IFFluminense.	Instituto Federal Fluminense.
IPEA.	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
LDB.	Lei de Diretrizes e Bases.
MEC.	Ministério da Educação.
MP.	Medida Provisória.
MSAP.	Microrregião de Santo Antônio de Pádua.
NOF.	Noroeste Fluminense.
OCDE.	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC.	Organização Mundial do Comércio
ONU.	Organização das Nações Unidas
PEA.	População Economicamente Ativa
PIA.	População em Idade Ativa
PIB.	Produto Interno Bruto
PMDB.	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE.	Plano Nacional de Educação
PNUD.	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC.	Projeto Pedagógico de Curso
PROEJA.	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PT.	Partido dos Trabalhadores
RAIS.	Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE.	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC.	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI.	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC.	Secretaria de Educação Tecnológica
SINDGNAISSES.	Sindicato de Extração e Aparelhamento de Gnaisses no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro
UFF.	Universidade Federal Fluminense
UNED.	Unidade de Ensino Descentralizada

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.	17
2.	OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL.	23
2.1.	A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS AVANÇOS NA EDUCAÇÃO: UNIVERSALIZAÇÃO; DESCENTRALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.	24
2.2.	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS: A ÉGIDE DO DECRETO 2.208/97.	32
2.3.	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA A PARTIR DO DECRETO 5.154/2004: PERÍODO DE TRANSIÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA, PEDAGÓGICA E FÍSICA.	41
2.3.1.	Fase I da expansão (2005-2006).	51
2.3.2.	Fase II da expansão (2007 a 2010).	52
2.3.3.	Fase III da expansão (2011-2020).	56
3.	CARACTERIZANDO A MICRORREGIÃO DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA.	59
3.1.	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS: POPULAÇÃO RESIDENTE; POPULAÇÃO URBANA E RURAL; POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA; POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA; E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA.	61
3.2.	ASPECTOS ECONÔMICOS: PIB; NÚMERO DE EMPRESAS; SETORES DE ATIVIDADES QUE MAIS EMPREGAM; ROYALTIES.	75
3.3.	ASPECTOS SOCIAIS: IDH; IDHM; REDE ESCOLAR.	75
4.	A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA.	81
4.1.	A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA DO IFFLUMINENSE NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.	81

4.2.	PERFIL DOS CURSOS: PROJETOS DOS CURSOS; PROCESSO SELETIVO; NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS; PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS.	84
5.	PROBLEMATIZANDO A PROPOSTA DE OFERTA DE CURSOS E SUA INSERÇÃO REGIONAL.	91
5.1.	O PROCESSO INICIAL DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA DIANTE DOS RELATOS DOS ENTREVISTADOS.	92
5.2.	AS CONSIDERAÇÕES DOS ENTREVISTADOS SOBRE OS CURSOS OFERTADOS NO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA E O MAPEAMENTO DAS POTENCIALIDADES.	97
5.3.	CONEXÕES DO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA COM O PERFIL MICRORREGIONAL DE IMPLANTAÇÃO.	113
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.	120
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	124
	APÊNDICE I: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO REALIZADO COM O ENTREVISTADO 1.	132
	APÊNDICE I: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO REALIZADO COM O ENTREVISTADO 2.	135
	APÊNDICE III: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO REALIZADO COM O ENTREVISTADO 3.	138

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a implantação do Campus Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, considerando a oferta de cursos e suas conexões com o perfil socioeconômico da Microrregião de Santo Antônio de Pádua, tendo em vista a proposta de regionalização presente no projeto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que inclui a criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Compreender a relação do Instituto Federal com o território é importante em razão das mudanças institucionais ocorridas após a promulgação da lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. A referida lei teve como princípio instituir a nova Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dando origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (BRASIL, 2008).

A partir de então, o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional passam a emergir de forma mais explícita nos propósitos e políticas institucionais. Porém, o alcance desse desenvolvimento é algo complexo, pois demanda a participação de diversos atores inseridos no território. De acordo com a Lei 11.892/08, os Institutos Federais precisam desenvolver suas ações considerando as especificidades do território de implantação, dialogando com os segmentos da sociedade. (BRASIL, 2008). É necessária a participação dos atores existentes, entre eles, o setor produtivo local, para que se possa elevar o nível de contribuição do Instituto Federal de Educação para a região.

Dessa forma, a questão a ser analisada é se o IFFluminense, mais especificamente o Campus Santo Antônio de Pádua, buscou esse diálogo durante o processo de implantação e se considerou as potencialidades da região para implementar os cursos.

Pelo fato de vivermos sob a égide do sistema capitalista, em que a obtenção do conhecimento ocorre muitas vezes pela necessidade de se alcançar o retorno financeiro, o sistema educacional tem deixado de lado a formação emancipatória¹, que deveria fazer parte da proposta pedagógica dos Institutos Federais, visando promover a formação integrada do cidadão, potencializando nos alunos uma postura humana, permeada por valores críticos à contestação social, política e econômica dentro do território.

Os Institutos Federais, de acordo com a Lei 11.892/08, que criou estas instituições, deve formar cidadãos que sejam detentores da dignidade, que possam projetar seu próprio futuro, não levando em consideração apenas a ascensão financeira, mas principalmente, a criação de uma identidade com seu território. Dessa forma, a educação deve ser compreendida não apenas como um instrumento para fornecer mão-de-obra, mas sim como formação humana, cidadã e socialmente constituída em seus diversos aspectos. (BRASIL, 2008). Nesse contexto é que se insere a discussão da dissertação. É fundamental que os Institutos Federais além de promover uma educação emancipatória, desenvolva suas ações considerando as características socioeconômicas locais, com base em um mapeamento das potencialidades, dialogando com o setor produtivo, por exemplo.

No artigo 6º, inciso I, da Lei 11.892/08, é possível observar as características e finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o que corrobora essa intencionalidade institucional: “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando

¹ Em Libâneo (2004), a perspectiva emancipatória tem íntima relação com a democratização da escola. Ao discutir os dilemas da sociedade contemporânea e as novas demandas educacionais, entende que os processos educativos devem proporcionar a formação autônoma dos sujeitos, o que depende de uma visão crítica e questionadora do mundo. Assim, é fundamental que a escola se comprometa com a aprendizagem crítica dos conteúdos de ensino.

cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.” (BRASIL, 2008).

O intuito não é apenas formar profissionais, mas promover uma formação cidadã qualificada, capaz de atuar no mundo do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local e regional, assim como contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. (BRASIL, 2008).

Seria importante que a Educação Profissional e Tecnológica fosse compreendida como instrumento de emancipação do cidadão e não como simples formadora de mão de obra para o mercado de trabalho. Isso requer uma formação mais humanística, voltada para o “ser” enquanto sujeito, contribuindo para a construção de uma sociedade consciente de seus direitos e deveres, ao contrário do que ocorre com uma formação reducionista e tecnicista. Essa transformação na educação exposta aqui requer uma formação com sentido, significativa para a vida em sociedade. (PACHECO, 2012).

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, iniciada em 2005, deu nova conformação a esta rede, realizando uma reestruturação administrativa, pedagógica e física, elevando o número de campi existente de 140, até o ano de 2002, para 644 em todo o país no ano de 2016. O Campus Santo Antônio de Pádua integra o IFFluminense, no qual possui 12 campi, incluindo o pólo de inovação. Ele é um Campus que ainda se encontra em processo de implantação, o que afeta diretamente a parte administrativa/orçamentária até o quinto ano de funcionamento. Sua implantação ocorreu na fase III da expansão.

O Campus Santo Antônio de Pádua está localizado no Noroeste Fluminense (NOF), e por ser uma região carente de investimentos, é importante problematizar até que ponto os cursos oferecidos nesse Campus do IFFluminense podem contribuir para o desenvolvimento da região.

O escopo teórico da pesquisa foi subsidiado por autores como: Claudio de Moura Castro (2013); Dermeval Saviani (2013); Eliezer Pacheco (2012); Gaudêncio

Frigotto (2001; 2003; 2005; 2006; 2007; 2008; 2012); Maria Ciavatta (2003; 2005; 2012); Marise Ramos (2002; 2005; 2008; 2012); e Simon Schwartzman (2013).

Para elaborar esta dissertação foi realizada uma revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa de dados estatísticos e entrevistas. Foi realizada uma revisão bibliográfica abordando a temática da educação na Constituição Federal de 1988 (CF de 1988), e os dispositivos que versam sobre a EPT neste documento. O contexto neoliberal dos anos 1990 e início de 2000, assim como sua relação com os Decretos 5.154/04 e 2.208/97 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) também foram objetos de análise. Dessa forma, buscamos demonstrar como ocorreu a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, iniciada em 2005.

Em relação à análise documental, foram analisados diversos documentos referentes ao processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua, incluindo a ata de audiência pública e as proposições recebidas pelo IFFluminense via email disponibilizado na própria audiência pública realizada. Para realizar o levantamento dos dados estatísticos referentes aos Municípios da MSAP, utilizamos a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de pesquisas de Instituições como a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Além desses procedimentos, realizamos um conjunto de entrevistas com roteiros semiestruturados a gestores do IFFluminense. Foram entrevistados 3 servidores que participaram e/ou participam diretamente do processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua. Essas pessoas estiveram diretamente ligadas nas tomadas de decisões para implantação do Campus. Para que seja resguardada a identidade de cada um deles, utilizamos a seguinte forma para diferenciá-los: Entrevistado 1; Entrevistado 2; e Entrevistado 3.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 12 e 15 de dezembro de 2016 e foram elaborados 3 roteiros de entrevistas semiestruturados, que estão em anexo,

sendo um para cada entrevistado. Embora tenham sido elaborados roteiros de entrevistas distintos, os conteúdos de diversas perguntas se aproximam.

O objetivo das entrevistas foi verificar como ocorreu o processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua do IFFluminense, incluindo a escolha dos cursos ofertados. Além disso, buscou-se compreender como foi a participação da sociedade civil e do setor produtivo local nesse processo de escolha dos cursos, assim como as perspectivas futuras para o referido Campus em relação a novos cursos ou extinção dos já existentes.

A dissertação ficou estruturada em 4 capítulos: o primeiro cujo título é “Os caminhos da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil”, foi abordada a temática da educação na Constituição Federal de 1988, incluindo o tratamento dado à Educação Profissional e Tecnológica. Nesse capítulo consta também uma análise dos Decretos 2.208/97 e 5.154/04, sendo o primeiro no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no período entre 1995-2002, e o segundo no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), período entre 2003-2010. Por fim, foi exposto o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ocorrida a partir do ano de 2005.

O segundo capítulo, cujo título é “Caracterizando a Microrregião de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua”, contém um levantamento das informações sobre o perfil socioeconômico da MSAP. O intuito foi de construir um panorama sobre as características socioeconômicas e produtivas dos municípios, a fim de possibilitar uma análise de possíveis conexões entre esse perfil e a oferta de cursos. A partir dos levantamentos obtidos, as ações desenvolvidas pelo Campus Santo Antônio de Pádua poderão ser problematizadas frente ao perfil da microrregião de abrangência.

O terceiro capítulo, cujo título é “A implantação do Campus Santo Antônio de Pádua”, contém a apresentação da dinâmica da implantação do Campus Santo Antônio de Pádua dentro do contexto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. São demonstrados aspectos referentes ao processo de implantação, abordando desde a doação do terreno por parte da

Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua, passando pelo perfil dos cursos ofertados no ano de 2016 até chegar à procedência dos discentes atendidos.

O quarto capítulo, cujo título é “Problematizando a proposta de oferta de cursos e sua inserção regional”, são apresentadas as informações referentes às entrevistas com os gestores que participaram e/ou participam do processo de implantação. O objetivo foi verificar se houve mapeamento das potencialidades da região de abrangência do Campus para que pudesse contribuir para a definição dos cursos oferecidos e as possíveis vinculações entre as ações desenvolvidas no processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua e as características da microrregião de implantação.

Por ser servidor do Campus Santo Antônio de Pádua do IFFluminense, o autor desse trabalho buscou realizar uma pesquisa que tenha relevância para nortear as novas ações do Campus em implantação, e principalmente, para que essas ações sejam planejadas de modo a contribuir para o desenvolvimento da região na qual está inserido, de forma que atenda não apenas as demandas do capital, mas que contribua para uma transformação socioeconômica da região de abrangência do Campus.

Para que as ações desenvolvidas contribuam para a região, é fundamental o estreitamento de laços entre a Instituição e o território atendido. Essa atitude externa o desafio que deve ser enfrentado por todos os atores envolvidos nesse contexto.

2. OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

Neste capítulo foi realizada uma abordagem da temática da educação na Constituição Federal de 1988. Dessa forma, foram expostos os avanços da educação na legislação, assim como, os desafios que precisamos enfrentar para que os processos de universalização e descentralização sejam efetivados de forma a contribuir para uma educação pública de qualidade. Foi feita também uma análise no texto Constitucional de 1988 para identificar os dispositivos que versam sobre a EPT neste documento.

Além disso, buscou-se analisar a dinâmica da EPT frente ao contexto neoliberal da última década do século XX e início do século XXI, assim como, a mudança para o Decreto 5.154/04, que possibilitou alterações na EPT. Para isso, foi necessário discutir o conteúdo aprovado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos Decretos 2.208/97 e 5.154/04. Os dois últimos foram objetos de grande embate não só político, como também no campo pedagógico para sua aprovação. O primeiro reforçava um paradigma de educação aligeirada, voltada apenas para satisfazer as necessidades do capital, dissociando o ensino técnico do propedêutico. Já o segundo, busca priorizar uma educação integrada, omnilateral, estando mais próximo do que preconiza a CF de 1988 em relação à educação de qualidade.

Por fim, demonstramos como a mudança do contexto econômico e político acabou refletindo na EPT, mais especificamente na reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, iniciada em 2005. O plano de

expansão delineado a partir do Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que teve início em 2003, e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no ano de 2008 são exemplos analisados.

2.1. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS AVANÇOS NA EDUCAÇÃO: UNIVERSALIZAÇÃO; DESCENTRALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

A CF/1988 foi promulgada em 05 de outubro, pelo então presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães. De acordo com Veronese e Vieira (2003), o processo constituinte que resultou na Carta Magna de 1988 teve ampla participação popular, talvez a maior na história do constitucionalismo nacional pátrio. A comunidade educacional se mobilizou, fazendo-se presente nos diversos debates ocorridos.

A CF/1988 deu um tratamento para a educação de forma a considerá-la condição indissociável para se ter uma vida digna. Foi imposto ao poder público o dever de promover esse direito que é de interesse coletivo. O caráter universal e descentralizado é consagrado nesta carta, com isso todo cidadão passou a ter, teoricamente, o direito a uma educação de qualidade.

De fato, a aprovação da Constituição fecha uma década de grande mobilização e de conquistas no campo educativo. Assim, se os anos de 1980 foram classificados, do ponto de vista econômico, como a “década perdida”, no campo da educação estes anos se configuraram como uma década de importantes ganhos. (SAVIANI, 2013, p.2013).

Segundo Neves (1999), a CF de 1988 buscou trazer alterações nos aspectos sociais, tentando dar conta das diversas transformações ocorridas, por exemplo, nas relações de poder e na economia, nas últimas duas décadas que antecederam a promulgação.

Assim, a educação foi inserida como um direito social, conforme é possível verificar no artigo 6º da CF/1988:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

A constitucionalização da educação como direito, busca resguardar e preservar a democratização do acesso, além de propiciar a garantia de todo cidadão acessar esse direito constituído. Ao afirmar o alcance universal no artigo 6º da CF de 1988, dentre eles a educação, como um direito social de todos, corrobora seu caráter universal.

No artigo 205 da CF de 1988 fica explícita a responsabilidade tanto do Estado quanto da família em oportunizar uma educação que possa promover o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, contando com a colaboração da sociedade. (BRASIL, 1988).

Complementando este artigo, o artigo 208 da CF de 1988 explicita como essa obrigação do Estado deve ser efetivada. Assim, consta a obrigação em relação à educação básica gratuita e obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; a universalização do ensino médio; estabelece o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência; garante educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. Logo, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo, importando responsabilidade da autoridade competente em caso do não oferecimento ou sua oferta de forma irregular. (BRASIL, 1988).

Diante disso, a forma como foi exposto na CF de 1988 o direito à educação, evidencia que devesse buscar proporcionar condições para um desenvolvimento pleno de diversas potencialidades do indivíduo, não se limitando às exigências do mercado de trabalho. Assim, é preciso oportunizar as condições necessárias para que o aluno cresça nos planos físico, intelectual, criativo, social e moral. (DUARTE, 2007).

Os dispositivos contidos nesta constituição demonstram o caráter universal que deve ter a educação. Sua inclusão como um direito social foi uma conquista significativa. Ao ser inserido como direito social evidencia a amplitude democrática de seu alcance. Corroborando com esse pensamento, têm-se Costa (2009):

A educação garante o desenvolvimento e a autonomia da pessoa transformando o indivíduo e conseqüentemente a sociedade, sendo assim, constitui-se em importante instrumento para viabilizar outros direitos e a própria democracia participativa que é imprescindível para viabilizar o verdadeiro Estado Constitucional. Tendo em vista a alta significação social e econômica do direito à educação, a grande relevância da universalização da educação básica se justifica, pois se constitui na primeira etapa para a efetividade deste direito. Por meio da educação básica a pessoa poderá desenvolver suas habilidades e competências de forma mais eficiente e ser capaz de fazer suas próprias escolhas, fazendo uso consciente do seu direito de liberdade. (p.3481).

Além de garantir o simples acesso, garantir um aprendizado de qualidade e equidade é fundamental para tornar o direito à educação um processo qualitativo. A Emenda Constitucional 59/2009 (EC 59/2009) expressa isso ao alterar o § 3º do art. 212 da CF de 1988, passando a vigorar com a seguinte redação: “A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação”. (EC 59/2009).

Embora tenhamos uma legislação que assegura a universalização como um direito, é uma luta constante não deixar ocorrer um distanciamento entre o que está escrito nos dispositivos constitucionais e infra-constitucionais e o que está posto na realidade das escolas. Logo, esta luta deve ser contrária aos possíveis descompassos nas ações desenvolvidas no âmbito educacional, gerados pela falta de entendimento do que seja universalização e como fazer com que este avanço constitucional seja efetivado.

A universalização enseja não apenas o direito ao acesso, mas principalmente a permanência e o êxito na escola, muitas vezes alcançados apenas com políticas públicas que tem o interesse de intensificar esse processo de universalização, tendo no Estado, na família e na sociedade, importantes contribuições para sua realização.

Promover políticas públicas com a intenção de buscar atingir apenas o quesito acesso pode ser uma ação fadada ao fracasso, pois este, juntamente com as ações voltadas para a permanência e o êxito deve ser pensado de forma indissociável.

O artigo 214 da CF de 1988 estabeleceu a necessidade de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE). No ano de 1996, por meio da LDB 9.394/96, foi estipulado o prazo de um ano para este ser encaminhado ao Congresso Nacional. Porém, o primeiro PNE foi aprovado apenas no ano de 2001 pela Lei 10.172. Atualmente está vigente o PNE que compreende o decênio 2014-2024.

O PNE tem como objetivo definir diretrizes, metas, objetivos e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino nos diversos níveis, modalidades e etapas, por meio de ações integradas dos poderes públicos nas diferentes esferas federativas, enfatizando o princípio da descentralização, além de propiciar uma articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração. (EC 59/2009).

Dessa forma, podemos verificar que diversas leis e dispositivos elaborados a partir da CF 1988 teve como princípios norteadores algumas propostas, a saber: a erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino, incluindo a formação para o trabalho; e o estabelecimento de metas para aplicação de recursos públicos em educação tendo como referência o produto interno bruto (PIB). (BRASIL, 1988).

A respeito da universalização, Costa (2009) ratifica que, esta compreende a garantia do acesso ao sistema educacional a todos que desejam dele usufruir, evitando a evasão escolar, criando condições reais para que o discente possa concluir o ciclo escolar e garantir o efetivo aprendizado de qualidade, tornando o destinatário do direito a educação apto a exercer a sua cidadania e se tornar capacitado ao trabalho. Assim, ao usufruir de forma plena do direito à educação, a pessoa poderá estar inserida, de fato e de direito na sociedade, como ser independente, autônomo e livre.

De acordo com a meta 3 do PNE 2014-2024, a universalização do atendimento escolar dos alunos de 4 a 17 anos de idade deverá ocorrer até o ano de

2016, exceto a universalização relacionada ao ensino fundamental de 9 anos para a população de 6 a 14 anos de idade, por ter um período maior para alcançar a meta, ou seja, até o último ano de vigência deste PNE. (BRASIL, 2014, p.33). Porém, os dados abaixo mostram como o desafio é grande.

Tabela 1: Nível de alcance da universalização da Educação Básica até 2014.

UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
EDUCAÇÃO INFANTIL	Meta: 100%	Déficit para 2016: 10,9%
	Real: 89,1%	
ENSINO FUNDAMENTAL	Meta: 100%	Déficit para 2024: 2,5%
	Real: 97,5%	
ENSINO MÉDIO	Meta: 100%	Déficit para 2016: 17,4%
	Real: 82,6%	

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) baseado nos dados fornecidos pelo Observatório do PNE (2014)).

Um dos grandes desafios para alcançar a meta do PNE 2014-2024 relativa à educação infantil e ao ensino médio é o curto espaço de tempo. Os dados acima são referentes ao ano de 2014. Dessa forma, ensejam a realização de ações consistentes para buscar atingir a referida meta de universalizar o atendimento escolar. Entretanto, o caso mais crítico é o ensino médio, pelo fato de ter alcançado apenas 82,6% até o ano de 2014. Por outro lado, não parece que o alcance da meta para o ensino fundamental seja algo complicado, pois é o que tem menor déficit e tem um prazo maior para alcançar.

Com a CF/1988, o processo de descentralização² da educação ganhou contornos, sendo atribuídas aos entes da Federação, incumbências anteriormente inexistentes. Logo,

² No sistema constitucional, a garantia do acesso ao sistema educacional público, relacionado à educação básica, de forma especial na educação infantil compete, prioritariamente, aos Municípios, além do ensino fundamental conforme preconiza a CF de 1988. Já os Estados e o Distrito Federal têm o dever constitucional de arcar tanto com o ensino fundamental quanto com o ensino médio. O § 4º do artigo 211 da CF de 1988 deixa claro que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem definir formas colaborativas quanto à organização de seus sistemas de ensino. (BRASIL, 1988). Duas Emendas Constitucionais podem ser destacadas, a saber: a EC nº 14/1996, que vinculou o regime de colaboração entre os sistemas de ensino autônomos dos entes federados, objetivando universalizar a escolarização obrigatória, ampliando a responsabilidade dos municípios; e a EC nº 53/2006, que alterou a forma de financiamento, criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

A CF/88 atribuiu à União, aos estados, ao DF e aos municípios gestão compartilhada do sistema educacional brasileiro, mediante coexistência de três sistemas de ensino autônomos que deveriam funcionar em regime de colaboração. No topo desta cadeia, encontra-se a União com atribuições bastante distintas: manutenção do sistema federal; execução de programas próprios de apoio supletivo; e transferências para os sistemas estaduais e municipais. Ou seja, o regime de colaboração, pelo qual a União exerce ação supletiva e redistributiva, tem como referências a plena capacidade de atendimento às demandas por ensino e a capacidade fiscal de cada esfera de governo. A nova Constituição também ampliou o percentual de recursos vinculados a serem aplicados pela União (de 13% para 18%) e manteve os 25% devidos às outras esferas de governo. (CORBUCCI et. al; 2009, p.47).

A descentralização promovida pela Carta Magna, quando efetivada pelos entes da Federação de forma a atender aos alunos com uma educação de qualidade, planejando as ações de forma integrada e não fragmentada, pode contribuir para a universalização do atendimento aos que desejam se inserir no âmbito escolar. Isto inclui as pessoas com necessidades educacionais especiais e os trabalhadores que não tiveram a oportunidade de estudar quando jovem.

Porém, se este processo de descentralização for pensado como um processo dissociável poderá aprofundar as lacunas que observamos na educação brasileira, principalmente, em relação à qualidade do ensino e a falta de significados no ensino médio. Isto torna a educação desestimulante para muitos alunos, aumentando a dificuldade de permanência na escola, não havendo a possibilidade de transformar o processo de universalização em algo qualitativo. Como foi dito anteriormente, é preciso universalizar atendendo a três princípios: acesso, permanência e êxito, sendo que o processo de descentralização poderá contribuir ou não para esse sucesso. (CORBUCCI et. al; 2009).

Sabemos que o déficit da universalização para o ano de 2016, de acordo com a tabela 01 ainda é bastante alto, exceto referente ao ensino fundamental que é de 2,5% e, além disso, tem prazo maior para alcançar. O ensino médio tem a situação mais crítica, com um déficit de 17,4% e dificilmente conseguirá atingir a meta.

(FUNDEB). Este é um fundo de âmbito estatal, composto por recursos vinculados à educação, conforme disposto no Art. 212 da CF de 1988. São provenientes dos impostos e transferências dos Municípios, Estados e Distrito Federal. Além desses recursos, também é complementado com recursos Federais. Este fundo deve ser aplicado exclusivamente na educação básica. (BRASIL, 1988).

Como a EPT é o foco deste trabalho, faz-se necessário analisar como ela foi tratada na CF de 1988. Porquanto, houve um grande embate em relação a essa questão, visto que a CF de 1988 não apresentou nenhum artigo específico sobre a EPT. Entretanto, embora não tenha ficado explícito, há o reconhecimento do direito à EPT na CF de 1988. Isto ocorre quando verificamos a vinculação da EPT aos princípios constitucionais que preconizam que a educação é imprescindível para se efetivar o direito ao trabalho socialmente digno e útil.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Neste sentido, a lei máxima do país apresentou um caráter generalista, não listando de forma explícita o direito à EPT. Ela deixou o tratamento mais detalhado dos temas da educação para a LDB 9.394, que foi aprovada apenas no ano de 1996, ou seja, oito anos após o início de sua tramitação. Mesmo com a LDB 9.394/96, a EPT continuou sendo tratada de forma muito superficial, sendo elaborada uma nova disposição normativa oficial, que foi o Decreto nº 2.208/97, significando um retrocesso educacional no país. (MACHADO, 2008). Este Decreto será abordado no decorrer deste capítulo.

Depois de recorrentes emendas constitucionais que alteraram algumas partes da constituição, de forma geral é possível dizer que houve avanços na educação. Porém, a precariedade mantém-se evidente, podendo ser constatada na falta de clareza quanto à legislação, na infraestrutura, nos equipamentos das escolas, nas condições de exercício docente incluindo a formação dos professores, na falta de salário digno, enfim, em diversos campos que envolvem a educação. (SAVIANI, 2013).

Portanto, para o Brasil conseguir melhorar nas ações voltadas para a educação é fundamental que o poder público cumpra seu papel especificado na CF de 1988, assim como nas regulamentações existentes. Tivemos muitos avanços

qualitativos no que se refere à legislação nacional. Entretanto, temos muito que melhorar nas oportunidades de acesso, permanência e êxito escolar.

É preciso que o Estado assuma o controle com o intuito de atender o que foi enunciado na CF de 1988 como direito de todos, dever do Estado e da família, ou seja, oportunizar uma educação de qualidade, minimizando assim, a discrepância entre legislação e prática educacional. (SAVIANI, 2013).

Em relação à EPT, tanto a legislação quanto a prática educacional, precisam reconhecer sua potencialidade em realizar uma formação plena do cidadão. A EPT deve ser vista não como gasto, mas como investimento para o país se desenvolver.

Por isso, a formulação de políticas e decretos voltados para a EPT, apenas com o intuito de aumentar a mão de obra qualificada no país é um retrocesso diante dos direitos sociais inseridos na CF de 1988. A EPT pode ser um importante instrumento para alcançar outros direitos sociais que a CF de 1988 nos assegura, ao possibilitar que o aluno faça uso consciente do seu direito de liberdade a partir de uma formação profissional que possa significar novas oportunidades na vida pessoal e profissional das pessoas. (COSTA, 2009).

Em seguida, será possível observar como o contexto da década de 1990, sob a marca do neoliberalismo, buscou efetivar uma EPT voltada apenas para o “saber fazer”, efetivando a dualidade entre o ensino técnico e propedêutico. O primeiro, sendo um ensino mais precário para a população de baixa renda, voltado para a formação de mão de obra apenas. Já o segundo, proporcionado para as classes mais elitizadas, voltado para o acesso aos cursos superiores.

2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS: A ÉGIDE DO DECRETO 2.208/97.

O neoliberalismo, enquanto conjunto de receitas e programas políticos teve nos anos de 1970 seu ponto de partida, ou seja, em sua práxis iniciou apenas na década de 1970. Neste período houve uma enorme recessão capitalista com a crise do petróleo. (THERBORN, 1996).

Na visão de Costa (2012), o ideário neoliberal busca, entre outras coisas, minar a participação do Estado, induzindo o mercado a se autorregular. Dessa forma, objetiva-se a mínima intervenção estatal no campo econômico, deixando que o mercado possa agir por livre iniciativa. Assim, conforme Cerqueira (2008), a competição é o que deve prevalecer:

Para se concretizar e criar condições propícias para a denominada “competição”, deve-se facilitar o livre mercado entre as nações, quebrando-se as barreiras existentes (os ditos protecionismos), facilitando a movimentação financeira via entrada de capital financeiro chamado de produtivo e saída via remessa de lucros (e na esteira também o especulativo), desregular a economia com a retirada do Estado, tanto do papel de normatizador e regulador de questões econômicas e sociais como, ainda, na qualidade de agente produtivo, vendendo suas empresas. (CERQUEIRA, 2008, p. 176).

Diante disso, a responsabilidade das crises e a ineficiência são sempre atribuídas ao setor público. Por isso, no Estado Neoliberal, a saída para a eficiência, equidade e a qualidade é remetida ao mercado. A ideia de Estado mínimo busca desfazer as conquistas sociais e os direitos adquiridos pelos cidadãos por meio de muitas lutas ao longo de anos, nos setores da saúde, educação, previdência, moradia, emprego, entre outros. (COSTA, 2012).

Segundo Oliveira (1996), o Brasil teve uma ilusão inicial de que o ideário neoliberal não seria algo letal. Porém, houve uma depredação no Estado Brasileiro, iniciando no governo FHC (1990-1992). Segundo Oliveira (1996), isto causou um certo desespero na população do país, pois era visível a precariedade em diversos setores, como por exemplo, educação e saúde. Frigotto (2007) ratifica o pensamento de Oliveira (1996), ao dizer que:

Com o governo Collor, inicia-se a cega adesão à doutrina neoliberal. O debate político e econômico é substituído pelo discurso técnico-gerencial e pelo ideário do ajuste, descentralização, flexibilização e privatização. Este ideário foi tornado consequência prática nos oito anos do governo Fernando H. Cardoso, de forma competente, segundo os ditames do que foi conhecido como o *Consenso de Washington* ou a cartilha do ajuste dos países dependentes para se adequarem aos objetivos dos centros hegemônicos do sistema capitalista mundial. (FRIGOTTO, 2007, p. 1137).

A década de 1990 iniciou-se de forma socialmente regressiva, marcada por uma instabilidade. Para Frigotto (2006), essa década começa com os “delírios” de Fernando Collor de Mello, um presidente sem condições éticas, políticas e psicológicas de governar, realizando o confisco da poupança e um decálogo de transformações com o intuito de colocar o país na “era da modernidade”. Para Frigotto, o programa do então Presidente da República buscava atender o que estava posto nas diretrizes de organismos internacionais, de reforma do Estado, de abertura do mercado e de restrição aos direitos sociais conforme estabelecido no Consenso de Washington³.

A derrubada de Collor em 1992 foi reflexo do descontentamento da população em relação a sua forma de governar, incluindo a inserção do país nas teses neoliberais. Foi um meio para buscar realizar mudanças e conter o avanço neoliberal, mas não houve sucesso, pois essa concepção já estava tomando conta não só do país como também da América Latina. (OLIVEIRA, 1996):

O processo de impeachment de Fernando Collor de Mello demonstrou que em certos setores e lugares a organização social estava reagindo à desorganização e depredação do Estado, e este processo, conseguiu responder e dificultar o avanço neoliberal pretendido por Collor, contudo, a hiperinflação administrada em doses homeopáticas na primeira parte do governo Itamar Franco (1992-1994), fez com que o Brasil voltasse a ser um terreno fértil para as investidas neoliberais (p. 25).

Essa década se configurou a partir de uma terminologia presente nos discursos e nas ações econômicas mundialmente efetivadas, e o Brasil não ficou às margens desse contexto. O lema neoliberal buscava inserir conceitos como ajuste fiscal, abertura econômica, flexibilização, reformas, privatização, reestruturação e descentralização. (MOTA JUNIOR; MAUÉS, 2014).

³ Este consenso foi o nome dado a um encontro realizado nos Estados Unidos em 1989, que traçou um programa de ajuste mediante várias reformas com a intenção de viabilizar a desregulamentação da atividade econômica, a privatização do patrimônio público e a abertura sem restrições das economias nacionais periféricas ao mercado e competição internacional. O documento que foi construído pelos países do capitalismo central, através de seus representantes, orientou as reformas sociais dos anos 1990. Neste contexto emerge a noção de globalização, carregada por um sentido positivo. (FRIGOTTO, 2006).

No campo trabalho e educação, os conceitos mais comuns passaram a ser o de empregabilidade e competências. O primeiro, segundo Oliveira (2003), estruturou-se a partir de uma base econômica com características de eliminação dos postos de trabalho e do acréscimo da competição entre os trabalhadores.

Já em relação ao segundo conceito citado, ou seja, competências, Ramos (2002) diz que este foi instaurado na sociedade contemporânea em detrimento do conceito de qualificação. Este último se consolidou com o modelo taylorista-fordista, sendo o diploma um importante instrumento para a profissionalização inicial. Com as transformações organizacionais e tecnológicas do trabalho, esta qualificação inicial, determinada pelos diplomas e títulos se tornou algo rígido. Já a aquisição de competências passou a ser sinônimo de flexibilidade e dinamismo, exigindo que os trabalhadores se adaptem, física, psíquica e afetivamente à lógica da produção. Ramos (2002) questiona esse redimensionamento do conceito de qualificação, pois para ela não é um fenômeno apenas técnico, mas também político. Assim, todo esse contexto traz implicações diretas na formação profissional. Além disso, é uma das razões da competência vir associada à noção de empregabilidade.

Pacheco (2012) também esclarece esse conceito:

O conceito de competências, a partir do Decreto 2.208/97, adquiriu o sentido reduzido de competências para o mercado de trabalho e enfatizou a fragmentação do conhecimento. Aquilo que era entendido como o desenvolvimento de conhecimento e de habilidades para o exercício de atividades físicas e intelectuais, em todos os campos da vida humana, tornou-se uma noção eivada da ideologia mercantil. (p.08).

Segundo Mota Junior e Maués (2014), as reformas na década de 1990 concebidas e executadas no campo da educação, tiveram forte influência das orientações do Banco Mundial (BM), principalmente nos oito anos em que FHC governou o país (1995-2002). Junior e Maués (2014) vai além, dizendo que não somente o BM, mas diversos organismos multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ganhou espaço nas orientações das políticas educacionais não apenas no Brasil, mas nos países periféricos em geral. Esta influência tem como

objetivo responder à crise estrutural do capitalismo, dentro da possibilidade de alcance e dos limites do campo educacional.

Durante a última década do Século XX, era possível visualizar a falta de vocábulos como educação integral, omnilateral, laica, unitária, politécnica ou tecnológica e emancipadora. Passou-se a realçar o ideário da polivalência, das competências, da qualidade total, do cidadão produtivo, além da empregabilidade. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

Uma das formas encontradas pelos neoliberais para controlar os gastos na educação foi à criação dos mecanismos de avaliação no país. De acordo com Dias Sobrinho (2010), a supremacia neoliberal e as políticas voltadas para diminuir a presença do Estado nos financiamentos públicos, fez com que os exames gerais ganhassem força, sendo instrumentos de reforma e de controle. Assim, a dimensão política de controlar prevaleceu sobre a dimensão pedagógica, colocando em primeiro lugar os diplomas e os lucros, segundo as necessidades e critérios dos Estados Neoliberais.

Saviani (2013) vai ao encontro do pensamento de Dias Sobrinho (2010), para ele a educação viveu na década de 1990 um momento de perdas, contradizendo os avanços alcançados com a CF/1988.

A década de 1990, embora não seja chamada de “perdida”, em contraste com os ganhos dos anos 1980, ela se caracterizou, no campo da educação, por grandes perdas, configurando um movimento na contramão daquilo que se apontava com a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988. Eis como as conquistas educacionais, inscritas no texto da Constituição de 1988, acabaram sendo neutralizadas no contexto da adesão do país aos cânones econômicos e políticos que ficaram conhecidos pelo nome de neoliberalismo. (SAVIANI, 2013, p. 217).

Na década de 1990, mais especificamente no ano de 1994, a Lei 8.948 instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Esta lei teve o intuito de transformar, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Esta transformação teve início no ano de 1994 e foi retomado em 1999, já no

governo de FHC, com as autorizações para que estas escolas funcionassem como Centros Federais de Educação Tecnológica. Em relação às Escolas Agrotécnicas Federais, no ano de 2001 ocorreu a primeira autorização para sua transformação em CEFET. A partir daí, outras também tiveram a autorização até o final do governo de FHC. (PEREIRA, 2003).

Nesse Governo, compreendido entre 1995 a 2002, as portas foram abertas para uma educação com viés neoliberal, voltado a instrumentalizar o trabalhador. Não havia uma garantia para que os estudantes pudessem se apropriar de conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, sendo formados de forma integral. Assim,

A expansão educacional sob a perspectiva do neoliberalismo tem disseminado a formação mínima, que instrumentaliza a maior parte da classe trabalhadora, e especializa parte dela para suprir as necessidades produtivas, e paralelamente a esta realidade existe a educação da e para a elite que, abrigada no sistema privado de ensino, não abre mão dos conteúdos e das “cargas pesadas” de conhecimento. (BASSO; BEZERRA NETO, 2014, p.07).

O artigo 47 da Lei n. 9.649, de 27 de maio de 1998, que acrescenta o parágrafo 5º na Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, é apenas um exemplo dessa reformulação de natureza neoliberal. No referido parágrafo, fica claro o direcionamento intencional, em relação à expansão, por parte da União.

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 1998).

Analisando este trecho, é possível observar um entrave para uma possível expansão. Isso se dá quando observamos o sentido da palavra “somente”, como intenção de restringir intencionalmente. Com isso, uma tentativa de reestruturar a Rede Federal obriga uma parceria com o Distrito Federal, Estados e Municípios ou então com o setor produtivo e organizações não-governamentais. Todo esse

contexto desacelerou a representatividade e o protagonismo da escala Federal no que corresponde à expansão.

Essa reforma que estamos falando, teve a intenção de transferir a responsabilidade da União, de manter e gerir o ensino técnico, para o Distrito Federal, Estados, Municípios, Setor Produtivo e Organizações não-governamentais. É uma fuga da incumbência de participar da expansão da Rede Federal. A política para a EPT no Governo de FHC se colocou dentro dos parâmetros do Estado mínimo e da descentralização, ou seja, a desincumbência da União de promover uma educação de qualidade, utilizando-se da lógica da simplificação. (BASSO; BEZERRA NETO, 2014).

Aprovada em um contexto muito diferente de quando iniciou sua tramitação na década de 1980, a LDB 9.394/96 acabou indo ao encontro dos interesses neoliberais, trazendo uma expansão sem precedentes para o acesso à educação escolar, porém, a garantia de qualidade ficou em segundo plano. O contexto vivido no período em que a LDB 9.394 foi aprovada buscava uma afirmação em relação ao consenso neoliberal. (FRIGOTTO, 2006).

Se o início da década de 1980 foi marcado pelo tema da democracia, o da década de 1990 é demarcado pela ideia de globalização, livre mercado, competitividade, produtividade, reestruturação produtiva e reengenharia, e “revolução tecnológica”. Um decálogo de noções de ampla vulgata ideológica em busca do “consenso neoliberal”. (p.43).

De acordo com Veronese e Vieira (2003), mesmo tendo alguns pontos positivos nessa LDB, é possível dizer que a concepção neoliberal influenciou diretamente no texto aprovado, o que favoreceu um modelo de política educacional voltado para transformações parciais, em vez de um plano com o objetivo de promover mudanças estruturais na educação.

A educação profissional conforme ficou estabelecida na LDB 9.394/96, se mostrava ineficiente para realizar a efetivação da profissionalização como um aspecto diretamente ligado à educação. Ela não foi citada no capítulo sobre educação básica na LDB 9.394. A educação profissional só foi incluída no capítulo

destinado à educação básica a partir da Lei Nº 11.741, de 16 de Julho de 2008. Talvez tenha sido até mesmo algo proposital essa ausência inicial da educação profissional no campo destinado à educação básica, pois logo após a aprovação dessa LDB o governo de FHC lançou o Decreto 2.208/97, que regulamentou a educação profissional, separando o ensino médio regular do ensino profissional, corroborando um sistema com base na dualidade estrutural. (BRASIL, 1996).

Uma leitura atenta de todo o decreto revela a separação posta entre escola e mundo do trabalho como condições de formação profissional, permitindo projetos de forma aligeirada cuja finalidade é o treinamento qualitativo do trabalhador para atender às demandas do mercado de trabalho. [...] aqui foi selada a separação entre formação básica e formação profissional. (AMORIM, 2015, p. 17).

A LDB 9.394/96 deixou de enfrentar os problemas históricos relativos ao ensino médio no Brasil, principalmente na questão colocada pelos críticos do seu caráter dual, como por exemplo, Amorim (2015). Para este autor, por um lado se oferece uma formação que prepara para o trabalho, destinada a classe mais pobre, e por outro lado, se oferece uma formação de caráter propedêutico destinada à classe elitizada.

Com o Decreto 2.208/97, a EPT passou a ter uma composição de três níveis, quais sejam: básico, técnico e tecnológico. A maior crítica da comunidade educacional foi quanto à organização do ensino técnico, que passou a ter uma organização curricular de forma independente do ensino médio, confirmando o aspecto reducionista, característico do pensamento neoliberal voltado para a educação. (CORBUCCI et. al, 2009).

Christophe (2005) ratifica esta dualidade ao dizer que a reforma realizada por meio do decreto citado separou a educação básica da educação profissional e criou duas redes de ensino, uma destinada à formação profissional e outra à formação acadêmica. Ainda segundo Christophe (2005) à educação profissional coube o dever de qualificar, requalificar e reprofissionalizar os trabalhadores, independente do nível de escolaridade que apresentasse no momento do seu acesso.

Tanto o Decreto 2.208/97, que buscou fazer a regulamentação dos dispositivos da LDB 9.394/96 em relação à EPT, quanto a Portaria do MEC/SEMTEC 646/97, que disciplinou a reforma no âmbito da Rede Federal, indicaram que havia uma clara opção por uma concepção de educação dualista, segregando a educação profissional, abrindo as portas para a fragmentação curricular.

O Decreto n. 2.208/97 e outros instrumentos legais (como a Portaria n. 646/97) vêm não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p.03)

Isto impactou diretamente no desenvolvimento das atividades das Escolas Técnicas da Rede Federal, pois o ensino integrado foi interrompido tirando a possibilidade dessas instituições promover um ensino mais amplo e significativo para os alunos e futuros profissionais, passando a ofertar cursos aligeirados, voltados exclusivamente para a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Neste horizonte a educação em geral e, particularmente, a educação profissional se vincula a uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como as de educação polivalente e abstrata. Trata-se de conformar um **cidadão mínimo**, que pensa minimamente e que reaja minimamente. Trata-se de uma formação numa ótica individualista, fragmentária - sequer habilita o cidadão e lhe dá direito a um emprego, a uma profissão, tornando-o apenas um mero "empregável" disponível no mercado de trabalho sob os desígnios do capital em sua nova configuração. (FRIGOTTO, 2001, p. 80).

As Escolas Técnicas Federais à época, ou seja, década de 1990, assim como os atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, deveriam e devem promover a EPT de forma a atender a complexidade de uma formação mais ampla, ou seja, uma formação integrada, que na concepção de Ciavatta (2005) sugere tornar íntegro o cidadão dividido entre a ação de pensar, planejar e dirigir e a ação de executar. É a superação do reducionismo da preparação para o mundo do trabalho em seu aspecto operacional, simplificado. É preciso possibilitar uma

formação que permita a inserção no mundo do trabalho, mas sem deixar de considerar as especificidades de uma formação mais ampla.

Dessa forma, não podemos dizer que quando um aluno formado nestas instituições busca caminhos que não seja a inserção no mercado de trabalho, de imediato, na área que está se formando, seja um desperdício de dinheiro público ou de conhecimento. Infelizmente é o que proclama o ideário neoliberal, conforme esclarece Libâneo (2005), ao dizer que “o neoliberalismo apresenta ênfase no ensino privado, na escola diferenciada/dual e na formação das elites intelectuais, além da formação para o atendimento das demandas/exigências do mercado”. (LIBÂNEO, 2005, p. 88-89).

Frigotto (2008) vai ao encontro do pensamento de Libâneo (2005), ao dizer que:

A formação do trabalhador adequada à flexibilidade do processo produtivo e da acumulação é incompatível com a educação omnilateral e politécnica e de escola unitária e centra-se na concepção de formação polivalente. A escola dual recebe, neste contexto, novas determinações. A escolaridade e o tipo de qualidade de educação para classe trabalhadora podem e devem ser diferenciados no conteúdo e no método, com menos tempo, conteúdo aligeirado mais restrito (tecnicista) e mais barato. O decreto nº 2.208/97, síntese das demandas do capital no Brasil desde o processo constituinte, explicita de forma inequívoca a base conceptual e legal dos processos de formação que lhes interessa. (p. 524).

Portanto, a década de 1990 foi um período em que as ações pensadas para a educação priorizou uma formação mais superficial para a classe trabalhadora e uma educação mais complexa voltada para a elite, confirmando assim o caráter dual de educação promovida sob a égide neoliberal no país.

O papel da escola foi modificado em relação à formação do trabalhador. Com isso, a exigência passou a ser o desenvolvimento de habilidades e competências, gerando a empregabilidade. As possibilidades de uma formação mais ampla do trabalhador foram reduzidas, pois nesse contexto a escola ficou subordinada ao setor produtivo.

O lema “aprender a aprender” passou a ser o embasamento para os encaminhamentos metodológicos. As escolas deveriam desenvolver nos alunos algumas habilidades que possibilitassem o constante aprendizado, adaptando-se a novas tarefas e condições de trabalho. Diante disso, restava aos indivíduos a responsabilidade por sua formação continuada, conseqüentemente, sua manutenção no emprego. (ALMEIDA; SUHR, 2012).

2.3. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA A PARTIR DO DECRETO 5.154/2004: PERÍODO DE TRANSIÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA, PEDAGÓGICA E FÍSICA.

A entrada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, deu início a sucessivos debates em torno do Decreto 2.208/97. Esses debates envolveram representantes da sociedade civil, pesquisadores do campo educacional, educadores progressistas e representantes do governo. A revogação foi um dos compromissos de campanha, mas isso não ocorreu de imediato por causa das inseguranças sobre como substituir este decreto. Além disso, havia a influência dos grupos que tinham o interesse de sua manutenção, a exemplo dos representantes do Sistema “S”, que é um sistema nacional de aprendizagem a cargo do comércio e da indústria. Contudo, a opção escolhida foi construir juntamente com a sociedade civil, tendo se expressado nos seminários realizados em 2003 sobre o ensino médio e sobre a educação profissional. Porém, essa abertura para a participação, ao proporcionar a articulação com segmentos conservadores, tornou o processo de revogação mais difícil. O que se viu foi um questionamento dos aspectos legais e pedagógicos do referido decreto. Estas discussões acabaram resultando na revogação do Decreto nº 2.208/97, sendo substituído pelo Decreto nº. 5.154/04, que passou a vigorar em 23 de junho de 2004. (RAMOS, 2008).

A partir daí, foi restabelecida a articulação entre o ensino médio e técnico, retomando a possibilidade de seu desenvolvimento na modalidade integrada. Além disso, também ficou autorizada a forma concomitante e subseqüente.

A forma integrada é ofertada aos alunos que já tenham concluído o Ensino Fundamental ou estejam cursando o Ensino Médio, sendo a formação técnica oferecida ao mesmo tempo, embora com ampliação da carga horária específica e condicionada a uma única matrícula por aluno. A forma concomitante é aquela na qual os cursos são ofertados separadamente aos que já concluíram o Ensino Fundamental ou estejam cursando o Ensino Médio, pressupondo a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo até ocorrer em instituições diferentes. A forma subsequente, por sua vez, é oferecida somente para os concluintes do Ensino Médio. (ALMEIDA; SUHR, 2012, p. 100).

Na visão de Ramos (2008), a forma concomitante deve ser vista apenas como uma alternativa face aos limites para conseguir implantar universalmente a formação integrada. Essa modalidade é bastante complicada de oferecer, pois requer uma unidade político-pedagógica interinstitucional. As dificuldades são grandes, pois numa mesma instituição de ensino já é um desafio, ainda mais quando exige a articulação entre duas instituições. Ramos (2008) considera que os cursos concomitantes devem ser oferecidos apenas se a escola não tiver condições para ofertar o ensino integrado, mesmo assim como algo temporário e não uma opção definitiva.

Já o ensino na modalidade subsequente deve ser visto como educação continuada e não como forma de substituir o ensino superior.

Na forma subsequente, por fim, a educação profissional se constitui como educação continuada, de modo que o jovem e o adulto que tenham concluído o ensino médio não profissionalizante possam ainda fazer a formação profissional. Ou, tendo já uma formação profissional, possam buscar atualizações ou outras profissões. Essa é uma lógica de educação continuada que deve constar também das obrigações dos sistemas de ensino. Porém, ela não se confunde com uma alternativa compensatória ao ensino superior. O acesso ao conhecimento é um direito em todos os níveis de ensino. (RAMOS, 2008, p. 550).

Machado (2008) acredita que o Decreto 5.154/04 vem servindo para alimentar as perspectivas de uma renovação educacional e de ampliação de direitos do cidadão ao acesso a uma EPT de qualidade. A estrutura da EPT passou a ser integrada pela formação inicial e continuada de trabalhadores; pela educação profissional técnica de nível médio e pela educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. Outro fator importante nesse período de mudança

foi a instituição, pelo Ministério da Educação, do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Depois de um período em que não era possível oferecer a formação integrada para o trabalhador, devido ao Decreto 2.208/97, o Decreto 5.154/04 reabre essa possibilidade. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), dada a correlação de forças políticas e tendências decorrentes dos anos anteriores, a revogação de um decreto por outro com objetivos democráticos, ainda que contraditória em sua essência que fosse o caminho possível para garantir a “salvação” da matéria em termos legais e iniciar um novo processo de formação que já era ansiado por muitos que estavam envolvidos nesse campo da educação.

O Decreto 5.154/04 em seu Art. 4º determina que a educação profissional técnica de nível médio seja desenvolvida de forma articulada com o ensino médio. Este foi um dos avanços desse decreto, pois no decreto anterior (2.208/97) havia se perdido. Isso evidencia um compromisso da agenda política governamental com um formato de formação profissional na perspectiva da formação integrada. Em relação ao direcionamento dado ao público de jovens e adultos trabalhadores no Art. 3º, quando fala da formação inicial e continuada também é considerado um avanço. No §2º diz que os cursos mencionados no caput articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. (BRASIL, 2004). No decreto 2.208/97 o objetivo era apenas qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores. Não havia esse compromisso com a elevação da escolaridade.

A Lei 11.741/08 foi ao encontro da perspectiva integrada de educação. Ela alterou os capítulos da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da EPT na LDB 9.394/96. Dessa forma, o capítulo II da LDB 9.394/96, passou a vigorar acrescido da Seção IV-A, denominada “Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, e dos artigos 36-A, 36-B, 36-C e 36-D. O curso técnico integrado ao ensino médio se transformou em uma possibilidade real com apoio legal para sua implementação no sistema educacional do país.

Ao alterar a LDB, a Lei 11.741/08 localiza a educação profissional técnica de nível médio como Seção IV-A do Capítulo II – Da Educação Básica. Essa disposição no texto legal procura ressaltar a concepção de que esses cursos são da educação básica e encontram-se, portanto, no âmbito das políticas educacionais. Além disso, está colocada como seção vinculada àquela que trata do ensino médio. (PACHECO, 2012, p. 29).

Diante do exposto, é possível constatar que a Lei 11.741/08 ratifica o pertencimento destes cursos à educação básica. Dessa forma, essa inclusão na Seção IV acaba demonstrando que a educação profissional técnica de nível médio não é uma modalidade educacional, mas uma das possibilidades de desenvolver o ensino médio no país. Essa concepção de modalidade fica por conta da Educação Profissional e Tecnológica de modo geral, sendo instituída no Capítulo III da LDB. Assim, como modalidade, pode ocorrer tanto na educação básica como na educação superior. Além disso, pode estar associada a outras modalidades educacionais como a educação a distância (EaD) e a educação de jovens e adultos (EJA). (PACHECO, 2012).

Embora tenha passado a ser uma perspectiva real de promover a educação integrada após a revogação do Decreto 2.208/97, tem autores que são contra essa perspectiva de formação. Reforçando o posicionamento contrário a educação técnica integrada, Schwartzman e Castro (2013) fazem uma crítica ao atual modelo de educação profissional integrada ao ensino médio, pois segundo eles, essa tem defeitos que não existem em qualquer outra parte do mundo. Estes autores destacam o excesso de carga horária e disciplinas, acrescidos ao ensino médio já congestionado. Este posicionamento deixa explícito que os autores citados são favoráveis aos cursos aligeirados em detrimento a formação integrada.

Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005) discordam. Para eles,

Se o saber tem uma autonomia relativa face ao processo de trabalho do qual se origina, o papel do ensino médio deveria ser o de recuperar a relação entre conhecimento e a prática do trabalho. Isto significaria explicitar como a ciência se converte em potência material no processo de produção. Assim, seu horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. (p. 25).

É preciso romper com a dissociabilidade entre o manual e o intelectual, assim como a educação básica e técnica. Contudo, vivemos em uma realidade em que a busca pelo primeiro emprego ocorre muito cedo. Os filhos dos trabalhadores acabam abandonando os estudos para trabalhar, mesmo sem terminar o ensino médio. Os adeptos dos cursos aligeirados acabam agravando essa situação, pois em vez de pensar que o problema é a conjuntura que o país apresenta aos filhos dos trabalhadores, buscando pensar formas para modificá-las, tentam inculcar nas pessoas que a saída são esses cursos que apenas adestram as pessoas para seu primeiro emprego, principalmente. O problema é que a partir de então, este mesmo filho de trabalhador precisa continuar realizando os desejos do mercado para não ficar desempregado, angariando novas competências para continuar sendo considerado um empregável. A possibilidade de se tornar um cidadão crítico, por meio de uma formação humana mais ampla proporcionada pela formação integrada fica perdida no tempo. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Apesar de seus avanços, a aprovação do Decreto 5.154/04 não tem a força para alterar totalmente o desmonte realizado na década de 1990, em que prevaleceu o ideário neoliberal. Além disso, novos desafios podem surgir com as mudanças de governo. Por isso, é preciso haver a mobilização da sociedade para conseguir colocar as reivindicações na agenda das votações tanto da Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, forçando as mudanças necessárias para atender a todas as classes sociais com uma educação de qualidade. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

A imposição da Medida Provisória 746 de 22 de setembro de 2016 (MP 746/16), que instituiu a reforma do ensino médio sem uma discussão mais ampla com a sociedade, é um exemplo de como essa mobilização pode ser fundamental para impedir desmontes das conquistas alcançadas ao longo de anos, incluindo a área da educação.

O campo da Educação Profissional, Científica e Tecnológica teve avanços significativos a partir do Decreto 5.154/04, possibilitando o desenvolvimento de uma formação com base na indissociabilidade entre o manual e o intelectual. Além disso, é possível destacar o processo de criação e interiorização da estrutura dos Institutos

Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a inserção da população de jovens e adultos por meio do PROEJA como avanços importantes. Não há como negar as melhorias alcançadas, mas é preciso ter consciência da necessidade de continuar melhorando o processo educacional no país.

A MP 746/16 é uma das questões que devem ser combatidas pela sociedade, pois ela poderá efetivar um retrocesso não apenas no ensino técnico de nível médio, mas também no ensino médio de forma geral. Esta MP tem o intuito de promover mudanças como a flexibilização do currículo; a conexão com as áreas de interesse de cada estudante; a ênfase em 5 áreas do conhecimento (linguagens; ciências humanas; ciências da natureza; matemática; e formação técnica e profissional); o regime de contratação de profissionais da educação; além de retirar a obrigatoriedade de oferecimento de disciplinas como sociologia, artes, educação física e filosofia, deixando essa obrigatoriedade apenas para as disciplinas de língua portuguesa, língua inglesa e matemática ao longo dos 3 anos do ensino médio. (MP 746, 2016). Essa falta de oferta de disciplinas fundamentais para a formação emancipatória poderá impactar profundamente na formação cidadã do estudante, indo de encontro ao que preceitua o Decreto 5.154/04 e a Lei 11.892/08.

O que chama mais atenção e que está diretamente ligado a EPT é o que diz o art. 61, inciso IV da MP 746/16, que autoriza a contratação de pessoas com notório saber apenas para atuar na educação profissional: “profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação para atender o disposto no inciso V do caput do art. 36”. (MP 746, 2016). Se não bastasse a visão de dualidade ao longo da década de 1990, em que a EPT era direcionada para os filhos de trabalhadores, cuja formação tinha o viés tecnicista, reducionista e precário, esta possibilidade de contratação de pessoas com notório saber, para atuar apenas na área de formação técnica e profissional, explicita como o atual governo de Michel Temer do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), por meio de imposições como a MP 746/16, deseja tratar a EPT, ou seja, retroceder à década de 1990, deixando de priorizar uma formação emancipatória.

Precisamos destacar outra questão relevante ao longo dos Governos do Partido dos Trabalhadores, desde 2003, incluindo o Presidente Lula e posteriormente Dilma Rousseff, é o processo de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Ao lado da revogação do Decreto 2.208/97, essas ações têm contribuído muito para a melhoria da qualidade na EPT no país, mesmo diante dos problemas enfrentados. Essas medidas auxiliam para a retomada do protagonismo da União em relação à Educação Profissional e Tecnológica.

A opção política observada no período do Governo de FHC, referente à expansão da Rede Federal de Educação, reduzindo o protagonismo desta rede, persistiu até que fosse promulgada a Lei 11.195/05, quando o conteúdo do parágrafo 5º foi modificado com a substituição da palavra somente para preferencialmente, conforme observamos:

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 2005).

Em um primeiro momento, ao analisar essa modificação do termo, não parece criar grandes expectativas de mudanças na prática. Porém, essa pequena modificação possibilitou o resgate do protagonismo da União em relação à expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esse resgate iniciou-se no governo do Presidente Lula, com o lançamento do Plano de Expansão da Rede Federal no ano de 2005, se tornando mais significativa a partir da nova configuração da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dando origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no ano de 2008:

Pode-se considerar como marco inicial legal para a concretização da Reforma, o Decreto 6.095/07, que estabelecia a criação dos Institutos Federais e as normas para a transformação dos 33 CEFETs, 36 Escolas Agrotécnicas, 32 Escolas Vinculadas às Universidades Federais e a Escola Técnica Federal de Palmas em campi desses Institutos. No Decreto fica explícito o projeto de organização de uma rede federal com nova engenharia organizacional, que seria montada a partir da “agregação voluntária” das instituições já existentes, à nova instituição – os Institutos Federais. As instituições de educação profissional foram “convidadas”, pela Chamada Pública MEC/SETEC 002/07, a aderir à nova instituição, no prazo de 90 dias. Em julho de 2008, deu entrada no Congresso Nacional a Mensagem 513, assinada pelo presidente da república, encaminhando o Projeto de Lei 3.775, que daria uma nova conformação à rede federal e criaria os IFs. O Projeto foi aprovado em dezembro de 2008, dando origem à Lei 11.892. (OTRANTO, 2011, p.7).

O Plano de Expansão da Rede Federal, que teve início no ano de 2005, trouxe mudanças significativas para sua estruturação. Com a nova conformação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, esta passou a ser formada, a partir da instituição da Lei 11.892/08, pelas seguintes instituições: trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; vinte e quatro Escolas Técnicas vinculadas às Universidades (UFRR; UFMA; UFAL; UFMG; UFTM; UFU; UVV; UFP; UFPB; UFCG; UFRP; UFPI; UFRRJ; UFRN; UFPEL; UFSM); dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET - Rio de Janeiro e Minas Gerais); uma Universidade Tecnológica Federal (Paraná); e o Colégio Pedro II (Rio de Janeiro). Nem todas as instituições existentes até o ano de 2008 aderiram à Chamada Pública MEC/SETEC 002/07. Esta chamada pública tinha como intuito transformar a configuração da Rede Federal, transformando as instituições existentes em Institutos Federais. Pelo fato de não ter havido uma adesão integral, a Rede Federal não é composta apenas pelos Institutos Federais. (BRASIL, 2008).

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pode oferecer cursos de qualificação, ensino técnico concomitante e subsequente, ensino técnico integrado ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e pós-graduação. A nova configuração, também representada pelos Institutos Federais, possibilitou o oferecimento da educação em diferentes níveis e modalidades de ensino. Esse prisma pluricurricular fica evidenciado com a possibilidade de oferecimento de educação básica, profissional e superior por parte dos Institutos Federais. (MEC, 2016).

A Lei 11.892/08, que criou os Institutos Federais, propõe uma mudança significativa em relação à formação profissional. Se antes era preconizada uma formação primordialmente voltada para o mercado de trabalho, a partir da lei propõe-se uma educação omnilateral visando ações que busquem desenvolver tecnologias que possam melhorar a vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento local e regional, conforme podemos verificar no texto.

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (BRASIL, 2008).

Dentre os principais empecilhos para a efetivação da Lei 11.892/08 está a falta de estudos realizados pelos Institutos Federais das regiões contempladas com a expansão, com o intuito de contribuir para que os gestores tenham embasamento nas tomadas de decisões na escolha dos cursos. Além disso, a questão do custeio e a dificuldade de se promover uma educação que consiga dar conta da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que são elementos fundamentais para habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, também são entraves.

Com o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, esta passou das 140 unidades existentes até o ano de 2002 para os atuais 644 campi em funcionamento em todo o país no ano de 2016, incluindo todas as instituições que formam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Houve um aumento relevante do número de campi. Além disso, o número de municípios atendidos chegou a 568, abrangendo todas as regiões do Brasil. (MEC, 2016).

Tabela 2: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades.

ANO	Nº DE CAMPI
2002	140
2010	354
2016	644

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) baseado com dados fornecidos pelo MEC (2016)).

Autores como Pacheco; Pereira; Domingos Sobrinho (2010) ratificam como a política de expansão é considerada importante para o país, não só em relação aos vultosos investimentos e à concepção de educação que se pretende, mas também relacionado à seriedade em sua implantação:

Um aspecto importante, pois inovador, a ser destacado na execução desse Plano de Expansão foi a priorização de critérios técnicos, em detrimento de critérios políticos (diga-se clientelísticos), como tem sido comum na gestão das políticas públicas, para a definição das áreas geográficas e municípios onde deveriam ser instaladas as novas unidades. Por ter a expansão eo os objetivos bem definidos quanto à elevação da oferta de matrículas, interiorização da rede, criação de instituições em Estados e Municípios antes não beneficiados, a metodologia utilizada teve de se pautar, portanto, pelo respeito a análises, dados estatísticos e outros de instituições credenciadas, como o IBGE, Ipea, Inep, MDS, dentre outras, que pudessem contribuir para identificar as mesorregiões e cidades-polo necessárias à sua concretização. (p.73).

A expansão da Rede Federal foi dividida em três fases: fase I (2005-2006); fase II (2007-2010); e fase III (2011-2020). A fase I teve início no final do primeiro mandato do Presidente Lula, entre 2003-2006. Ao iniciar o segundo mandato (2007-2010), o governo do Presidente Lula deu continuidade ao processo de expansão com a fase II. Com a eleição da Presidente Dilma Rousseff, no ano de 2010, foi possível dar continuidade à expansão com o lançamento da Fase III. (MEC, 2007).

2.3.1 Fase I da expansão (2005-2006)

O Plano de Expansão anunciado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) foi bastante ambicioso. Ao analisar os documentos referentes

à expansão da Rede Federal, é possível verificar que a fase I teve o seguinte objetivo:

Implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições além de outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes de centros urbanos, em que os cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho. (MEC/SETEC, 2008, p.12).

Lançada em 2005, esta fase da expansão teve como prioridade a construção de 64 novas unidades, sendo trinta e sete Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), nove autarquias e a federalização de dezoito escolas que não faziam parte da Rede Federal.

A partir dos objetivos almejados na Fase I, mais dois Estados passaram a ser contemplados com unidades das Instituições Federais, sendo eles: Acre e Mato Grosso do Sul. A partir dessa fase apenas o Estado do Amapá e o Distrito Federal continuaram sem unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Outro fator relevante foi a implantação do Campus Guarus, em Campos dos Goytacazes. Este Campus foi implantado em uma área periférica do município fluminense, que tem como característica, poucos instrumentos públicos que possam melhorar a qualidade de vida da população residente. Dessa forma, essa implantação teve como intuito democratizar o acesso à educação pública de qualidade ofertada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além da inclusão social. O Norte Fluminense passou a contabilizar dois campi da Escola Técnica Federal, sendo um em Guarus e o outro no Centro do Município de Campos dos Goytacazes. (MEC/SETEC, 2008).

2.3.2 Fase II da expansão (2007 a 2010)

O destaque desta fase da expansão foi a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Segundo o texto da referida lei, no seu Artigo 2º, parágrafos 1º, 2º e 3º

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. § 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais; § 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais; § 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica. (BRASIL, 2008)

Conforme preceitua a Lei de criação dos Institutos Federais, essas instituições passaram a ser compostas por reitorias e o gestor máximo de cada Instituto Federal deve ser um reitor. Dessa forma, cada reitoria possui os campi, que são geridos por gestores que devem ter a denominação de Diretores Gerais. O objetivo dessas instituições é articular com o território no qual estão inseridos, visando contribuir para o desenvolvimento local e regional. (BRASIL, 2008)

Em seguida, podemos observar as localidades onde foram constituídas as reitorias dos Institutos Federais criados a partir da Lei 11.892/08.

INSTITUIÇÃO	SEDE DA REITORIA	UF
Instituto Federal do Acre	Rio Branco	AC
Instituto Federal de Alagoas	Maceió	AL
Instituto Federal do Amapá	Macapá	AP
Instituto Federal do Amazonas	Manaus	AM
Instituto Federal da Bahia	Salvador	BA
Instituto Federal Baiano	Salvador	BA
Instituto Federal de Brasília	Brasília	DF
Instituto Federal do Ceará	Fortaleza	CE
Instituto Federal do Espírito Santo	Vitória	ES
Instituto Federal de Goiás	Goiânia	GO
Instituto Federal Goiano	Goiânia	GO
Instituto Federal do Maranhão	São Luís	MA
Instituto Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte	MG
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	Montes Claros	MG
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Juiz de Fora	MG
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	Pouso Alegre	MG
Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Uberaba	MG
Instituto Federal de Mato Grosso	Cuiabá	MT
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Campo Grande	MS
Instituto Federal do Pará	Belém	PA
Instituto Federal da Paraíba	João Pessoa	PB
Instituto Federal de Pernambuco	Recife	PE
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Petrolina	PE
Instituto Federal do Piauí	Teresina	PI
Instituto Federal do Paraná	Curitiba	PR
Instituto Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	RJ
Instituto Federal Fluminense	Campos dos Goytacazes	RJ
Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Natal	RN
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves	RS
Instituto Federal Farroupilha	Santa Maria	RS
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense	Pelotas	RS
Instituto Federal de Rondônia	Porto Velho	RO
Instituto Federal de Roraima	Boa Vista	RR

Quadro 1: Cidades e Estados onde foram constituídas as sedes das reitorias dos Institutos Federais.
 Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) baseado com fontes fornecidas pela Lei 11.892/08).

(CONTINUA)

INSTITUIÇÃO	SEDE DA REITORIA	UF
Instituto Federal de Santa Catarina	Florianópolis	SC
Instituto Federal Catarinense	Blumenau	SC
Instituto Federal de São Paulo	São Paulo	SP
Instituto Federal de Sergipe	Aracaju	SE
Instituto Federal do Tocantins	Palmas	TO
Instituto Federal do Piauí	Teresina	PI

Quadro 1: Cidades e Estados onde foram constituídas as sedes das reitorias dos Institutos Federais.
Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) baseado com fontes fornecidas pela Lei 11.892/08). (FIM)

Sobre essa nova fase de expansão, Pereira (2003) afirma que

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujo critério na Fase II toma como base a identificação de cidades-polo, elevará a contribuição da rede federal no desenvolvimento socioeconômico do país e concorrerá, sobretudo com a interiorização, para uma mais justa ordenação da oferta de EPT, ao incluir locais historicamente postos à margem das políticas públicas voltadas para esta modalidade. Ao estabelecer que todas as unidades vinculadas aos Institutos Federais (inclusive as novas) têm elevado e isonômico grau de autonomia, afirma o território como uma dimensão essencial a sua função e insere na pauta regimental dessas instituições o seu compromisso com um desenvolvimento socioeconômico que perceba antes o seu 'lôcus'. Isto implica uma atuação permanentemente articulada e contextualizada a sua região de abrangência. A autonomia dos campi dos Institutos Federais responde à necessidade de se forjar e fomentar o desenvolvimento de uma Educação Profissional e Tecnológica (Pública) a partir de uma demanda que seja socialmente plena, que considere as diversas representações sociais, desde as oriundas da chamada produção elaborada (grandes firmas), os médios e pequenos empreendimentos e os movimentos sociais. É, pois, função precípua dos Institutos Federais atuar a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. O que está em curso afirma uma concepção de Educação Profissional e Tecnológica como potencializadora do indivíduo no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimento a partir de uma prática interativa com a realidade em lugar de uma outra que toma a EPT apenas como modalidade instrumentalizadora do ser humano. Assim, a implantação dos IFET guarda estrito vínculo com o objetivo de desenvolvimento de uma educação profissional cidadã, comprometida com a construção de um país mais digno e ético, uma educação que alcance diferentes grupos e espaços sociais. (PEREIRA, 2003, p.2-3)

A interiorização também marcou esta fase da expansão da Rede Federal, iniciada em 2007. Esse processo atingiu muitos lugares desfavorecidos pelas

políticas públicas na área da educação. Para corroborar esse processo, podemos observar o que diz o slogan da segunda fase da expansão: “Uma escola técnica em cada cidade-pólo do país” (MEC/SETEC, 2009, p.17). A conclusão da instalação de 150 novas unidades de ensino era a meta dessa fase, que seriam somadas as 64 já existentes e contabilizadas na primeira fase, atingindo um total de 214 unidades construídas, totalizando assim, 354 unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Diante do contexto de expansão da Rede Federal e da criação dos Institutos Federais no país, durante a fase II, diversos municípios no Estado do Rio de Janeiro foram beneficiados com campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Angra dos Reis; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Engenheiro Paulo de Frontin; Itaguaí; Itaperuna; Nova Friburgo; Paracambi; Petrópolis; Quissamã; Rio de Janeiro; Realengo; São Gonçalo; Valença; e Volta Redonda. (PORTAL DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 2016).

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos foi lançado nessa fase da expansão. Este documento tem como finalidade organizar os nomes e os conteúdos que deveriam ser oferecidos pelos cursos, em instituições públicas e privadas, a carga horária mínima, o perfil do egresso e infraestrutura. A atualização desse catálogo é realizada a cada ano, sendo uma ferramenta que pode nortear os estudantes, as escolas e a comunidade em geral. (MEC, 2016).

A E-TEC Brasil (Escola Técnica Aberta do Brasil) foi criada também na segunda fase da expansão, sendo um dos destaques dessa fase, tendo como objetivo possibilitar educação profissional técnica na modalidade de educação à distância, além de ter como finalidade a ampliação da oferta dos cursos técnicos de nível médio públicos no Brasil. Essa iniciativa elevou o número de cursos técnicos tanto para a área periférica de regiões metropolitanas quanto para o interior do país, possibilitando a democratização do acesso. (MEC, 2016).

2.3.3 Fase III da expansão (2011-2020)

Nesta fase da expansão também ocorreu um aumento significativo do número de campi da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo a incorporação do Colégio Pedro II, que por meio da Lei 12.677/12 passou a ser equiparado aos Institutos Federais. Dessa forma, a Rede Federal passou dos 354 registrados até o ano de 2010, para os atuais 644 campi distribuídos por todas as regiões do país no ano de 2016. A tabela a seguir mostra a quantidade de campi em atividade, pertencente à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em todo o Brasil, por Estado, no ano de 2016.

Tabela 3: Demonstrativo do número de campi da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por Estado.

UF	NÚMERO DE CAMPI	UF	NÚMERO DE CAMPI
AC	06	PA	20
AL	17	PB	21
AP	05	PE	23
AM	15	PR	26
BA	37	RJ	47
DF	11	RN	23
CE	32	RS	44
ES	23	RO	09
GO	26	RR	06
MA	29	SC	37
MG	72	SP	43
MT	19	SE	09
MS	10	TO	11
TOTAL DE CAMPI: 644			

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) baseado nos dados fornecidos pelo MEC (2016)).

Este levantamento inclui os campi de todas as instituições que formam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: trinta e oito

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; vinte e quatro Escolas Técnicas vinculadas às Universidades; dois Centros Federais de Educação Tecnológica; uma Universidade Tecnológica Federal; e o Colégio Pedro II, conforme já exposto anteriormente. Vale ressaltar que esse quantitativo pode ser alterado ao longo do tempo, na medida em que for surgindo novas autorizações para funcionamento de campi pertencente à Rede Federal ou até mesmo o cancelamento de autorizações já existentes.

A terceira fase da expansão da Rede Federal iniciou-se em meio a uma discussão referente ao atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Este PNE estava previsto inicialmente para o decênio 2011–2020, mas sua tramitação foi demorada tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, contando com muitas emendas, o que atrasou sua tramitação. Foram elencadas vinte metas para este plano, de acordo com o Projeto de Lei 8.035/10, dentre elas uma chama atenção, pois está mais especificamente voltada para os Institutos Federais, qual seja: “Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta”. (PROJETO DE LEI 8.035, 2010, p. 38).

No ano de 2014, após várias discussões, a Lei nº 13.005 de 25 de junho aprovou o PNE 2014-2024 e a meta 11 ficou redigida da seguinte forma: “Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público”. (BRASIL, 2014).

A Lei aprovada modificou o que constava no Projeto de lei 8.035/10, pois a meta não seria mais duplicar, mas sim triplicar as matrículas. Além disso, foi incluída a porcentagem de pelo menos 50% dessa expansão no seguimento público. Outra questão também alterada foi à estratégia:

Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional. (BRASIL, 2014).

Essa estratégia vai ao encontro do que consta na Lei 11.892/08, pois comprometer-se com o desenvolvimento local e regional e estreitar a relação com o território em que o Campus está inserido são finalidades especificadas nessa lei. Por isso, é fundamental que essas instituições tenham como princípio conhecer as características da região de abrangência e, a partir de então, definir a oferta de cursos, o que será possível a partir do momento em que o mapeamento das potencialidades passarem a ser algo institucional.

A expansão da Rede Federal pode contribuir significativamente para o avanço da Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil. Além disso, pode auxiliar também para alcançar a porcentagem de matrículas da educação profissional técnica de nível médio no segmento público, posto no PNE 2014-2024.

Cada fase da expansão teve sua especificidade, e o processo de interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi uma delas. O Campus Santo Antônio de Pádua está inserido na terceira fase da expansão. De acordo com o Relatório de Gestão 2010 da SETEC (MEC/SETEC, 2011), a terceira fase tem o objetivo de ampliar a presença dos Institutos Federais em todas as partes do território nacional, possibilitando que cada uma das 558 microrregiões brasileiras possa contar com pelo menos um Campus do Instituto Federal. O intuito é atender de forma qualitativa as principais demandas relacionadas à formação profissional, além de intensificar uma interiorização sem precedentes da oferta de ensino superior público.

No capítulo seguinte, iremos buscar caracterizar a MSAP, realizando um levantamento de dados demográficos, econômicos e sociais. O intuito é contribuir para a análise posterior nesta dissertação, dos cursos oferecidos no Campus Santo Antônio de Pádua, conforme preceituam documentos como o Relatório de Gestão 2010 da SETEC, o PNE e a Lei 11.892/08.

3. CARACTERIZANDO A MICRORREGIÃO DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA.

Em 1990, a Presidência do IBGE, aprovou uma atualização da Divisão Regional do Brasil em Microrregiões Geográficas. O embasamento era que o desenvolvimento capitalista de produção afetou de forma diferenciada o território nacional. Assim, algumas áreas sofreram mudanças institucionais significativas e avanços socioeconômicos, porém, outras se manteriam estáveis ou então iriam apresentar problemas acentuados ao longo dos anos. (BRASIL, 2010).

Dessa forma, nesta dissertação os conceitos de microrregião e mesorregião terão embasamento no que preceitua o IBGE.

Define-se como Microrregião Geográfica um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração; e Mesorregião Geográfica como um conjunto de Microrregiões, contíguas e contidas na mesma Unidade da Federação, definidas com base no quadro natural, no processo social e na rede de comunicações e lugares. (BRASIL, 2010, p.23).

A problemática regional, em suas várias dimensões, e no caso específico desse trabalho, a articulação dela com a questão da educação são fundamentais para entendermos o processo de expansão e democratização ao acesso a educação no Brasil. O Brasil por se tratar de um país com dimensões continentais traz em seu bojo disparidades inter-regionais históricas.

As principais medidas no trato das disparidades regionais no país tiveram

início mais sistematicamente na década 1960 com as políticas de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia a partir da criação das superintendências de desenvolvimento, que tinham como objetivo promover a integração das regiões mais atrasadas ao desenvolvimento nacional.

A distância em relação aos grandes centros e ausência de aparato econômico industrial eram vistos como um dos principais fatores para disparidades inter-regionais. Entretanto, mudanças recentes no padrão de acumulação capitalista têm colocado como fator fundamental para o desenvolvimento a formação de capital humano, tendo assim a educação um papel preponderante nesse processo. O que nos leva a crer que a política de expansão da Rede Federal de Educação conforme apontado nas diretrizes que norteiam a expansão, em que pese a preocupação com a ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional, esteja aliada a esses novos valores e concepções sobre o desenvolvimento.

O Estado do Rio de Janeiro (ERJ) possui 92 Municípios distribuídos em uma área total de 43.781,566 Km², onde vivem 15.989.929 habitantes. A Mesorregião Noroeste Fluminense (NOF) do ERJ é composta por 13 municípios, que são subdivididos em duas microrregiões: Microrregião de Santo Antônio de Pádua e Microrregião de Itaperuna. A MSAP é constituída por um total de seis municípios: Aperibé, Cambuci, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá. (IBGE, 2010). O recorte escolhido para abordagem neste trabalho é a MSAP, pelo fato do Campus do IFFluminense em estudo está implantado nessa microrregião. Porém, alguns dados mais gerais referentes ao ERJ e a Região NOF também serão expostos, mesmo não sendo o objeto principal de análise.

Neste capítulo foram realizados levantamentos das informações sobre o perfil socioeconômico da MSAP, abordando questões, como por exemplo, população residente, população urbana e rural, população por faixa etária, população em idade ativa e população economicamente ativa.

Foram levantados também os dados envolvendo os aspectos econômicos relativos ao produto interno bruto, a dinâmica econômica da MSAP, incluindo o

número de empresas e os setores de atividades que mais empregam, além do recebimento de royalties.

Por fim, dados referentes ao IDH e IDHM são analisados neste capítulo.

O objetivo foi realizar um levantamento de dados socioeconômicos sobre a MSAP, com o intuito de construir um panorama sobre as características dos municípios. A partir dos levantamentos obtidos, as ações desenvolvidas pelo Campus Santo Antônio de Pádua poderão ser problematizadas frente ao perfil da microrregião de abrangência.

Dessa forma, iremos apresentar alguns dados da microrregião de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua a fim de possibilitar uma análise de possíveis conexões entre esse perfil e a oferta de cursos.

3.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS: POPULAÇÃO RESIDENTE; POPULAÇÃO URBANA E RURAL; POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA; POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA; E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA.

A tabela 4 traz os dados referentes à população residente, a área total e a densidade demográfica do ERJ, da Região NOF e dos municípios da MSAP.

Tabela 4: População Residente, área total e densidade demográfica do ERJ, Região NOF e dos Municípios da MSAP.

	APERIBÉ	CAMBUCI	ITAOCARA	MIRACEMA	S.ANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	S. J. DE UBÁ	NOF	ERJ
POPULAÇÃO EM 2010	10.213	14.827	22.899	22.843	40.589	7.003	317.493	15.989.929
ÁREA (KM ²)	94.636	561,700	431,335	304,519	603,357	250,280	5.373,545	43.781,566
DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM ²)	107,92	26,40	53,09	88,15	67,27	27,98	59,00	365,23

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) com dados fornecidos na base de dados do IBGE (2010)).

Analisando inicialmente os dados populacionais, podemos verificar na tabela 4, que o Município de São José de Ubá tem a menor população da microrregião, 7.003 habitantes. Além disso, apresenta a segunda menor densidade demográfica com 27,98 hab/km², sendo maior apenas que o Município de Cambuci que tem 26,40 hab/km².

O Município de Santo Antônio de Pádua tem o maior número de habitantes, contabilizando 40.589 pessoas no ano de 2010. Aperibé é o município que possui a maior densidade demográfica da MSAP, sendo 107,92 hab/km², seguido pelo Município de Miracema com 88,15 hab/km². O Município de Aperibé, mesmo não sendo o que tem menor população é o que possui menor área em Km², justificando a densidade alta.

A população total incluindo todos os municípios que formam a MSAP representa 0,74% da população do ERJ e 37,2% da população da Região NOF. Assim, há um impacto significativo no total da população da Região NOF, mas o mesmo não acontece em relação ao ERJ, pois a MSAP é composta na sua totalidade por pequenos municípios. Além disso, alguns municípios têm convivido com uma perda de população ao longo dos últimos dez anos.

Na tabela 5, é possível observar a evolução da população residente nos Municípios da MSAP.

Tabela 5: Evolução da população residente nos municípios da MSAP.

	APERIBÉ	CAMBUCCI	ITAOCARA	MIRACEMA	SANTO A. NTÔNIO DE PÁDUA	S. J. DE UBÁ
POPULAÇÃO EM 2000	8.018	14.670	23.003	27.064	38.692	6.413
POPULAÇÃO EM 2010	10.213	14.827	22.899	22.843	40.589	7.003
POPULAÇÃO ESTIMADA PARA 2016	11.160	14.824	22.736	22.607	41.246	7.236

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) com dados fornecidos na base de dados do IBGE (2010)).

Constatamos que, considerando o censo do IBGE dos anos de 2000, 2010 e as estimativas para o ano de 2016, os Municípios de Itaocara e Miracema perderam em população, principalmente o Município de Miracema, com um percentual de perda de 15,5% no ano de 2010 em relação ao ano de 2000. De acordo com as estimativas do IBGE para o ano de 2016, Miracema irá continuar diminuindo em relação ao número de habitantes, porém não em percentual tão alto como no caso citado. Dentre os municípios da MSAP, considerando os anos de 2000 e 2010, apenas Itaocara e Miracema perderam população, todos os outros tiveram evolução.

Dando prosseguimento na análise dos dados populacionais dos municípios da MSAP, na tabela 6 podemos verificar o levantamento do IBGE no ano de 2010 referentes à população urbana e rural.

Tabela 6: População urbana e rural residente nos municípios da MSAP no ano de 2010.

	APERIBÉ	CAMBUCCI	ITAOCARA	MIRACEMA	S ANTO ANOTÔNIO DE PÁDUA	S. J. DE UBÁ
POPULAÇÃO URBANA EM 2010	8.878	11.292	17.326	24.741	31.100	3.098
POPULAÇÃO RURAL EM 2010	1.335	3.535	5.573	2.102	9.489	3.905

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) com dados fornecidos na base de dados do IBGE (2010)).

A população Urbana de São José de Ubá contabilizou 3.098 habitantes no ano de 2010. Já a população rural possuía 3.905 habitantes, sendo 26,5% maior que a população urbana. Dessa forma, dentre todos os municípios da MSAP, apenas o Município de São José de Ubá possuía população rural superior à população urbana, como podemos observar, no ano de 2010.

A tabela 7 trás de forma mais detalhada a distribuição da população dos municípios da MSAP, mais especificamente relacionada à faixa etária.

Tabela 7: População residente no ERJ, Região NOF e nos municípios da MSAP, por grupos de idade, em porcentagem.

FAIXA ETÁRIA	MUNICÍPIOS							
	APERIBÉ	CAMBUCCI	ITAOCARA	MIRACEMA	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	S. J. DE UBÁ	NOF	ERJ
0 A 14 ANOS	20%	19%	19%	22%	20%	20%	21%	21%
15 A 19 ANOS	7%	7%	7%	9%	8%	8%	8%	8%
20 A 29 ANOS	17%	15%	15%	15%	16%	16%	15%	17%
30 A 39 ANOS	15%	15%	15%	14%	16%	16%	15%	16%
40 A 49 ANOS	15%	15%	15%	14%	14%	15%	15%	14%
50 A 59 ANOS	12%	12%	12%	11%	11%	11%	11%	11%
60 ANOS OU MAIS	14%	17%	17%	15%	15%	14%	15%	13%

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) com dados fornecidos na base de dados do IBGE (2010)).

No tocante a essa especificidade da população, na faixa etária que compreende as pessoas com 60 anos ou mais, todos os municípios da MSAP têm percentual superior ao ERJ (13%). Entretanto, os Municípios de Aperibé (14%) e São José de Ubá (14%) ficam abaixo da média da Região NOF (15%).

Outra questão que chama atenção é referente à faixa etária entre 15 e 19 anos. Embora esteja próximo da média do ERJ (8%) e da Região NOF (8%), a população com faixa etária entre 15 e 19 anos nos municípios da microrregião é a menor entre todos os grupos de idade, sendo essa a idade em que abrange a maior parte dos alunos matriculados nos cursos do ensino técnico integrado ao ensino médio no Campus Santo Antônio de Pádua. Miracema é o único município que tem média superior ao ERJ e a Região NOF. Santo Antônio de Pádua (8%) e São José de Ubá (8%) tem a mesma média do ERJ e da Região NOF. Já os Municípios de Aperibé, Cambuci e Itaocara, todos com 7%, ficam abaixo da média do ERJ e da Região NOF.

Mesmo sendo o município que mais perdeu em população nos últimos anos, de 2000 para 2010, principalmente, Miracema possui a maior taxa percentual da população entre 0 e 14 anos (22%), superando a média do ERJ (21%) e da Região NOF (21%).

A tabela 8 nos apresenta os dados da população em idade ativa (PIA) e da

população economicamente ativa (PEA), nos municípios da MSAP.

Tabela 8: População em idade ativa e economicamente ativa, por município no ano de 2010.

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA - PIA (CONSIDERADA DE 15 A 65 ANOS)	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – PEA
APERIBÉ	7.232	4.989
CAMBUCI	10.260	6.868
ITAOCARA	16.127	11.610
MIRACEMA	18.160	13.209
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	28.358	20.408
SÃO JOSÉ DE UBÁ	4.966	3.353

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) com dados fornecidos na base de dados do IBGE (2010)).

Ao realizarmos a análise da população em idade ativa (PIA) e a população economicamente ativa (PEA) de acordo com a tabela 8, iremos considerar, segundo definição do IBGE (2010). Assim,

População em Idade Ativa - compreende a população economicamente ativa e a população não economicamente ativa. **População Economicamente Ativa** - Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: **população ocupada** - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). **População Desocupada** - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.). **População Não Economicamente Ativa** - As pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas⁴.

O percentual da PEA em relação a PIA no Município de Cambuci é de 64%. O Município de Miracema se destaca com a maior taxa, que é de 72,7%, seguido por Santo Antônio de Pádua e Itaocara, ambos com 72%. Em seguida, iremos continuar analisando o levantamento dos dados da MSAP, a partir dos aspectos econômicos.

4

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>. Acesso em: 15 jan. 2017.

3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS: PIB; NÚMERO DE EMPRESAS; SETORES DE ATIVIDADES QUE MAIS EMPREGAM; ROYALTIES.

Dando prosseguimento à caracterização da MSAP, apresentamos os dados econômicos com o intuito de possibilitar uma análise do perfil dos municípios, abordando aspectos como PIB, número de empresas e setores de atividades que mais empregam, além do recebimento de royalties por parte dos municípios da MSAP. A tabela 9 possibilita uma análise da participação do PIB dos setores na economia dos municípios analisados.

Tabela 9: Participação do PIB dos setores na economia do ERJ, Região NOF e dos municípios da MSAP, no ano de 2012.

SETORES	MUNICÍPIOS							
	APERIBÉ	CAMBUCCI	ITAOCARA	MIRACEMA	S.ANTO ANTONIO DE PÁDUA	S. J. DE UBÁ	NOF	ERJ
INDÚSTRIA	10,6%	11,3%	9,1%	10,2%	13,7%	7,2%	12,3%	27,4%
SERVIÇOS E COMÉRCIO	34,4%	32,1%	43,7%	41,8%	44,3%	27,3%	43,5%	42,1%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	46,1%	36,5%	35,1%	40,6%	29,4%	35,3%	32,7%	15,3%
AGROPECUÁRIA	4,7%	13,9%	7,2%	2,9%	3,1%	23,1%	4,8%	0,4%
IMPOSTOS	4,2%	6,1%	4,9%	4,5%	9,5%	7,0%	6,7%	14,9%
TOTAL EM MILHÕES	110.190	202.313	310.138	314.984	655.036	103.507	4.675,264	504.221.371

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) com base nos dados fornecidos pelo IBGE (2016) e no estudo da FIRJAN (2015,p.05)).

Entretanto, diante dos dados apresentados na tabela 9, é necessário ressaltar que, o total da riqueza produzida na Região NOF, a qual faz parte a MSAP, medida pelo Produto Interno Bruto, alcançou aproximadamente 4,7 bilhões no ano de 2012, representando 0,92% do total produzido no ERJ, que foi de aproximadamente 504 bilhões. Setorialmente, o setor de Serviços e Comércio teve a maior participação para o PIB da Região NOF, correspondendo a 43,5%.

Observamos que nos municípios que compõem a MSAP o principal produto da atividade econômica está ligado ao setor de Serviços e Comércio e à Administração Pública, realidade essa que se assemelha ao conjunto dos pequenos municípios no país, por serem dependentes dos recursos de repasses federais. Essa tendência vai ao encontro do que podemos observar com o ERJ e a Região

NOF. A diferença é que o setor de Indústria no ERJ supera a Administração Pública. Os Municípios de Santo Antônio de Pádua (44,3%) e Itaocara (43,7%) de participação relacionada aos Serviços e Comércio foram os que tiveram maior representatividade dentro da MSAP nesses setores, situação oposta ao Município de São José de Ubá, que foi o que menos contribuiu, um total de 27,3%.

No que se refere à Administração Pública, o Município de Aperibé foi o que apresentou maior dependência econômica desse setor com 46,1%, seguido por Miracema com 40,6%. Já Santo Antônio de Pádua, teve a menor representatividade, apenas 29,4%.

O setor de Indústria tem um percentual bem abaixo dos setores de serviços e comércio e da administração pública. Em todos os municípios da MSAP o percentual fica abaixo do que podemos constatar na média do ERJ, que é de 27,4%. Quando realizamos essa comparação com a média da Região NOF, que é de 12,3%, apenas o Município de Santo Antônio de Pádua supera, com um total de 13,7% de participação neste setor, demonstrando que o município tem importante contribuição para a Região NOF. Os Municípios de São José de Ubá, com 7,2%, e Itaocara com 9,1%, são os que têm menor representatividade nesse setor analisado.

O Município de Santo Antonio de Pádua é o que possui o menor PIB relativo à Administração Pública e o maior da Indústria, possuindo um perfil um pouco diferente em relação aos demais municípios.

Em relação aos Impostos, o Município de Santo Antônio de Pádua com (9,5%), mesmo ficando abaixo em percentual do ERJ (14,9%), é o que tem a maior participação dentre os municípios da MSAP, sendo acompanhado por São José de Ubá (7,0%). Os Municípios com menor percentual é Aperibé (4,2%), Miracema (4,5%) e Itaocara (4,9%).

Após fazer a análise da tabela 9, podemos constatar como Santo Antônio de Pádua tem relevância para a economia da microrregião. Apenas nos setores de Administração Pública e Agropecuária que o referido município não supera os demais. Além disso, o PIB total de Santo Antônio de Pádua no ano de 2012 foi mais que o dobro quando comparamos com os outros municípios da microrregião.

Prosseguindo com a análise dos dados levantados sobre os aspectos econômicos, a tabela 10 nos mostra o número de estabelecimentos por setor nos municípios da MSAP.

Tabela 10: Número de estabelecimentos por setor, no ERJ, Região NOF e nos municípios da MSAP (2012).

MUNICÍPIOS	SETORES					
	INDÚSTRIA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA	TOTAL
APERIBÉ	51	3	79	35	10	178
CAMBUCI	16	3	70	56	68	213
ITAOCARA	57	11	245	117	68	498
MIRACEMA	56	9	213	106	100	484
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	225	39	453	259	157	1.133
S. J. DE UBÁ	9	7	59	27	44	146
NOF	889	228	2.838	1.905	1.260	7.120
ERJ	20.628	9.794	102.713	133.614	7.134	273.813

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) baseado nos dados fornecidos pela RAIS/TEM (2016) e no Observatório do SEBRAE (2015).

Podemos constatar que a Região NOF possui 2,6% do total de estabelecimentos existentes no ERJ, contabilizando no ano de 2012 um total de 7.120.

Deste total, o agrupamento dos municípios que compõe a MSAP concentra 37,2% dos estabelecimentos da Região NOF, ou seja, um total de 2.652 empresas. O maior percentual dos estabelecimentos instalados na microrregião está localizado no Município de Santo Antônio de Pádua, correspondendo a 42,7% da MSAP, ratificando sua importância para a economia não apenas de sua microrregião, mas também para a Região NOF. Em seguida vem os Municípios de Itaocara com 18,7% e Miracema 18,3%. O menor percentual de empresas fica no Município de São José de Ubá, que é de apenas 5,5%.

Os estabelecimentos da Região NOF estão mais concentrados nos setores de Comércio e Serviços, com um total de 39,9% e 26,8%, respectivamente.

Analisando os dados referentes à MSAP, essa tendência do Comércio também se confirma em todos os municípios da microrregião. Entretanto, em alguns municípios o setor de Serviços não segue a realidade do NOF, ficando atrás da Indústria e da Agropecuária.

O Município de Itaocara tem 49% dos estabelecimentos no setor de Comércio e 23,5% referente aos Serviços. Miracema tem 44% das empresas no setor de Comércio e 22% nos Serviços. Santo Antônio de Pádua com um total de 40% no setor de Comércio e 22,9% nos Serviços reforça o que é possível constatar com o NOF. Porém, nos Municípios de Cambuci e São José de Ubá o setor Agropecuário é mais forte que os Serviços, com 31% e 30%, respectivamente, no setor de Agropecuária. Essa relevância do setor Agropecuário talvez possa justificar porque foi sugerido um curso nessa área na audiência pública realizada no ano de 2013, durante o processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua.

No Município de Aperibé não é o setor Agropecuário que fica em segundo lugar, mas o setor de Indústria. Dentre os municípios da Microrregião de Santo Antônio de Pádua, Aperibé possui o maior percentual quando analisamos o setor de indústria, sendo 28,7% de seus estabelecimentos nessa área, superando inclusive os Serviços que possui 19,7%. Santo Antônio de Pádua com 19,8% e Miracema com 11,6% vem logo em seguida, quando a análise é o percentual de empresas no setor de indústria nos municípios da microrregião.

O setor de Construção Civil é o que possui menor representatividade em relação ao percentual de empresas nos municípios da MSAP. Se contabilizarmos o número de estabelecimentos existentes agregando todos os municípios da MSAP, o setor de Construção Civil representa apenas 2,8% das empresas, percentual bem abaixo dos setores de Comércio, Serviços, Agropecuária e Indústria com 43,6%, 23,4%, 17,4% e 16,1%, respectivamente. Diante disso, não visualizamos justificativas pertinentes para a implantação de um curso de Edificações no Campus Santo Antônio de Pádua como ocorreu. A efetivação desse curso, que está em andamento no ano de 2016, coloca em xeque se o IFFluminense realizou o mapeamento das potencialidades da região, pois certamente teria constatado o que está claro diante dos números apresentados.

Vale destacar, que a análise apresentada anteriormente, referente ao número de estabelecimentos, em percentual, não significa que o município com maior percentual é o que tem maior número de empresas na MSAP, visto se tratar de diferentes formas de análise de um objeto, com resultados diversos. Assim, na tabela 10, que foi utilizada para fazer a referida análise em percentual, também é possível verificar o número real de empresas por setor, no ERJ, Região NOF e nos municípios da MSAP, relativo ao ano de 2012.

A tabela 11 será importante para analisarmos os empregos formais distribuídos pelos setores da economia no ano de 2012.

Tabela 11: Total de empregos formais por setor, no ERJ, Região NOF e nos municípios da MSAP (2012).

MUNICÍPIOS	SETORES						TOTAL
	INDÚSTRIA	CONST. CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA	ADM. PÚBLICA	
APERIBÉ	506	39	406	133	19	682	1.785
CAMBUCI	261	5	247	252	118	713	1.596
ITAOCARA	480	47	859	823	158	762	3.129
MIRACEMA	675	122	845	532	217	1.248	3.639
SANTO ANTONIO DE PÁDUA	2.101	220	2.057	1.884	268	1.344	7.874
S. J. DE UBÁ	39	33	188	80	61	691	1.092
NOF	10.702	1.763	13.633	12.610	2.353	13.196	54.257
ERJ	576.097	287.072	851.336	1.950.966	23.438	772.474	4.461.383

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) baseado nos dados fornecidos pela RAIS/TEM (2016) e no Observatório do SEBRAE (2015)).

O ERJ possuía no ano de 2012 um total de 4.461.383 empregos formais. Dessa forma, 43,7% dos empregos estão no setor de Serviços, seguidos pelo Comércio com 19% e Administração Pública com 17,3%. O setor de Agropecuária fica em último lugar com 0,52%, seguido da Construção Civil e da Indústria com 6,4% e 12,9%, respectivamente.

O NOF contabilizou 54.257 empregos formais, isso corresponde a 1,2% do total do ERJ, apenas. Esse baixo quantitativo constatado pode ser influência de um

possível elevado número de pequenos negócios instalados na Região.

Na Região NOF os maiores percentuais de empregos são nos setores de Comércio com 25,1%, Administração Pública apresentando 24,3% e Serviços com 23,2%. O setor de Construção Civil é o que menos representa em número de empregos, apenas 3,2% do total, e logo em seguida temos a Agropecuária com 4,3%.

Ao realizarmos uma análise mais específica dos municípios da MSAP, em relação aos empregos formais, observamos que os maiores percentuais estão relacionados à Administração Pública. Este setor tem papel importante em relação aos empregos formais em diversos municípios. São José de Ubá tem 63,3% dos empregos nessa área, sendo acompanhado pelos Municípios de Cambuci, Aperibé e Miracema, com 44,7%, 38,2% e 34,3%, respectivamente. Estes percentuais estão bem acima do que encontramos no ERJ com 17,3% e na Região NOF, que é de 24,3%.

Outro setor que se destaca na quantidade de empregos na MSAP é o de Comércio, mais especificamente nos Municípios de Itaocara com 27,4% e Santo Antônio de Pádua com 26,1% dos empregos nesse setor. O Município de Cambuci é o que tem menor percentual, 15,5%.

O setor de Indústria é o terceiro que mais se destaca em percentual de empregos nos municípios. O Município de Aperibé com 28,3% e Santo Antônio de Pádua com 26,6 são os que têm maior percentual de empregados nessa atividade. O Município de São José de Ubá com apenas 3,5% de pessoas empregadas nesse setor é o que menos se destaca.

A tabela 11 nos mostra a relevância do Município de Santo Antonio de Pádua dentro da microrregião no que se refere aos empregos formais na Indústria, visto que ele é o único município que emprega mais nesse setor do que na Administração Pública. Além disso, demonstra o papel da Administração Pública em relação aos empregos formais nos demais municípios.

Uma questão que merece destaque é que, embora os dados do Ministério do

Trabalho coloquem o setor de Extrativa Mineral em Santo Antônio de Pádua com um baixo número de empregos, os dados informados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua e pelo Sindicato de Extração e Aparelhamento de Gnaisses no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro (SINDGNAISSES), são bastante significativos para a região.

Segundo as informações coletadas, o setor de rochas ornamentais, juntamente com o setor de papel e celulose empregam 6 mil pessoas diretamente, apenas considerando o Município de Santo Antônio de Pádua. O SINDGNAISSES tem 76 empresas do ramo de rochas ornamentais cadastradas no sindicato, incluindo várias empresas que tem em seu escopo de atividades a exportação de rochas beneficiadas.

Conforme já constatados em diversos estudos sobre o setor, como por exemplo, do Serviço Geológico do ERJ no ano de 2012, através do Departamento de Recursos Minerais (DRM), a informalidade é uma questão que persiste nesse ramo de rochas ornamentais. Esse pode ser o motivo do baixo número de empregos formais constatados nos bancos de dados do Ministério do Trabalho. De acordo com os dados do DRM, a Região NOF, mais especificamente o Município de Santo Antônio de Pádua, juntamente com a Região Norte Fluminense, são consideradas os principais polos de extração mineral do ERJ em quantidades de jazidas minerais de rochas ornamentais e de revestimento. Dessa forma, a Região NOF tem reconhecido o Arranjo Produtivo Local (APL) de rochas ornamentais, que tem como centro produtor o Município de Santo Antônio de Pádua, concentrando um total de 154 empresas de extração e beneficiamento, no ano de 2012. O município de Santo Antônio de Pádua está entre os principais do ERJ no ranking de relevância no setor de rochas ornamentais. (DRM, 2012).

Essa importância do setor de rochas ornamentais para a MSAP pode ser um dos motivos para as sugestões de cursos nessa área de mineração, geologia e afins, incluindo também cursos na área ambiental, tendo em vista que o setor de rochas ornamentais pode causar, se não houver estudos e práticas ambientais sustentáveis significativas, prejuízos para o meio ambiente.

O setor de papel e celulose é o único que possui indústria de grande porte no Município de Santo Antônio de Pádua, sendo essa atividade um dos principais vetores econômicos do Município (FIRJAM, 2015). Mesmo sendo relevante para o ERJ e para a Região NOF, nenhuns campi do IFFluminense oferta cursos na área de celulose, demonstrando um descompasso em relação ao preceito de contribuir para o fortalecimento dos arranjos produtivos locais.

O setor de Serviços tem destaque em dois municípios, a saber: Itaocara com 26,3% de pessoas empregadas e Santo Antônio de Pádua com 24% de empregados. Os Municípios de São José de Ubá e Aperibé têm os menores índices, com 7,3% e 7,4%, respectivamente.

Já o setor de Construção Civil é o que tem menos impacto nos empregos na MSAP, com destaque negativo principalmente para os Municípios de Cambuci com 0,3%, Itaocara apenas 1,5% e Aperibé com 2,2%.

Como podemos observar, as tabelas 10 e 11 apresentam uma fragmentação um pouco maior dos setores em relação à tabela 9, que apresentou a participação do PIB. Assim, os dados relativos à Construção Civil não estão integrados dentro dos números da Indústria, como ocorreu na tabela 9, mas são apresentados separadamente. Além disso, os setores de Comércio e Serviços estão separados, diferentemente do que ocorreu também na tabela 9.

Na tabela 12 podemos verificar a arrecadação dos municípios da MSAP relacionado aos royalties.

Tabela 12: Arrecadação do ERJ e dos Municípios da MSAP, relacionado aos Royalties nos anos de 2013 a 2015.

MUNICÍPIOS	ANO DE RECEBIMENTO		
	2013	2014	2015
APERIBÉ	5.617.703,10	6.008.413,56	4.191.779,71
CAMBUÇI	6.152.731,74	6.581.000,98	4.587.909,23
ITAOCARA	6.955.262,02	7.439.392,44	5.187.375,41
MIRACEMA	7.222.772,09	7.725.522,97	5.389.267,54
S. A. DE PÁDUA	8.292.812,42	8.869.862,83	6.184.736,87
S. J. DE UBÁ	5.350.201,50	5.722.609,56	3.990.178,05
ERJ	2.982.024.867,90	3.213.771.454,00	2.308.763.476,40

Fonte: Boletim Petróleo, Royalties e Região (2015)

Em se tratando de recebimento de Royalties, dos municípios da MSAP, todos tiveram um aumento na arrecadação no ano de 2014 em relação ao ano de 2013, conforme podemos constatar na tabela 12. Da mesma forma, todos eles também tiveram uma queda significativa no ano de 2015 em relação ao ano de 2014. Esses dois movimentos citados na dinâmica de recebimento de Royalties foram ao encontro do ocorrido com o ERJ nesse período analisado, que também teve a mesma ascensão e queda ocorridas nos municípios da MSAP.

Dentre os municípios da microrregião, Santo Antônio de Pádua foi o que mais arrecadou com Royalties entre os anos de 2013 a 2015, sendo que no ano de 2014 o município teve a maior arrecadação R\$ 8.869.862,83, e em 2015 a menor arrecadação, apenas R\$ 6.184.736,87. O Município de Miracema vem logo em seguida com sua maior arrecadação também no ano de 2014, que foi de R\$ 7.725.522,97 e a menor ocorreu no ano de 2015, um total de R\$ 5.389.267,54.

O município da microrregião com menor arrecadação de royalties foi São José de Ubá nos três anos analisados, sendo que o melhor ano nesse sentido foi em 2014 com R\$ 5.722.609,56 e o pior em 2015, com R\$ 3.990.178,05.

Diante do que foi exposto nesse capítulo, é possível constatar que o Município de Santo Antônio de Pádua é o que apresenta maior relevância econômica dentre todos os municípios que integram a MSAP. Além disso, podemos

verificar que esse município tem significativa influência na economia da Região NOF.

Contudo, a MSAP é composta por pequenos municípios, a maioria deles é dependente da Administração Pública, sendo o Município de Santo Antônio de Pádua o único na microrregião que possui mais empregos formais no setor de indústria do que na Administração Pública.

3.3 ASPECTOS SOCIAIS: IDH; IDHM; REDE ESCOLAR.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pelas Nações Unidas. O intuito é servir para medir o desenvolvimento dos países no mundo a partir de 3 indicadores, a saber: educação; longevidade e renda. Em relação à educação o que se considera é a combinação da média dos anos de estudo da população adulta com os anos de estudos esperados da população jovem. O segundo indicador, ou seja, longevidade é medida pela expectativa de vida das pessoas ao nascer. Já o terceiro indicador é dado pela renda média per capita nacional medida em dólar-PPC (paridade do poder de compra). O Brasil tem o IDH de 0,755. Dessa forma, está em 75º lugar no ranking, entre os 188 países e territórios reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, está situado na faixa de alto desenvolvimento humano, mesma categoria que ocupam países como Turquia, México e Rússia. (TCE, 2015).

Entre os anos de 1990 e 2014, os brasileiros ganharam 9,2 anos em relação à expectativa de vida. Além disso, viram sua renda aumentar em 50,7%, e na educação, a expectativa de anos de estudos para uma criança que entra para o ensino em idade escolar cresceu 24,5% (3 anos) e a média de anos de estudos de adultos com 25 anos ou mais de idade subiu 102,6% (3,9 anos). Diante desses números, foi o crescimento mais significativo registrado na América do Sul, no período. Entretanto, países vizinhos como Argentina (40º), Chile (42º) e Uruguai (52º) continuam com o IDH melhor que o Brasil. Por outro lado, países como Peru (84º), Equador (88º) e Colômbia (97º) estão atrás do Brasil. (TCE, 2015).

Na tabela 13 podemos observar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Este índice é calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro de Minas Gerais. Para realizar esse cálculo é feita uma série de ajustes para que possa haver uma adaptação à realidade do Brasil. O resultado que foi divulgado no ano de 2013, publicado com o nome de atlas do desenvolvimento Humano no Brasil 2013, foi feito com base nos dados do Censo do IBGE 2010. Para possibilitar visualizarmos possíveis evoluções dos municípios, a tabela 13 foi construída utilizando também os dados do IDHM referente ao ano de 2000. O IDHM pode variar de 0 a 1, classificando os resultados em 5 faixas de desenvolvimento, quais sejam: muito baixo (de 0,000 a 0,499); baixo (de 0,500 a 0,599); médio (de 0,600 a 0,699); alto (de 0,700 a 0,799); e muito alto (de 0,800 a 1,000). Dessa forma, quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano. (TCE, 2015).

Tabela 13: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios da MSAP, 2000 e 2010

PERÍODO	MUNICÍPIOS					
	APERIBÉ	CAMBUCCI	ITAOCARA	MIRACEMA	SANTO ANTONIO DE PÁDUA	S. J. DE UBÁ
IDHM 2000	0,620	0,599	0,627	0,615	0,611	0,542
IDHM 2010	0,692	0,691	0,713	0,713	0,718	0,652

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) com base no Estudo do TCE (2015) e no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil⁵ (2105)).

O IDHM do Município de Santo Antônio de Pádua era de 0,611 no ano de 2000 e passou para 0,718 em 2010. Com isso, este município passou a ficar situado na faixa de desenvolvimento humano alto. Entre os anos analisados, ou seja, 2000 e 2010, a dimensão que teve aumento mais significativo em termos absolutos foi a educação, com um aumento de 0,191, seguida por renda e por longevidade. Entretanto, no ano de 2010, o indicador com a maior dimensão na contribuição para

⁵ Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 12 dez 2016.

o IDHM no município foi longevidade, com índice de 0,806, sendo seguida de renda, com um índice de 0,709 e de educação, com índice de 0,648. O Município de Santo Antônio de Pádua ocupa a 1.362^a posição em relação aos 5.570 municípios do país. Quando a análise é o ERJ, Santo Antônio de Pádua ocupa a 35^a colocação. Assim, é o que se encontra em melhor posição entre os municípios da Microrregião de Santo Antônio de Pádua. (TCE, 2015).

Ao realizarmos uma análise no ranking estadual do IDHM referente ao período de 2000 a 2010, observamos que todos os municípios da Microrregião de Santo Antônio de Pádua caíram de posição, exceto o Município de Santo Antônio de Pádua, que saiu da 44^a colocação em 2000 para a 35^a no ano de 2010. O destaque negativo ficou por conta de Aperibé, que caiu 34 posições e Itaocara, que desceu 22 posições. Além disso, o Município de São José de Ubá manteve a última colocação entre os municípios da microrregião.

Quanto à situação da faixa de desenvolvimento humano que ocupa cada município da microrregião, de acordo com os dados referentes ao ano de 2010, 3 (três) municípios estão situados na faixa alta do IDHM, quais sejam: Santo Antônio de Pádua (0,718); Itaocara (0,713); e Miracema (0,713). Os Municípios de Aperibé (0,692), Cambuci (0,691) e São José de Ubá (0,652), estão na faixa média do IDHM.

Como a educação também faz parte da composição desses indicadores, é importante observarmos a quantidade de instituições educacionais de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, no ano de 2015, nos municípios da MSAP. A tabela 14 demonstra, inclusive, as instituições privadas instaladas nos municípios da microrregião.

Tabela 14: Número de escolas públicas e privadas na MSAP.

MUNICÍPIOS	Nº DE ESCOLAS DE ED. INFANTIL		Nº DE ESCOLAS DO ENS. FUNDAMENTAL			Nº DE ESCOLAS DO ENS. MÉDIO			TOTAL DE ESCOLAS
	MUNICIPAL	PRIVADA	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA	ESTADUAL	FEDERAL	PRIVADA	
APERIBÉ	6	1	3	2	1	2	0	0	15
CAMBUCCI	10	3	11	3	3	3	1	0	34
ITAOCARA	14	3	15	6	3	5	0	2	48
MIRACEMA	14	3	11	6	4	6	0	3	47
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	24	4	22	4	4	7	1	4	70
S. J. DE UBÁ	8	0	8	1	0	1	0	0	18

Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) com base nos dados fornecidos pelo IBGE (2015).

Se somarmos todas as instituições dos níveis de ensino apresentados na tabela 14, a MSAP possui 232 escolas. Destas, 146 são municipais, 46 estaduais, 02 federais e 38 escolas privadas.

Santo Antônio de Pádua é o município que possui maior número de escolas, um total de 70, sendo 46 pertencentes ao município, 11 geridas pelo Estado, 01 Federal e 12 escolas privadas. Porém, esse é o único município da microrregião em que a quantidade de escolas estaduais é inferior ao número de escolas privadas.

A escola Federal instalada em Santo Antônio de Pádua é um Campus do IFFluminense. Vale destacar que, por ter caráter pluricurricular, pode oferecer inclusive cursos de nível superior. Essa escola teve sua implantação no ano de 2015 e poderá ser um importante equipamento público para a melhoria do sistema educacional instalado na região, assim como contribuir para o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

O Município de Itaocara tem 48 escolas, sendo 29 municipais, 11 estaduais e 08 privadas. Neste município, não ocorre como no Município de Santo Antônio de Pádua, pois a representatividade do Estado é maior que a do setor privado. O mesmo acontece com o Município de Miracema, que vem em seguida com 47 escolas, contabilizando 25 escolas municipais, 12 estaduais e 10 privadas.

Além de Santo Antônio de Pádua o município de Cambuci também possui um Campus do IFFluminense. Este município possui um total de 34 escolas, sendo 21 municipais, 06 estaduais, 01 Federal e 06 escolas privadas.

Fato interessante que podemos observar na tabela 14 é que, apesar do Município de São José de Ubá possuir população inferior quando comparado com o Município de Aperibé, o Município de São José de Ubá possui mais escolas do que podemos constatar em Aperibé. Além disso, ao contrário do que ocorre com todos os outros municípios da microrregião, todas são geridas pelo poder público, visto não ter nenhuma escola privada no Município de São José de Ubá.

Dessa forma, enquanto o Município de Aperibé possui um total de 15 escolas, sendo 09 municipais, 04 estaduais e 02 privadas, o Município de São José de Ubá contabiliza 18 escolas, sendo 16 municipais e 02 estaduais.

Uma questão importante que não está na tabela 14, mas que vale a pena destacar, é que nos últimos anos, vem sendo construída no Município de Santo Antônio de Pádua uma importante estrutura educacional, contemplando a instalação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense e Fundação de Apoio a Escola Técnica (FAETEC). Pelo fato das instalações dessas instituições estarem ao longo de uma mesma avenida, a Avenida João Jasbik, no Bairro Aeroporto, esse local ficou conhecido como “corredor educacional”.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) está inserida em Santo Antônio de Pádua com a oferta de diversos cursos: cursos de Bacharelado em Matemática; e Licenciaturas em Matemática; Física; Ciências Naturais; Computação; Pedagogia; e Educação do Campo. Há um total de 07 cursos de graduação em andamento no ano de 2016. Além desses, possui também 01 Programa de Pós-Graduação em Ensino, em nível de mestrado.

O SENAI em Santo Antônio de Pádua é outra instituição que presta serviços educacionais, embora seja do setor privado. Ele tem como proposta atender às demandas da indústria, em diversos segmentos. No ano de 2016 tem os seguintes cursos em andamento: Operação de Sistemas de Sonorização, Pintor Industrial,

Controle dos Processos Logísticos EaD, Eletricidade, Técnico em Logística, Assistente de Recursos Humanos.

O IFFluminense, como já foi dito, está inserido nesse “corredor educacional” com o Campus Santo Antônio de Pádua promovendo a oferta dos cursos que veremos no decorrer desse trabalho.

De todas as instituições abordadas, a FAETEC é a única que ainda não está instalada nesse corredor. Embora as obras do novo prédio na citada avenida já tenham sido concluídas, por questões administrativas as instalações dos cursos oferecidos no ano de 2016 ainda estão sendo desenvolvidos na sede antiga, situada no interior do Parque de Exposições do Município de Santo Antônio de Pádua. Os cursos são os seguintes: Cursos Profissionalizantes em Informática; Curso Técnico em Informática; e Ensino Superior em Pedagogia.

Além disso, o Município possui a Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP), que é uma instituição privada e oferta cursos de nível superior nas áreas de Administração, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Educação Física e Psicologia.

Outros municípios da microrregião também possuem instituições educacionais que não estão contempladas na tabela 14. A FAETEC em Miracema oferece cursos profissionalizantes em Inglês, Espanhol e Informática. Já o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que é privado, tem a oferta dos cursos de Depilador e Agente Comunitário de Saúde. Em Itaocara o SENAC oferece cursos de Cabeleireiro, Design de Sobancelhas, Cuidador de Idosos, Assistente Administrativo, Assistente de Marketing e Vendas, Técnico em Enfermagem e Técnico em Segurança do Trabalho.

Em seguida veremos como ocorreu o processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua.

4. A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Esta etapa da pesquisa mostra a dinâmica da implantação do Campus Santo Antônio de Pádua dentro do contexto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

São demonstrados aspectos referentes ao processo de implantação, abordando desde a doação do terreno por parte da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua, passando pelo perfil dos cursos ofertados no ano de 2016 até chegar à procedência dos discentes atendidos.

4.1. A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA DO IFFLUMINENSE NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA.

A expansão da Rede Federal foi importante para todas as regiões do Brasil. Durante as três fases da expansão (fase I; fase II; e fase III), o número de Estados e Municípios atendidos foram aumentando. Conforme demonstrado na tabela 3 do capítulo 1, foi possível observar que, apesar das unidades da federação ter quantidades distintas de campi, todas estão contempladas com a estrutura da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Entretanto, como o objetivo deste trabalho envolve diretamente o Campus Santo Antônio de Pádua do IFFluminense, implantado no interior do ERJ, ressalta-se a importância que essa expansão da Rede Federal tem para os municípios mais

distantes das capitais, que para este trabalho, a Capital Fluminense. Até o ano de 2003, exceto Bom Jesus do Itabapoana e Campos dos Goytacazes, todos os campi das Escolas Técnicas Federais estavam situados nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No decorrer da expansão, a interiorização dos Institutos Federais foi algo evidente, alcançando todas as regiões do ERJ, deixando explícito o objetivo de interiorizar a estrutura da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. (MEC, 2016).

O IFFluminense tem uma estrutura formada por doze campi. A Região NOF, na qual está situado o Campus Santo Antônio de Pádua, após a implantação deste Campus passou a estar contemplada com 4 campi do Instituto Federal Fluminense: Bom Jesus do Itabapoana; Cambuci; Itaperuna, e Santo Antônio de Pádua. (MEC/PORTARIA 378, 2016).

Diante do contexto de interiorização é que ocorreu a implantação do Campus Santo Antônio de Pádua do IFFluminense na Fase III da expansão. Sua implantação foi possível a partir da parceria entre o Governo Federal e o Governo Municipal. Este último, sob administração do Prefeito José Renato Fonseca Padilha (2009-2012), fez a doação do terreno de 45.838,02 m², situado na Avenida João Jasbick, S/Nº, Bairro Aeroporto, Santo Antônio de Pádua, RJ, em 29 de fevereiro de 2012, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, representado pelo Reitor Luiz Augusto Caldas Pereira, conforme consta em registro no Cartório do 1º Ofício de Justiça de Santo Antônio de Pádua, situado à Rua Coronel Olivier, Nº 65, Centro, Santo Antônio de Pádua. Ficou acertado entre as partes na data do registro da referida doação do terreno, ou seja, 29 de fevereiro de 2012, que o IFFluminense estava assumindo a responsabilidade de iniciar as obras em até 18 meses e concluí-la em no máximo 36 meses, sob pena de reversão ao doador, caso não cumprisse esse item que consta no contrato de doação firmado.

Este prazo foi cumprido pelo IFFluminense e a área construída inicialmente é de 31.000 m². O projeto contempla área de biblioteca, ginásio coberto, auditório, área de convivência, bloco administrativo, laboratórios e 12 salas de aulas. (PORTAL DO IFFLUMINENSE, 2013).

Outra questão a ser destacada nesse processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua é a audiência pública realizada no dia 02 de outubro de 2013, no Teatro Municipal de Santo Antônio de Pádua. Aproximadamente cinquenta pessoas participaram da audiência, entre elas, Gestores do IFFluminense, Secretários Municipais e Representantes de Instituições como a EMATER, o SEBRAE, o Sindicato de Rochas Ornamentais, além de pessoas ligadas aos setores da Indústria, Comércio e Agricultura. Segundo o IFFluminense, a audiência teve por objetivo abrir um canal de diálogo com a comunidade, além de apresentar o Instituto Federal Fluminense. (PORTAL DO IFFLUMINENSE, 2013).

Nessa audiência pública, foi reforçado pela reitoria o papel do IFFluminense com a implantação de um Campus no município. Por outro lado, diversos participantes apresentaram a demanda das necessidades locais referente à formação profissional. Assim, foram sugeridos por eles alguns cursos a serem ofertados em diversas áreas para contribuir para o desenvolvimento da região, quais sejam: agropecuária; engenharia de mineração; geologia; meio ambiente; fundição; moveleira; solda; tornearia; eletricidade; e turismo rural. Foi disponibilizado também um endereço de email para que a população pudesse apresentar novas questões e proposições diante do processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua. (RELATORIA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2013).

Ressaltamos que nenhum dos cursos sugeridos na audiência pública foi implantado até o ano de 2016, mesmo tendo sido registrada em ata a participação de representantes de diversos segmentos da sociedade civil e do setor produtivo local.

Em relação às proposições enviadas para o email disponibilizado na audiência pública, foi observado que grande parte das proposições realizadas não tinha embasamento nas características socioeconômicas da região onde está implantado o Campus Santo Antônio de Pádua. As sugestões de cursos visaram interesses pessoais, com solicitações e considerações que não era o propósito de sua criação.

O Campus do IFFluminense teve a portaria nº 27 de 21 de janeiro de 2015

autorizando seu funcionamento, que foi publicada no Diário Oficial da União em 22 de janeiro de 2015.

Dessa forma, iniciou as atividades no dia 02 de fevereiro de 2015, contando com apenas 80 alunos. No ano de 2016 este número triplicou. O Campus Santo Antônio de Pádua, no ano de 2016, contabilizou um total de 247 alunos, incluindo os 39 alunos do Curso Técnico Concomitante em Mecânica ofertado no Município de Cordeiro, RJ. Assim, o Campus Santo Antônio de Pádua atende não somente ao município no qual está instalado, como também oferece um curso em Cordeiro, RJ. Além disso, extrapola inclusive as divisas do Estado, atendendo alunos com residência fora do ERJ, como veremos no decorrer deste trabalho.

Como foi dito, as atividades no Campus Santo Antônio de Pádua iniciaram dia 02 de fevereiro de 2015. Entretanto, sua inauguração oficial ocorreu dia 30 de outubro do mesmo ano e contou com a presença de Gestores do MEC, do IFFluminense, além de autoridades locais, estudantes e comunidade. Entre os convidados para a cerimônia estava Cibele Daher, ex-reitora do IFFluminense. Foi na gestão dela, no ano de 2011, que foi definido, junto ao Ministério da Educação, que a expansão do IFFluminense chegaria ao Município de Santo Antônio de Pádua. Após os esforços Municipais e Federais, houve a cessão do terreno onde hoje está construído o Campus Santo Antônio de Pádua do IFFluminense. (PORTAL DO IFFLUMINENSE, 2015).

4.2. PERFIL DOS CURSOS: PROJETOS DOS CURSOS; PROCESSO SELETIVO; NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS; PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS.

O Campus Santo Antônio de Pádua em 2016 possui cinco cursos em andamento, sendo um no Município de Cordeiro, RJ. Para cada curso deve ser elaborado um Projeto Pedagógico de Curso (PPC), conforme prevê a regulamentação pertinente. Dessa forma, o PPC é específico de cada curso a ser implantado e ele deve trazer em seu bojo informações como a identificação do curso, justificativa para sua implantação, os objetivos, o perfil do egresso, requisitos de acesso, a organização curricular, a matriz do curso, os componentes curriculares,

a avaliação do processo de aprendizagem, entre outras coisas. (ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DO IFFLUMINENSE, 2015)

Assim, é fundamental realizar nesses projetos de cursos, no momento de sua construção, algumas perguntas para fazer uma reflexão sobre a proposta do curso e as necessidades da região, pois elas devem estar em sintonia. É necessário incluir perguntas como: que profissional desejamos formar; qual será seu perfil; onde poderá atuar; em que lugar e em que momento do processo produtivo; que conhecimentos tecnológicos e científicos são necessários a esse futuro profissional; e quais valores éticos orientam a conduta da sociedade de que esse profissional faz parte. (BRASIL, 2009, p. 23-24). Diante disso, é necessário que a instituição pense nas potencialidades existentes no território de abrangência, para que possa oferecer cursos que tenham impactos qualitativos e que contribuam para o desenvolvimento local e regional.

Entretanto, para criação de cursos é importante observar a vinculação necessária dos cursos de educação básica com a formação profissional. Esse é um dos motivos pelo qual devem prevalecer os cursos na forma integrada, ou seja, formação profissional e formação geral. Ao elencar os objetivos dos Institutos Federais, o Artigo 7º da Lei 11.892/08 deixa clara essa prioridade: “Inciso I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”. (BRASIL, 2008).

Dessa forma, é intencional que os Institutos Federais atuem nesse nível de formação, o que é corroborado pelo Artigo 8º da referida lei, como podemos observar: “Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei”. (BRASIL, 2008).

Este artigo é um dos avanços significativos da lei 11.892/08, pois em período muito recente, ou seja, até o ano de 2003, havia a proibição desta forma de oferta.

Essa lei prioriza a formação integrada, mas não a torna uma exclusividade, visto que outras formas, como por exemplo, a concomitante, ainda pode ser oferecida.

Os processos seletivos para o ingresso das primeiras turmas de alunos ocorreram em diferentes momentos, ou seja, os primeiros cursos com processo seletivo no Campus Santo Antônio de Pádua foram os seguintes: Curso Técnico em Automação industrial integrado ao Ensino Médio (Eixo de Controle e Processos Industriais); Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio (Eixo de Gestão e Negócios); Curso Técnico em Edificações integrado ao Ensino Médio (Eixo de Infraestrutura). As aulas destes cursos tiveram início no mês de fevereiro de 2015.

O processo seletivo para estes cursos, que iniciaram em fevereiro de 2015, ocorreu no ano de 2014, por meio de provas, aplicadas apenas no Município de Santo Antônio de Pádua. Dessa forma, foi regido pelo edital nº 135 de 02/10/2014, retificado pelo edital nº 150 de 13/10/2014, contando com 315 candidatos inscritos, para um total de oitenta vagas, autorizadas pela resolução nº 09/2015 do Conselho Superior do IFFluminense (CONSUP).

No ano de 2015, ocorreu o processo seletivo para o Curso Técnico em Mecânica Concomitante ao Ensino Médio (Eixo de Controle e Processos Industriais), dessa vez, por meio de provas aplicadas apenas no Município de Cordeiro, RJ, pois o curso é ofertado naquele Município. O processo seletivo seguiu os ditames do edital nº 089 e 06/07/2015, tendo um total de 366 candidatos inscritos, que concorreram a cinquenta vagas. Estas vagas foram autorizadas pela resolução do CONSUP nº051/2015 e o curso teve início no mês de setembro do mesmo ano no Município de Cordeiro (RJ).

Ainda no ano de 2015, teve também o processo seletivo para o Curso Técnico em Logística integrado ao Ensino Médio na Modalidade EJA do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) (Eixo de Gestão e Negócios). Este processo seletivo ocorreu por meio de avaliação socioeconômica dos candidatos, além de sorteio público, pelo fato de não terem sido preenchidas as vagas

disponíveis no primeiro momento e foi regido pelo edital nº 103 de 28/09/2015, retificado pelo edital nº 130 de 04/12/2015. Nesta ocasião, teve a oferta de trinta e cinco vagas, autorizadas pela resolução do CONSUP nº 36/2015. Para este curso teve um total de 52 candidatos inscritos para concorrer às vagas disponibilizadas. O curso do PROEJA teve início no mês de fevereiro de 2016.

Essa atenção voltada para o público de educação de jovens e adultos, conforme tem sido observada no Campus Santo Antônio de Pádua é uma das formas para contribuir para o desenvolvimento da região, visto ser um público esquecido durante anos. Esse público do PROEJA tem sido uma das prioridades do Campus Santo Antônio de Pádua. Esta atenção não era possível observar na década de 1990, por exemplo. Esta década foi marcada por políticas educacionais que acabaram impulsionando a proliferação dos cursos direcionados ao atendimento da demanda de qualificação e requalificação profissional do público de jovens e adultos trabalhadores, com baixa escolaridade. Isso ocorreu por meio de cursos de curta duração, totalmente dissociados da educação básica, resultando em grandes perdas para os trabalhadores e num acentuado processo de exclusão social. O intuito não era melhorar a escolaridade do trabalhador, mas sim oferecer uma formação precária com viés puramente tecnicista. (PACHECO, 2012).

Em todos os editais citados foram disponibilizadas pelo menos 50% das vagas para cotas, distribuídas em diferentes categorias, a saber:

- (1). **Cota I:** Todo o ensino fundamental em escola pública e renda familiar abaixo de um salário mínimo e meio per capita em que o candidato seja negro, pardo ou índio;
- (2). **Cota II:** Todo o ensino fundamental em escola pública e renda familiar abaixo de um salário mínimo e meio per capita em que o candidato seja de outras etnias;
- (3). **Cota III:** Todo o ensino fundamental em escola pública e renda familiar acima de um salário mínimo e meio per capita em que o candidato seja negro, pardo ou índio;
- (4). **Cota IV:** Todo o ensino fundamental em escola pública e renda familiar acima de um salário mínimo e meio per capita em que o candidato seja de outras etnias. Estas vagas possibilitam o acesso de pessoas que estejam em busca de uma

oportunidade para continuar os estudos, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no cotidiano.

Os editais do IFFluminense seguem o que preceitua a Lei 12.711/2012 e o Decreto 7.824/2012, ambos regem sobre o sistema de cotas para o ingresso nas Universidades Federais e Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio.

Foram citados anteriormente, os processos seletivos das primeiras turmas de alunos dos cursos oferecidos no Campus Santo Antônio de Pádua. Dessa forma, os processos seletivos subsequentes, para a segunda turma de cada curso, não estão discriminados. Entretanto, na tabela 15 serão demonstrados o quantitativo total de alunos por curso oferecido, o número de municípios atendidos e a procedência dos estudantes, incluindo todos os processos seletivos que possibilitaram o ingresso dos alunos até o ano de 2016.

Tabela 15. Procedência dos alunos do Campus Santo Antônio de Pádua.

CURSOS OFERECIDOS	TOTAL DE ALUNOS POR CURSO	Nº DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS	Nº TOTAL DE ALUNOS POR MUNICÍPIO/CURSO	PERCENTUAL
TÉCNICO INTEGRADO 1º Ano	107	8	S.A.PÁDUA, RJ	58 ALUNOS	54,2%
			APERIBÉ, RJ	10 ALUNOS	9,3%
			MIRACEMA, RJ	12 ALUNOS	11,2%
			ITAOCARA, RJ	15 ALUNOS	14,0%
			PALMA, MG	2 ALUNOS	1,9%
			RECREIO, MG	1 ALUNO	0,9%
			PIRAPETINGA	8 ALUNOS	7,5%
S. SEBASTIÃO, DO ALTO, RJ	1 ALUNO	0,9%			
2º Ano - TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL INTEGRADO (Eixo de Controle e Processos Industriais)	19	5	ITAOCARA, RJ	4 ALUNOS	21,0%
			MIRACEMA, RJ	4 ALUNOS	21,0%
			CAMBUCI, RJ	1 ALUNO	5,3%
			APERIBÉ, RJ	1 ALUNO	5,3%
2º Ano - TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO (Eixo de Gestão e Negócios)	27	5	S.A.PÁDUA, RJ	9 ALUNOS	47,4%
			S. A. PÁDUA, RJ	16 ALUNOS	59,3%
			ITAOCARA, RJ	5 ALUNOS	18,5%
			PIRAPETINGA, MG	1 ALUNO	3,7%
			MIRACEMA, RJ	3 ALUNOS	11,1%
2º Ano - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES INTEGRADO (Eixo de Infraestrutura)	22	5	APERIBÉ, RJ	2 ALUNOS	7,4%
			ITAOCARA, RJ	3 ALUNOS	13,6%
			S.A. PÁDUA, RJ	12 ALUNOS	54,5%
			MIRACEMA, RJ	4 ALUNOS	18,2%
			PIRAPETINGA, MG	2 ALUNOS	9,1%
1º Ano - TÉCNICO EM LOGÍSTICA INTEGRADO/PROEJA (Eixo de Gestão e Negócios)	33	2	APERIBÉ, RJ	1 ALUNO	4,5%
			S.A.PÁDUA, RJ	32 ALUNOS	97,0%
1º e 2º Módulo - TÉCNICO EM MECÂNICA CONCOMITANTE (Eixo de Controle e Processos Industriais)	39	3	MIRACEMA, RJ	1 ALUNO	3,0%
			CORDEIRO, RJ	30 ALUNOS	77,0%
			CANTAGALO, RJ	8 ALUNOS	20,5%
			BOM JARDIM, RJ	1 ALUNO	2,5%

Fonte: Elaboração do autor ((2016) com base nos dados do Registro Acadêmico do Campus Santo Antônio de Pádua (2016)).

Um fator característico dos Institutos Federais e que mais uma vez fica constatado com a oferta desses cursos citados é a diversidade de localidades em que os alunos residem, ou seja, o território de abrangência de um Campus do Instituto Federal, que neste caso é o Campus Santo Antônio de Pádua. (BRASIL, 2008). Isso fica claro ao analisarmos a tabela 15 e o Mapa 1, que buscam facilitar a visualização dessa abrangência.

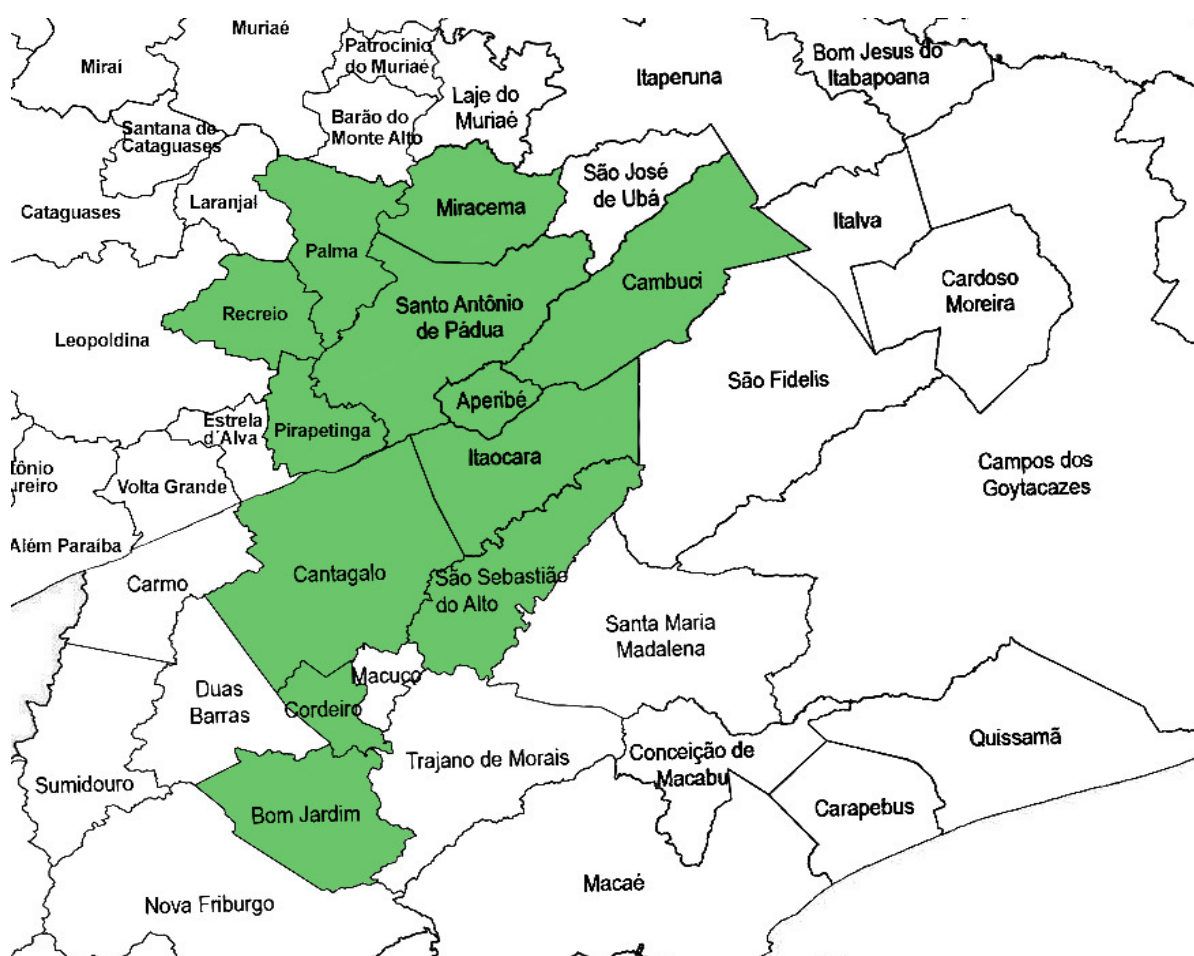


Figura 1: Mapa dos Municípios de procedência dos alunos do Campus Santo Antônio de Pádua.
Fonte: Elaborado pelo autor ((2016) com base nos dados fornecidos pelo IBGE (2016)).

Os seis cursos ofertados conseguem abranger nove Municípios do ERJ (Pádua, Aperibé, Cambuci, Cordeiro, Cantagalo, Bom Jardim, Miracema, Itaocara e São Sebastião do Alto) e três Municípios do Estado de Minas Gerais (Palma, Recreio e Pirapetinga). Entretanto, o Município de Santo Antônio de Pádua é o que possui maior número de estudantes nesse Campus do IFFluminense.

5. PROBLEMATIZANDO A PROPOSTA DE OFERTA DE CURSOS E SUA INSERÇÃO REGIONAL.

Como foi demonstrada na tabela 15 no capítulo 3, a abrangência dos cursos ofertados no Campus Santo Antônio de Pádua, em relação ao público atendido, extrapola as divisas da sede do município, de sua microrregião, e do ERJ, pois o Campus Santo Antônio de Pádua atende alunos de municípios pertencentes a outro Estado.

Entretanto, o nosso entendimento é que, mesmo tendo abrangência territorial mais extensa, extrapolando a microrregião onde está instalado, o impacto na microrregião de implantação tende a ser mais intenso, incluindo ações desenvolvidas em projetos de pesquisa, extensão, enfim, o diálogo com os atores locais, sejam eles do setor produtivo, social ou cultural, tendem a ser mais intensos pelo fato da proximidade e possibilidades de ação.

Diante disso, partimos do princípio que as ações desenvolvidas, como por exemplo, os cursos oferecidos, devem atender as características socioeconômicas da Microrregião de Santo Antônio de Pádua e os anseios da sociedade civil e do setor produtivo local. Isso não quer dizer que o Campus Santo Antônio de Pádua não possa alargar seu campo de atuação em relação aos cursos oferecidos. Porém, primeiramente precisa buscar atender as necessidades da microrregião em que está instalado, a partir do mapeamento das potencialidades produtivas, sociais e culturais, pois a lei de criação dos Institutos Federais deixa isso explícito.

Isso deve ocorrer até mesmo pelo fato da região NOF ter uma quantidade significativa de campi do IFFluminense, possuindo 4 no total. Assim, as ações dos

campi existentes devem ser articuladas, visando dialogar com as potencialidades de cada território de abrangência. Por isso, o mapeamento das potencialidades é fundamental para que cada Campus compreenda qual deve ser o seu papel de atuação diante da sociedade.

Dessa forma, este capítulo tem como intuito sistematizar os dados das entrevistas realizadas com servidores do IFFluminense, que ocuparam e/ou ocupam função de gestão durante o processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua. Além disso, a audiência pública realizada e a escolha dos cursos serão problematizadas, buscando fazer uma relação das proposições feitas frente às características da MSAP, local onde está implantada essa Instituição do IFFluminense. Assim, a intenção é verificar as possíveis conexões do Campus Santo Antônio de Pádua com o perfil microrregional de implantação.

5.1. O PROCESSO INICIAL DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA DIANTE DOS RELATOS DOS ENTREVISTADOS.

Antes de começarmos a análise do material das entrevistas, é necessário registrar que, desde o primeiro contato para marcar um período viável para as partes realizarem as entrevistas, todos os entrevistados sempre demonstraram interesse em contribuir com a pesquisa da dissertação, se abdicando inclusive de questões profissionais como reuniões para atender o entrevistador.

Dentre os entrevistados, o Entrevistado 1 não ocupa função de gestão. Já o Entrevistado 2 ocupa a função de Diretor Geral de outro Campus do IFFluminense e o Entrevistado 3 ainda ocupa função de gestão no Campus Santo Antônio de Pádua no ano de 2016.

A partir dos dados coletados nas entrevistas, foi possível verificar que, no ano de 2011 quando o Município de Santo Antônio de Pádua foi escolhido como beneficiário da expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, os entrevistados eram lotados em locais distintos e ocupavam funções diversas. Dessa forma, o Entrevistado 1 estava lotado no Ministério da Educação (MEC), mais especificamente na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica,

desempenhando a função de Diretor de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. O Entrevistado 2 era lotado no Campus Campos Centro e desempenhava a função de Diretor de Ensino dos Cursos Técnicos. O único que não ocupava função de gestão no período era o Entrevistado 3. Este era lotado no Campus Bom Jesus do Itabapoana, desempenhando atividades no setor de pesquisa e extensão, na parte de estágio.

Quando foram questionados se sabiam como ocorreu a escolha do Município de Santo Antônio de Pádua como beneficiário da expansão do IFFluminense e os critérios utilizados, apenas o Entrevistado 2 não soube esclarecer, pois segundo ele, não acompanhou muito o processo de escolha. Da forma como respondeu, deixou transparecer que acredita ter sido um processo simples, que a Prefeitura de Pádua pediu à reitoria e ela atendeu prontamente. Sabemos que há uma necessidade de contrapartida das prefeituras com a cessão do terreno, mas que não é o único condicionante para a implantação. Além disso, essa questão da escolha não é algo que ocorre no âmbito da reitoria apenas, mas sim uma questão articulada pelo MEC. Como foi demonstrada anteriormente neste trabalho, cada fase da expansão tinha um objetivo.

Já os Entrevistados 1 e 3 conseguiram demonstrar que tem conhecimento dos condicionantes considerados para a escolha dos municípios, entre eles a interiorização, uma vez que cada fase da expansão foi desenhada considerando alguns critérios. Tanto o Entrevistado 1 quanto o Entrevistado 2 acreditam que a boa articulação entre o poder local Municipal e os poderes Estadual e Federal, contribuíram também para a escolha do município. Além disso, o entrevistado 3 expôs que pelo fato de Santo Antônio de Pádua ser o segundo município mais forte economicamente do NOF, também pesou positivamente para essa definição, na sua percepção.

O Entrevistado 1 tentou deixar explícito que esse processo de escolha dos municípios beneficiados com a expansão da Rede Federal de EPT ocorreu mediante uma intensa articulação do MEC com as reitorias. Segundo ele, pela vivência como dirigente do MEC na época da escolha de Santo Antônio de Pádua, por exemplo, o MEC não fazia nenhum movimento, não implantava nenhuma política sem dialogar com a Rede Federal de EPT. O seguinte trecho sintetiza essa questão: “[...] ainda

que a minha diretoria de políticas de Educação Profissional e Tecnológica não tivesse envolvida diretamente com a questão de localização, posso dizer que, pela maneira de agir do MEC, não foi realizada nenhuma ação sem dialogar com os gestores”. (ENTREVISTADO 1).

Com relação à articulação entre o IFFluminense e o poder local Municipal para que fosse efetivada a implantação do Campus Santo Antônio de Pádua, percebe-se nas respostas que essa articulação ocorreu principalmente com a figura do Prefeito Municipal. Na visão dos entrevistados 1 e 3 a prefeitura demonstrou muito interesse em efetivar a implantação do Campus Santo Antônio de Pádua. Para o Entrevistado 1 “[...] o comportamento do poder executivo municipal não foi diferente do que de um modo geral tem ocorrido com a expansão, que sempre foi de acolhida, de reconhecer a importância de se ter, como alguns até diziam, uma Escola Técnica Federal”. O Entrevistado 3 ratifica dizendo que “[...] gosta muito até de uma metáfora utilizada que diz que o Instituto é um braço da União [...] aí qual prefeito, qual político não teria interesse em deixar sacramentado, se assim pudessemos dizer, que essa determinada pessoa auxiliou pra se instalar um braço da União?”.

Quando os entrevistados foram indagados sobre sua participação no processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua, o Entrevistado 1 fez questão de ressaltar que cumpriu o protocolo exigido pelo MEC, e um desses itens era a realização da audiência pública, como podemos constatar na fala transcrita abaixo:

Na realidade, é preciso chamar atenção que o processo de implantação tinha um protocolo, um desses itens é o diálogo com a comunidade, o gestor, que no meu caso como [...] trabalhei para que se obedecesse a itens desse protocolo como, por exemplo, as audiências públicas para abrir o diálogo com as representações da comunidade. O papel do [...] no momento como esse, inclusive se a gente considerar as próprias exigências, que estou chamando de protocolo do MEC, se fez a partir desse encaminhamento dessas providências. (ENTREVISTADO 1).

O Entrevistado 2 ressaltou que não participou dessa audiência pública. Além disso, informou o seguinte: “[...] quando eu assumi lá, primeiramente eu quis morar em Santo Antônio de Pádua pra fazer parte da comunidade, eu quis mergulhar

dentro da comunidade para entender como era o funcionamento da cidade”. Essa fala expõe a angústia de um gestor ao receber a missão de participar diretamente da implantação de um Campus, por saber que não vai contar com estudos do IFFluminense para subsidiar suas tomadas de decisões em relação à implantação. Assim, cada um busca criar estratégias para diminuir essa problemática.

O Entrevistado 3 respondeu a mesma pergunta, porém também foi questionado sobre quais ações têm sido desenvolvidas visando estreitar o diálogo com a sociedade civil e com o setor produtivo local. Diante disso, fez a seguinte ponderação:

É uma questão bem importante e desafiadora para todos que estão trabalhando enquanto servidores do Instituto e desempenhando a função de gestão. Por que o que é estreitar o diálogo com o território? É uma abstração pra nós [...] a gente não tem na verdade nenhuma orientação mais efetiva, até do próprio MEC sobre essa questão. Eu acredito assim, até por conta da nova institucionalidade porque o Instituto tem oito anos apenas e nós temos aí um histórico de Escola Técnica Federal, depois Cefet e agora Instituto Federal. Se formos buscar mais no início da história ainda tivemos outras institucionalidades. [...] essa é uma primeira dificuldade pra você estabelecer o diálogo, porque esse diálogo com o território ele passou a ser mais forte, mais efetivo, mais veemente agora com o Instituto Federal [...] o Cefet e tudo, ele pela minha leitura tinha uma relação, mas talvez não tinha tanta cobrança. (ENTREVISTADO 3).

O Entrevistado 3 continua sua análise do cenário e vai além, dizendo o seguinte:

O próprio relatório do Tribunal de Contas da União, o Acórdão do TCU 2013, vejo até como um divisor de águas pra rede esse relatório, porque ele até nos orienta a como, de alguma forma, estreitar essa relação. Eles apontaram mesmo essa questão da pesquisa aplicada, da extensão tecnológica e são questões que estão fortes hoje dentro do Instituto como um todo. (ENTREVISTADO 3).

Foi observado durante a entrevista com o Entrevistado 3 que ele tem clareza de algumas ações que necessitam ser implementadas, como podemos verificar no texto em seguida que foi transcrito a partir da entrevista realizada:

Estamos tentando desenvolver algumas ações [...] primeiro é nos fazer conhecer, inclusive em nossos processos seletivos, nós temos recebido diversas escolas da Rede Municipal, temos articulado bastante com a Secretaria Municipal de Educação, pra gente conseguir de alguma forma ser visto [...] no segundo momento, a gente teve a felicidade de contar com um equipamento público, uma obra muito bem feita e a sociedade tem requisitado bastante esse espaço e nós temos cedido sempre que possível, a gente tem observado que isso de alguma forma também colabora [...] o terceiro ponto que a gente tem que aprimorar aqui é o diálogo com as empresas locais, porque aqui em Pádua tem a questão do papel, das rochas ornamentais [...] uma ação que nós fizemos há pouco tempo é que o Presidente do Sindicato das Rochas Ornamentais passou a participar do nosso Conselho de Campus, então isso também é uma forma de estreitar o diálogo. O representante da CDL local também faz parte. (ENTREVISTADO 3).

Outra questão verificada é que o Entrevistado 3 reconhece que muitos pontos precisam ser melhorados dentro do IFFluminense, mais especificamente no Campus Santo Antônio de Pádua e algumas ações tem sido planejadas com esse intuito, como podemos observar a seguir:

Coloquei como um desafio pra minha gestão a alteração da estrutura organizacional, em que criei a Diretoria de Planejamento Institucional. A atribuição principal dessa diretoria é produzir estudos sobre a região e articular com as empresas locais. Nós temos que lembrar também que não são apenas os arranjos produtivos que devemos nos articular, mas também os arranjos sociais e culturais e isso muitas vezes ficam esquecidos, se pensa apenas no arranjo produtivo e econômico [...] tudo isso deve ser considerado. Então, essa Diretoria de Planejamento Institucional é uma aposta da gestão para tentar fazer essa ponte com o território, mas que é algo que o Instituto ainda está para consolidar [...] eu vejo que o caminho é esse, de nós termos algum setor, alguma diretoria pra ficar até marcado isso para nos provocar, pois nós temos que conversar com o território e nós temos essa dificuldade. (ENTREVISTADO 3).

O Entrevistado 3 complementa sua análise fazendo considerações tanto em relação às dificuldades de dialogar quanto em relação a justificativa da criação da Diretoria de Planejamento Institucional:

A gestão também tem dificuldade de conversar com o território porque essa expansão e implantação de um modo geral ela não é nada fácil [...] muita das vezes você está preocupado com uma obra que não está saindo, com a chegada de servidores [...] e você acaba deixando um pouco de lado a questão do diálogo com o território. Então nós temos várias questões estruturais que acabam tirando a atenção e tomando o espaço em que deveríamos estar fortalecendo o diálogo com o território [...] acabamos lidando com as questões do administrativo ao pedagógico, isso ratifica a necessidade, no meu entendimento, de haver um setor ou uma diretoria

para tratar especificamente sobre esse diálogo com o território, pois ele é fundamental e por isso que criei a Diretoria de Planejamento Institucional [...] nós temos buscado realizar ações para dialogar com as representações existentes, como por exemplo, a Direção de pesquisa, extensão e cultura tem feito um trabalho bem interessante recebendo os movimentos culturais como folia de reis, o caxambu e o jongo que são característicos de Pádua, isso é estreitar o diálogo com o território, mas sabemos que é pouco diante do que necessitamos realizar. (ENTREVISTADO 3).

De acordo com essa última fala, o entrevistado deixa explícito que compreende as dificuldades postas diante do processo de implantação e acredita que um dos caminhos para diminuir o distanciamento entre instituição escolar e as representações dos setores produtivo, social e cultural é a criação de uma diretoria que poderá estreitar esse diálogo. Ele acredita que esse primeiro passo pode ser fundamental para construir relações mais significativas. O Campus Santo Antônio de Pádua tem buscado se aproximar mais das representações sociais, culturais e produtivas, mas não é algo fácil, pois depende também do interesse dessas representações.

Todos os entrevistados demonstraram ter conhecimento da importância de estabelecer um diálogo com o território, apesar de demonstrarem também as dificuldades de efetivar esse processo de estreitamento das relações. As mudanças de institucionalidade ao longo dos últimos 30 anos podem ser um fator que dificulta a compreensão do real papel dos Institutos Federais de Educação, pois não basta apenas formar técnicos, é preciso considerar as especificidades do território de abrangência do Campus, suas demandas e possibilitar uma formação mais completa do cidadão.

5.2. AS CONSIDERAÇÕES DOS ENTREVISTADOS SOBRE OS CURSOS OFERTADOS NO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA E O MAPEAMENTO DAS POTENCIALIDADES.

Nesta etapa da análise dos dados obtidos nas entrevistas, o ponto principal é a oferta dos cursos no Campus Santo Antônio de Pádua. A Lei 11.892/08, que criou os Institutos Federais é bem clara quando trata da importância de orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das

potencialidades. Esta lei enfatiza o dever dos Institutos Federais de contribuir com suas ações para o desenvolvimento local e regional.

Inicialmente, diante dos relatos dos entrevistados foi possível verificar que apenas um dos gestores diz ter participação durante o processo de escolha de todos os cursos oferecidos. Assim, segundo o Entrevistado 1, ele participou de algumas conversas e, por isso, se sente a vontade para dizer que esteve envolvido no processo de escolha de todos os cursos oferecidos no ano de 2016.

O Entrevistado 2 relatou o seguinte: *“[...] eu participei diretamente no integrado de Automação, no integrado de Edificações, no integrado de Administração e no concomitante de Mecânica lá de Cordeiro. O do PROEJA eu estava praticamente me desligando e não participei efetivamente [...]”*.

O Entrevistado 3 também não participou da escolha de todos os cursos. Ele afirmou que teve participação na escolha dos cursos de Administração, Logística e Mecânica e faz um relato importante para ser analisado:

Os cursos de edificações e automação já tinham sido deliberados e escolhidos na audiência pública e o que também contribuiu para a escolha desses cursos foi a experiência que o IFFluminense já tem com a automação e com a edificações [...] a automação e edificações já tinham ali relação com a audiência pública e também pela expertise do IFFluminense nessas áreas, além dos Gestores iniciais serem originários de um Campus bem voltado para a indústria. (ENTREVISTADO 3).

O Campus citado que é voltado para a indústria é o Campus Campos Centro. Embora tenha havido a audiência pública, inclusive com o registro em ata, não houve sugestão e muito menos deliberação para que fossem implantados esses dois cursos, conforme podemos observar na ata da referida audiência pública disponível no portal do IFFluminense. Dessa forma, o relato do Entrevistado 3 não procede integralmente quanto à justificativa para a escolha dos cursos de Edificações e Automação. Por outro lado, outra informação importante desse trecho transcrito da entrevista é que ele diz que uma questão que contribuiu para a escolha desses dois cursos foi a experiência e expertise que o IFFluminense tem nessas áreas de atuação. Este relato pode justificar porque eles foram implantados no Campus Santo Antônio de Pádua e não o embasamento na audiência pública.

O Entrevistado 3 se diz um defensor do curso de Administração e Logística pelo motivo relatado em seguida:

A gente tinha um anseio de oferecer três cursos durante o dia [...] fazendo a leitura dos próprios estudos relacionados ao NOF me auxiliou a pensar qual seria o terceiro curso, e eu acreditei que deveria ser administração, pois quando você faz a análise do Noroeste Fluminense é possível compreender que o setor de administração é um ramo que é demandado bastante no setor de serviços, por exemplo [...] na mesma linha nós pensamos no curso de logística ofertando para o público do PROEJA no turno noturno, que foi uma decisão importante e um desafio para o Campus Santo Antônio de Pádua. Foi esse público que inaugurou o turno noturno e esse é um público em potencial nosso que são os trabalhadores. Inclusive, tem uma meta do PNE que trata dessa questão envolvendo o PROEJA.

A meta do PNE que o Entrevistado 3 faz referência é a meta 10. Ela diz que devem ser oferecidas, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (BRASIL, 2014). No que diz respeito aos Institutos Federais, essa meta contempla o ensino médio, pois essas instituições não ofertam ensino fundamental. Não há dúvida de que a oferta de vagas para o PROEJA é fundamental e deve ser estimulado dentro dos Institutos Federais, pois como a própria lei de criação dessas instituições coloca, elas são escolas de trabalhadores para trabalhadores e esse é um ponto que o Campus Santo Antônio de Pádua busca priorizar em sua prática educacional e, certamente, é uma das ações que pode contribuir para o desenvolvimento local e regional.

Durante as entrevistas, quando os gestores foram perguntados sobre como foram definidos os cursos inicialmente ofertados no Campus Santo Antônio de Pádua e quais sujeitos participaram desse processo, foi possível verificar uma significativa disparidade nas respostas e até mesmo um nível de informalidade na condução do processo de escolha dos cursos. Talvez seja pela falta de estudos realizados pelo IFFluminense para subsidiar a ação dos gestores durante o processo inicial de implantação, principalmente.

O Entrevistado 1, por exemplo, deu voltas e acabou não respondendo ao questionamento, mas fez questão de ressaltar que o MEC colocou como item obrigatório a audiência pública como forma de marcar o diálogo com a sociedade,

dando a entender que os cursos foram definidos a partir das sugestões da audiência pública realizada. Além disso, relatou o seguinte: “[...] essas audiências públicas eram literalmente públicas, se marcavam uma data, se divulgava na imprensa para que se houvesse a maior participação possível e foi assim também em Pádua. Não me lembro exatamente quantas pessoas participaram, mas teve o registro em ata”. Entretanto, mesmo sendo considerada relevante, na fala do Entrevistado 1, a realização desse momento de diálogo não significou muita coisa na prática, pelo fato de ser possível constatar que nenhum dos cursos sugeridos na audiência pública foi implementado.

Em relação a essa fala do Entrevistado 1, precisamos fazer uma consideração em relação ao email disponibilizado para a população encaminhar as proposições. Um dos emails enviados para o IFFluminense foi de uma pessoa que quis informar que havia a necessidade de haver nova audiência pública, pois segundo ele, não houve divulgação suficiente. O texto do email deixou evidente que havia a necessidade de debater mais sobre a implantação de uma instituição relevante para qualquer região, desde que seja planejada, considerando as potencialidades da região de abrangência. Dessa forma, apenas uma audiência pública para definir os cursos a serem implantados não era suficiente, na visão da pessoa que fez essa consideração por email.

Após analisar as proposições enviadas para o email disponibilizado na audiência pública, foi possível concluir que a maioria tinha sugestões que visavam interesses pessoais, seja relacionado a um interesse em fazer o curso sugerido ou até mesmo trabalhar. Dessa forma, foi constatado, por exemplo, que teve sugestão de servidor do próprio Instituto Federal, localizado em outra região, que trabalha como docente nas áreas dos cursos sugeridos e que, logo após sugerir, expôs seu interesse em se transferir para o Campus Santo Antônio de Pádua.

Diante do exposto, compreendemos que havia a necessidade de realizar outras audiências públicas para dialogar com a comunidade, pois da forma como foi gerenciado o email, sem haver debates a partir das sugestões enviadas, foi um “diálogo frio”, demonstrando que a adoção dessa estratégia não foi significativa para contribuir na definição dos cursos.

O Entrevistado 2 ainda fez um relato um tanto quanto surpreendente, visto as contradições apresentadas. Segundo ele, já havia uma definição para implantar cursos na área de geologia, conforme podemos constatar na fala a seguir: “[...] já tinha uma definição de colocar cursos na área de geologia, porque segundo as pessoas, a comunidade, como eles trabalham com pedras, enfim, já existia essa vertente aí”. O que estamos dizendo ser surpreendente é como o Entrevistado 2 chegou a conclusão de que não havia demanda. Como podemos observar na fala em seguida, não parece ter havido um estudo, mas sim conversas informais, sem embasamento estatístico ou estudos mais aprofundados sobre a temática, isso acaba obrigando o gestor a se desdobrar durante o processo de implantação.

Eu consegui fazer algumas visitas as pedreiras e nessas visitas eu procurei o sindicato das pedras, conversei com muita gente e depois trocando algumas ideias com a reitoria, com a população, com o Prefeito, com os Vereadores, a conclusão que a gente chegou é que as pedreiras não tinham uma demanda pra contratar técnicos de geologia. Ao contrário, eles precisavam de um geólogo que fizesse free lance pra eles quando precisasse. Então, montar um curso de técnico de geologia pra não ter uma demanda, a gente abortou isso aí e começamos a fazer outras pesquisas na região. (ENTREVISTADO 2).

Diante desse relato, não observamos uma coerência no que o Entrevistado 2 chama de “pesquisas”, pois como podemos observar no trecho transcrito logo abaixo, utilizando a mesma metodologia de “pesquisa”, ele constatou algo contrário do que havia constatado no que se refere ao curso de geologia, ou seja, a partir de conversas informais ele constatou que havia demanda para o técnico em automação industrial.

Aí vimos que a região tem forte potencial na indústria de papéis [...] diante disso, uma das carências que a gente viu nessas fábricas era a mão-de-obra especializada não na fabricação do papel, mas sim na manutenção dos equipamentos, todos automatizados que eles tinham lá [...] nós tivemos relatos dos donos das fábricas que eles tinham que trazer gente do Rio Grande do Sul, Técnicos em Automação para fazer a manutenção nas máquinas. Então a gente viu naquela região não só em Pádua, mas em outras indústrias bem próximas que tinham carência no técnico em automação, então decidiu-se por montar um técnico em automação, pela carência, pela demanda. (ENTREVISTADO 2).

A pergunta que podemos fazer é se essa demanda do profissional que precisa vir do Rio Grande do Sul, conforme relatado pelo dono de uma das empresas, segundo o Entrevistado 2, não se trata também de free lance, conforme justificativa do Entrevistado 2 para não implementação de um curso na área de geologia. Quando fazemos a análise da ata da audiência pública, assim como nas proposições enviadas por email, consta a sugestão do curso na área de geologia, mas o mesmo não acontece com o curso de Automação Industrial.

Seguindo a justificativa das definições dos cursos implementados no Campus Santo Antônio de Pádua, o Entrevistado 2 vai além quando justifica a implementação do curso de Edificações, que também não foi sugerido na audiência pública.

Vimos também que com a chegada do IFF, tentando desenvolver o território [...] a gente viu a possibilidade da cidade crescer e a cidade crescendo claro, teria construções de casas, de prédios, de indústrias, enfim, a gente visualiza esse crescimento, e aí entendeu também que deveria ter um curso técnico em edificações. Isso foi tudo uma pesquisa feita. Por último, pela quantidade de empresas, microempresas na região, a gente também entendeu na pesquisa que um técnico em administração caberia bem. Então foi tudo uma pesquisa depois que a gente, que eu e que o [...], a gente se inseriu na região como até fazendo parte da comunidade. (ENTREVISTADO 2).

Diante da fala do Entrevistado 2, é possível observarmos que houve até a intenção em compreender a região em que o Campus Santo Antônio de Pádua foi implantado. Porém, essa falta de institucionalização e padronização das metodologias para realização do mapeamento das potencialidades por parte do IFFluminense, não contribuiu para que essa “pesquisa” tivesse sido realizada de forma significativa para a escolha dos cursos, inclusive, elaborando registros das observações. É algo complexo, pois o gestor não consegue dar conta de todas as ações desenvolvidas durante o processo de implantação. Por isso, institucionalizar formas de compreender a região de implantação de cada Campus é tão fundamental.

O Entrevistado 3 também relata que os cursos foram escolhidos a partir da audiência pública realizada, mas ratifica que também houve forte influência dos próprios gestores, pois tinham experiência em algumas áreas. O Entrevistado 3

relata que “[...] a expertise que os gestores iniciais tinham nos cursos na área de Indústria contribuiu para a escolha, pela experiência que tinham nessa área [...]”.

Ainda sobre esse processo de escolha dos cursos no IFFluminense, ele afirma que é um processo questionável, como podemos observar na fala transcrita em seguida:

Esse processo de escolha dos cursos, principalmente no IFFluminense, é motivo de alguns questionamentos [...] até para aproveitar a situação, destaca-se a audiência pública, que é questionada de alguma forma, mas é um momento de escuta, na verdade o principal momento dentro da instalação dos institutos [...] é questionada porque ela é pontual, mas não deixa de ser uma escuta. Então, os requisitos que foram considerados no momento de escolha é a própria audiência pública [...] e também até a própria característica do instituto, os cursos que de alguma forma a gente já possui dentro da nossa rede, que isso também aconteceu aí na expansão [...] pela dificuldade de pesquisas [...] se replicava de alguma forma algum curso que já acontecia em algum Campus centenário ou algum Campus com mais tempo, que foi até o caso aqui de Pádua. O Campus Pádua teve como primeiro Diretor Geral um professor do Campus Campos Centro, então também de alguma forma isso ta intrínseco nessas escolhas. Na verdade ele era da área de indústria e de alguma forma isso também contribuiu para as escolhas. (ENTREVISTADO 3).

O Entrevistado 1 tentou inverter a ótica entre entrevistado e entrevistador quando foi indagado se tinha conhecimento de alguma solicitação formal feita ao IFFluminense, a partir do diálogo com a sociedade civil e setor produtivo local, para que implementasse algum curso no Campus Santo Antônio de Pádua com o intuito de atender as demandas locais. Dessa forma, ele fez a seguinte colocação:

Eu irei inverter essa pergunta. Quando você olha o rol de cursos do IFFluminense em Pádua, qual é que não atende aquela comunidade? [...] nem sempre a fala de quem busca ter uma resposta em relação à sua demanda o faz numa perspectiva mais plural, mais ampla [...] mesmo não tendo a lembrança do documento formal, me recordo da mobilização do pessoal da área de pedras que é muito forte ali, que inclusive já tinha uma certa relação com o antigo Cefet, antes mesmo da transformação em IFF [...] quando você olha para Pádua, a pergunta é o que tem que poderia, por exemplo, se julgar estranho aquela realidade ou que não contribua para o desenvolvimento daquela região? [...] quando eu olho para Pádua, eu não vejo nenhum curso que não atenda às necessidades da região, como por exemplo, cursos que atende a mais de um setor como a administração. A construção civil, por exemplo, como os municípios necessitam de pessoas dessa área. Não vejo nada que tenha nessa instituição que não esteja de acordo com as necessidades da região. (ENTREVISTADO 1).

O Entrevistado 1 tem até um pouco de razão quando diz que nem sempre a fala de quem busca ter uma resposta em relação à sua demanda o faz numa perspectiva mais plural, mais ampla. Acreditamos que isso possa ter ocorrido nas sugestões recebidas por email disponibilizado no dia da audiência pública. Após acessar os conteúdos do referido email, foi possível observar que as proposições foram feitas por pessoas da sociedade sem está representando uma categoria de trabalhadores ou como representante de qualquer setor, seja produtivo, social ou cultural. Porém, na audiência pública houve representantes de vários segmentos, conforme podemos constatar na ata: Secretários Municipais e Representantes de Instituições como a Emater, o Sebrae, o Sindicato de Rochas Ornamentais, além de pessoas ligadas aos setores da indústria, comércio e agricultura.

Ao ter acesso ao referido email, foi observado que vários não foram sequer abertos pelo IFFluminense. Além disso, entre os emails recebidos tinha até solicitação de emprego e solicitação de informações referente a concurso público para o Campus Santo Antônio de Pádua. Percebe-se que, ao contrário da audiência pública, que teve participação de vários seguimentos, os emails recebidos foram mais pontuais, referindo-se a interesses particulares e não em uma perspectiva mais plural.

O Entrevistado 2 disse que apesar de ter havido a sugestão de cursos em algumas áreas, eles fizeram uma “pesquisa” e entenderam não haver demanda, como é o caso do curso de geologia, celulose e papel, mineração, entre outros.

Já o Entrevistado 3 disse que o único registro formal que tem conhecimento é a ata da audiência pública. Diante de todos os relatos dos entrevistados, o Entrevistado 3 é o que demonstra maior compreensão da dificuldade que é estreitar o diálogo com os atores inseridos no território. Além disso, ele também demonstra em algumas falas que irá buscar realizar ações para diminuir a relação distante que tem ocorrido entre o IFFluminense e as instituições produtivas, culturais e sociais inseridas no território de abrangência do Campus Santo Antônio de Pádua.

É uma questão que me incomoda um pouco, precisamos conversar mais com o setor produtivo. Mas como iremos fazer esse diálogo? Na minha percepção será com essa Diretoria de Planejamento institucional que criei [...] o sindicato das rochas, que é um setor forte dentro de Pádua, passou a fazer parte do nosso Conselho de Campus. Reforço que temos apenas dois anos de funcionamento e as coisas são complexas e demanda um certo tempo para acontecerem [...] a implantação de um Campus é onerosa, é muito complicada, mas estamos criando estratégias para que possamos inclusive conseguir fazer uma parceria público-privada, o que demanda um estreitamento do diálogo com o setor produtivo local. Não adianta pensar que o Instituto Federal sozinho irá conseguir fazer o desenvolvimento local e regional, isso não vai acontecer. Se a gente não tiver uma cooperação da empresa fica muito complicado. (ENTREVISTADO 3).

Outro ponto que ele ressalta é a criação de uma especialização em cultura voltada principalmente para os profissionais da educação. Esta é outra ação desenvolvida pelo Campus Santo Antônio de Pádua que pode contribuir de forma significativa para a região. Esse tipo de ação demonstra que mesmo diante de todas as dificuldades em um processo de implantação, o Campus Santo Antônio de Pádua tem buscado contribuir para a região, mesmo sabendo que algumas coisas precisam ser repensadas e que é uma luta diária.

Nós tivemos uma reunião em dezembro de 2016 para implementar no ano de 2017 um curso novo, que é uma especialização lato senso em “Cultura, Patrimônio e Educação: diálogos no território” [...] a própria lei de criação dos Institutos fala em orientar a oferta formativa em benefício também da consolidação dos arranjos sociais e culturais, não é só o produtivo [...] essa especialização tem como objetivo atender um pleito de formação que se tem na região para os professores dos municípios [...] a gente tem que colaborar para o desenvolvimento da educação pública estadual e municipal [...] a gente espera atender a esse objetivo, que é a formação de professores, a formação dos agentes culturais locais, os licenciandos, pois temos a UFF em Pádua [...] outra questão que quero ressaltar é que saiu o resultado do PISA e os Institutos tiveram o rendimento equiparados à Coreia do Sul [...] o desempenho dos Institutos me inquieta muito, pois será que basta nós como Instituição Federal termos um bom desempenho e fecharmos os olhos para a Rede Estadual e Municipal? Essa é uma das questões que me fizeram pensar nessa especialização que deve voltar-se muito para o público da Rede Pública Estadual e Municipal de educação. Nós temos que dá nossa parcela de contribuição para o Município e para o Estado. (ENTREVISTADO 3).

Quando os entrevistados foram questionados sobre as maiores dificuldades, na percepção deles, para conseguir definir os cursos a serem implementados, verificamos que apenas um dos entrevistados, que é o Entrevistado 3, fez uma colocação pertinente, que acreditamos ser o ponto crucial para justificar a falta de

coerência na definição dos cursos oferecidos, por não está de acordo com as características da região de abrangência.

A fala do Entrevistado 1, por exemplo, vai de encontro ao que expôs o Entrevistado 2 em uma das falas transcritas neste trabalho. O Entrevistado 2 informou anteriormente que “[...] entendeu ser necessário o curso de Automação Industrial pelo fato de uma das fábricas de Santo Antônio de Pádua ter que trazer técnicos em Automação do Rio Grande do Sul para fazer manutenção nas máquinas, por isso decidiu-se por montar um técnico em Automação, pela carência, pela demanda”. Entretanto, como podemos observar em seguida, não há uma coerência entre a fala do Entrevistado 2 com o que expõe o Entrevistado 1.

Quando você vai falar com os representantes, com os empresários, eles querem algo tão específico que foge ao papel da instituição como política pública, que precisa pensar de forma mais coletiva. Eu diria que a forma de olhar oferta e demanda como única prioridade, como por exemplo, se eu tenho uma fábrica de um certo produto, eu tenho que formar para aquele produto. (ENTREVISTADO 1).

Diante das falas, podemos verificar a dificuldade de um consenso nos posicionamentos para tomada de decisão referente à escolha dos cursos no Campus Santo Antônio de Pádua. Não estamos dizendo que a medida do êxito dos Institutos Federais deve ser apenas a relação entre oferta e demanda. Se houver formando que não consiga se inserir no mercado de trabalho, mas que consiga verticalizar os estudos, essa também deve ser a medida do êxito. Entretanto, a escolha dos cursos deve passar por um estudo mais aprofundado da região de implantação para que possa contribuir para o desenvolvimento. Por isso, entendemos que a falta do mapeamento das potencialidades da região, conforme preconiza a Lei 11.892/08, é uma questão significativa.

O fato de não haver esses estudos por parte do IFFluminense abre caminho para que situações como relatadas anteriormente pelo entrevistado 2 e ratificadas no trecho a seguir continue acontecendo, pois, o processo que leva à escolha dos cursos parece ter como base a informalidade do processo, gerada pela falta de estudos que possam embasar as ações dos gestores.

A dificuldade é você detectar qual seria realmente a demanda dos cursos daquela região. É o que eu já falei também antes, precisa você mergulhar de cabeça né, vamos dizer assim, dentro daquela comunidade, participar ativamente como morador, como membro da comunidade, para você definir quais são as necessidades daquela região. Não basta também só você ouvir as pessoas, tem que participar do dia-a-dia da região, não só daquela cidade, mas também do entorno. (ENTREVISTADO 2).

Sem dúvida alguma ouvir as representantes da sociedade civil e do setor produtivo local é fundamental para se chegar a uma decisão. Porém, esse tipo de fala está muito aquém do que é necessário realizar para subsidiar a escolha de cursos, tendo em vista a relevância que os Institutos Federais podem ter para a vida de muitas pessoas que dependem dessas instituições para conseguir algo melhor para sua carreira profissional.

O Entrevistado 3 corrobora o que estamos dizendo sobre a falta de estudos prévios do IFFluminense para subsidiar a escolha de cursos. Quando questionado sobre as maiores dificuldades para definir os cursos a serem implementados, ele responde o seguinte:

A maior dificuldade é a falta de estudos da própria instituição. Quando eu criei essa Diretoria de Planejamento Institucional foi para tentar minorar um pouco isso, porque se você busca dentro do IFFluminense um estudo da região, muito dificilmente você vai encontrar [...] você vai encontrar alguns dos servidores que estão realizando Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, que não deixa de ser importante, pois provoca de alguma forma a realização desse tipo de pesquisa. O IFGO, por exemplo, tem o observatório do mundo do trabalho, com pesquisas permanentes, um setor só pra isso. Então, a dificuldade é que a gente não tem um setor só de pesquisa no IFFluminense, isso deve servir como um alerta para os servidores que estão na gestão do IFFluminense [...] a maior dificuldade é em relação à falta de pesquisa interna. (ENTREVISTADO 3).

Uma das perguntas que foram feitas para os 3 entrevistados teve o intuito de compreender a percepção deles referente ao artigo 6º, inciso IV da Lei 11.892/08. O texto diz o seguinte: Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (BRASIL, 2008).

A intenção foi verificar qual a compreensão que os entrevistados têm em relação ao artigo citado. O Entrevistado 1 demonstrou conhecer o teor do artigo 6º, inclusive dizendo que o mapeamento das potencialidades não é algo complicado de se fazer.

Esse artigo reforça o papel dos Institutos Federais de contribuir para o desenvolvimento das regiões onde há Campus, ou seja, contribuir para o desenvolvimento de um país que é tão desigual do ponto de vista da localização das atividades produtivas [...] o mapeamento das potencialidades é uma projeção e não há grandes dificuldades para se fazer. O importante é firmar um diálogo, a questão da interiorização e a questão do papel que essas instituições devem desenvolver na melhoria das condições de vida e daquilo que é importante para o desenvolvimento social e econômico. (ENTREVISTADO 1).

Quando analisamos a resposta acima, parece até que o artigo 6º da Lei 11.892/08 tem sido considerado plenamente e que é algo que o IFFluminense tem como prática efetiva.

O Entrevistado 2 também demonstra conhecer o conteúdo do referido artigo, como podemos observar:

Na minha compreensão [...] a nossa oferta formativa deve está em consonância com a vocação da região, porque se você faz isso você acaba fortalecendo os arranjos produtivos, sociais e culturais locais [...] a gente já detectou algumas coisas que são potencialidades da região que a gente pode implantar cursos futuramente que possam atender também essas demandas [...] eu vejo assim, olhar a região, olhar o território, estudar o território para que a gente compreenda as necessidades da região, para que a gente possa ofertar os cursos.

Quando analisamos as falas dos entrevistados 1 e 2, podemos ter a compreensão que o mapeamento das potencialidades é realizado para subsidiar a escolha dos cursos. Porém, o que foi possível verificar em respostas anteriores, que o que eles chamam de mapeamento, se trata de conversas informais, sem que haja fundamentação e registro, inclusive para os novos gestores que assumirem cargos de gestão no Campus Santo Antônio de Pádua.

Já o entrevistado 3, como ocorreu em outras respostas também, demonstrou pensamento diferente ao que foi observado nas respostas dos Entrevistados 1 e 2, como podemos verificar em seguida:

Esse inciso do artigo 6º deve ser sempre lido pelos gestores, lido e de alguma forma tentar efetivá-lo, pois é nosso cerne, nosso principal objetivo, porque nós temos que colaborar para o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, não só os produtivos como muitas pessoas pensam ou efetivam isso [...] em primeiro lugar acredito que não podemos nos basear apenas no arranjo produtivo, tem que alargar isso para o social e para o cultural. Um segundo ponto a ser considerado é que nós temos que fazer esse mapeamento das potencialidades ou buscar parcerias para realizar o mapeamento, porque é uma dificuldade para o gestor quando ele vai implantar um curso não ter um estudo que direcione. Então, eu acredito que os gestores quando lêem esse mapeamento pensam logo nessa angústia [...] esse inciso é o principal e tem que está aí como um livro de cabeceira para os gestores. Nós temos que sempre fazer a leitura dele e nos questionar. Como que estamos efetivando isso? Como que estamos orientando? Como que estamos consolidando e fortalecendo os arranjos produtivos, sociais e culturais locais? (ENTREVISTADO 3).

O Entrevistado 3 reforça que a falta de estudos é uma das principais angústias nas tomadas de decisões quando se tem que definir cursos. No caso de Santo Antônio de Pádua, mesmo o Entrevistado 3 tendo afirmado que a criação da Diretoria de Planejamento Institucional provavelmente não dê conta de todos os anseios, essa atitude de pensar estratégias para estreitar o diálogo com o território pode ser um primeiro passo para tentar evoluir nessa questão.

Não se pode fingir que está tudo bem, que tudo tem funcionado, pois sabemos que muita coisa precisa melhorar diante do que foi relatado. É preciso buscar discutir sobre as dificuldades enfrentadas, até porque o processo de implantação de um Campus é dispendioso para os gestores. O reconhecimento das fragilidades e dificuldades é o primeiro passo para que os objetivos sejam alcançados. A criação dessa Diretoria de Planejamento Institucional pode ser uma estratégia importante para o Campus Santo Antônio de Pádua, principalmente diante da construção que se inicia do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFluminense, que se for efetivada, poderá diminuir muito os problemas da falta de estudos realizados pela instituição.

As respostas dos entrevistados 1 e 2 foram diferentes também do Entrevistado 3 quando a pergunta foi se o IFFluminense conseguiu realizar o mapeamento da vocação produtiva da Microrregião de Santo Antônio de Pádua para contribuir para a definição dos cursos a serem ofertados. Além disso, os entrevistados foram indagados sobre as dificuldades desse processo. Como podemos observar, os Entrevistados 1 e 2 seguem uma linha de raciocínio parecida, não vendo muita dificuldade em realizar esse estudo. Assim, o Entrevistado 1 afirma que:

Eu não vejo como difícil se posicionar com relação à matriz econômica do Município de Santo Antônio de Pádua e região, conversando com alguns especialistas como o SEBRAE [...] o que se fez eu acredito que tenha sido suficiente para um processo de implantação [...] todo esse diálogo, essa conversa, esse levantamento, esse mapeamento, está subsidiando e fundamentando a criação dos cursos. (ENTREVISTADO 1).

E o Entrevistado 2 afirma que:

Quando eu fui pra lá eu fui para me inserir realmente na comunidade para que a gente pudesse estudar a região [...] por muito tempo eu e o [...] a gente ficava realmente mapeando a região para a gente saber qual era a vocação dos setores que estavam próximos à região para que a gente pudesse definir os cursos. Um detalhe importante é que existe uma obra muito grande para ser feita em Itaocara que é a Barragem Hidrelétrica e a gente vislumbrando isso para o futuro, a gente quando fez o mapeamento, conversamos com as autoridades, com o prefeito de lá e eles também já falaram sobre isso, comentaram sobre essa construção e que não demoraria muito tempo para ser construída [...] você ter uma região próxima ali, perto de Santo Antônio de Pádua, onde você tem uma hidrelétrica, quer dizer, todos os cursos que foram ofertados têm colocação no mercado de trabalho, automação, edificações e administração. (ENTREVISTADO 2).

O Entrevistado 2 expôs que o fato de ter uma provável construção de uma barragem hidrelétrica foi motivo para concluir quais cursos iriam ser implementados. Além disso, ele reforça que essa possível barragem seria suficiente para absorver toda a mão de obra formada no Campus Santo Antônio de Pádua, ou seja, uma conclusão sem embasamento em estudos realizados pelo IFFluminense. Essa falta de estudos aumenta o nível de dificuldade que os gestores dos campi encontram ao se deparar com o processo de implantação de um novo Campus, que por natureza já é algo muito complexo. Dessa forma, acabam tendo que realizar as pesquisas

cada um de uma forma e muitas vezes não conseguem alcançar os objetivos necessários para satisfazer os anseios e necessidades locais.

O Entrevistado 3 diz o seguinte:

Eu desconheço um mapeamento feito pela instituição das potencialidades [...] um mapeamento realizado pela instituição que eu saiba não tem [...] a maior dificuldade é ter um setor que faça o mapeamento, que faça esse estudo no IFFluminense. Na verdade, quem tem feito isso tem sido os próprios servidores nos cursos que realizam de capacitação, o que é muito louvável porque acaba que fica um arcabouço aí para orientar os gestores, mas é preciso ter algo institucional [...] na minha realidade de micro aqui em Santo Antônio de Pádua, eu criei essa Diretoria de Planejamento justamente para tentar minorar um pouco, logicamente que ela também não vai dá conta de tudo.

Quando o Campus Santo Antônio de Pádua foi idealizado, segundo os entrevistados, as expectativas do IFFluminense eram que o Campus pudesse contribuir para o desenvolvimento local e regional, conforme consta na Lei 11.892/08.

A gente projeta para o futuro é que essas instituições tenham uma contribuição decisiva e saiba nesse diálogo com a comunidade [...] contribuir para que possamos romper alguns limites que marcam a própria realidade do desenvolvimento brasileiro. Que a gente possa com essas instituições mudar o que tem ocorrido ao longo de anos, que é a localização restrita de muitos equipamentos públicos importantes para o desenvolvimento socioeconômico, sendo instalados apenas em grandes centros [...] a expectativa é romper com a possibilidade restrita de se ter acesso às instituições públicas relevantes apenas nos grandes centros do país. (ENTREVISTADO 1).

Não há dúvida que expandir o âmbito de atuação dos Institutos Federais é fundamental para elevar o nível de qualidade de vida de muitas pessoas, inclusive o plano de expansão iniciado no ano de 2005 contemplou muitas regiões esquecidas. Entretanto, não basta expandir o campo de atuação sem que haja uma interiorização que atenda as necessidades, primeiramente, de cada região de abrangência do Campus. É preciso considerar as potencialidades da Microrregião de Santo Antônio de Pádua, por exemplo, não há como fechar os olhos para isso nos momentos de escolhas, como é o caso de oferta de cursos.

O pensamento do Entrevistado 3 corrobora a necessidade de realizar ações que fortaleçam os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, conforme preconiza a lei de criação dos Institutos Federais.

Nós temos que fazer a leitura da própria legislação do Instituto [...] quando a gente pensa numa unidade do IFF em qualquer lugar é para o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, então a expectativa é essa, colaborar de alguma forma para esse desenvolvimento, retirando as pessoas dessa situação de vulnerabilidade a partir de uma formação [...] não apenas uma formação estrita, uma formação do saber fazer [...] mas também o saber pensar [...] uma situação que temos que nos atentar é para a pesquisa com egresso quando tivermos. Temos que acompanhar esses alunos de alguma forma, que é mais um desafio para a gestão, pois não é uma prática comum no IFFluminense. (ENTREVISTADO 3).

Uma questão posta nesse trecho transcrito e que também pode contribuir para o mapeamento das potencialidades da região, assim como para diagnosticar as possíveis alterações no contexto socioeconômico da área de atuação do Campus Santo Antônio de Pádua é a pesquisa com egresso. Como o próprio entrevistado disse, não é uma prática comum no IFFluminense, mas que precisa começar a ser pensada para que possa contribuir para novas tomadas de decisões frente as ações desenvolvidas no Campus.

Apenas o Entrevistado 3 foi questionado se há projetos de abrir novos cursos ou extinguir algum já existente no ano de 2017. Ele disse que: “[...] são 3 possibilidades reais para o ano de 2017: Especialização em Cultura, Patrimônio e Educação: diálogos no território; Curso Técnico em Automação Industrial Concomitante; e Curso Técnico em Edificações Concomitante”. (ENTREVISTADO 3). Além disso, ele relatou que há outras perspectivas de abertura de cursos, mas que pode ser inviabilizada pela falta de docentes, como podemos observar em seguida:

Temos um anseio de abrir alguma coisa na área de saúde, que é uma característica do Noroeste Fluminense, mas diante da falta de perspectiva de haver novos códigos de vagas para concursos públicos nos impedem. Se tivermos a possibilidade, talvez seja um técnico em enfermagem, um técnico em radiologia, mas acredito que mais em enfermagem por causa das características do NOF, mas a gente precisa fazer um estudo, principalmente diante desse quadro de dificuldades de novos códigos de vagas para professores. (ENTREVISTADO 3).

Podemos destacar nessa fala que o Entrevistado 3 cita a necessidade de realizar estudos antes de ofertar cursos em outras áreas. Assim, é fundamental o IFFluminense fomentar o mapeamento das potencialidades locais para subsidiar a escolha dos cursos a serem implementados.

Por fim, os Entrevistados foram perguntados se gostariam de fazer alguma consideração. O Entrevistado 3 relatou algo bastante interessante e que talvez possa ser mais uma ação com o intuito de melhorar o diálogo com os atores locais.

A gente pensa em criar o fórum de desenvolvimento local e regional [...] tenho pensado muito nisso este ano, sei que é uma questão complexa porque as pessoas também cobram essa cooperação, mas na hora que você chama eles têm dificuldade, eles não vêm, mas é um desafio colocado pra nós aqui [...] na minha concepção é preciso fazer esse fórum de desenvolvimento local e regional, chamando todas as instituições de ensino, do setor produtivo, além das questões ligadas ao social e cultural para fazermos reuniões periódicas, discutir essa região [...] eu sei que é complicado porque as pessoas têm seus compromissos, além disso, tem a falta de interesse, entre outras coisas. (ENTREVISTADO 3).

Essa possibilidade de articular um fórum de desenvolvimento local e regional poderá, se efetivado, contribuir bastante para as mudanças de rumo de algumas questões que foram efetivadas sem haver um diálogo mais significativo com os atores locais, como por exemplo, o setor produtivo local e as Secretarias de Educação.

Portanto, notoriamente, nas entrevistas foram verificadas que não houve um estudo por parte do IFFluminense mais aprofundado da região de abrangência do Campus Santo Antônio de Pádua para a implantação dos cursos. Isso dificultou para os gestores engajados na implantação do Campus, fazendo com que o diálogo com os atores locais, envolvendo os setores produtivos, sociais e culturais fosse prejudicado.

5.3. CONEXÕES DO CAMPUS SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA COM O PERFIL MICRORREGIONAL DE IMPLANTAÇÃO.

O processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua, como vimos anteriormente nessa dissertação, ocorreu durante a fase III da expansão da Rede

Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esta fase, segundo Relatório de Gestão 2010 da SETEC, teve como um dos objetivos ampliar a presença dessas Instituições Federais em todas as partes do território nacional. O intuito é que essas instituições possam atender de forma qualitativa as principais demandas relacionadas à formação profissional. (MEC/SETEC, 2011).

Entretanto, para que seja possível identificar as principais demandas relacionadas à formação profissional no território de abrangência de um Campus do Instituto Federal, é preciso ir ao encontro do que preconiza o artigo 6º, inciso IV da Lei 11.892/08. Embora o texto desse artigo da citada lei deixe claras as finalidades e características dos Institutos Federais, que deve inclusive ser considerado no processo de implantação de um Campus, verificamos que o entendimento dele, considerando algumas falas dos entrevistados, não condiz com a relevância que se deve ter frente ao processo de implantação de um Campus do IFFluminense, que nesse caso é o Campus Santo Antônio de Pádua.

Dessa forma, diante dos relatos dos entrevistados, da análise da ata da audiência pública realizada, assim como do levantamento das características socioeconômicas da microrregião de implantação do Campus, é possível verificar que durante o processo de implantação o IFFluminense não considerou o que preconiza o artigo 6º da Lei 11.892/08. Como vimos, a falta do mapeamento das potencialidades para subsidiar a escolha dos cursos a serem implementados, conforme constatado nas entrevistas, possivelmente tenha contribuído para aumentar a dificuldade em se criar uma identidade entre o Campus Santo Antônio de Pádua e as representações sociais, culturais e, principalmente, produtivas.

O mapeamento das potencialidades, como deveria ocorrer, não foi realizado, o que houve foram apenas sondagens informais aos estabelecimentos produtivos, mas que não condiz com a importância e grandeza das ações que os Institutos Federais podem desenvolver para contribuir para o desenvolvimento local e regional. Não há nenhum registro formal dos estudos da região, realizado pelo IFFluminense, até mesmo para subsidiar gestões futuras nas escolhas de novos cursos. Assim, não houve um estudo mais efetivo para compreender as características do território de abrangência do Campus.

Outra questão constatada é que a falta desse mapeamento das potencialidades, que poderia subsidiar a escolha de cursos de acordo com as características da região de abrangência, é um grave problema institucional, pois não é uma prática efetiva do IFFluminense. Isso leva à replicação dos cursos já existentes em outros campi devido à expertise já instalada, ratificando uma postura conservadora. Dessa forma, são abandonadas as articulações envolvendo o IFFluminense e os atores inseridos no território, como por exemplo, instituições do setor produtivo, social e cultural local. Essa articulação, quando realizada, pode possibilitar uma efetivação do projeto de expansão e interiorização de forma significativa para contribuir para o desenvolvimento das regiões onde tem instalado um Campus.

Conforme constatamos nas entrevistas realizadas, o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais ficou esquecido durante o processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua. Por mais que os Entrevistados 1 e 2 tenham buscado mostrar que a escolha dos cursos foi com base no mapeamento das potencialidades, não compreendemos que os argumentos são significativos, muito menos há registros que comprovem as falas dos referidos entrevistados. Além disso, a falta desse mapeamento, não apenas na implantação do Campus Santo Antônio de Pádua, mas também de uma forma geral no IFFluminense, foi ratificada na fala do Entrevistado 3.

Assim, o processo de expansão do IFFluminense até ocorre, tendo em vista que a área territorial tem sido alargada. Já a interiorização, atendendo aos preceitos da aproximação com as características de cada região de implantação não tem ocorrido, provavelmente, se o processo de implantação de outros campi tiver sido realizado como ocorreu no Campus Santo Antônio de Pádua. Essas contradições devem ser analisadas por essas instituições para que sejam corrigidas as falhas e possam realmente ir ao encontro do que preconiza a lei de criação dos Institutos Federais, que é contribuir para o desenvolvimento local e regional. Isto requer uma atuação contextualizada e articulada com a região de abrangência. Para isso, é preciso fomentar ações considerando as demandas das diversas representações, desde as grandes empresas, passando pelos pequenos empreendimentos, além dos movimentos sociais e culturais locais.

Destacamos a importância do IFFluminense atender às demandas locais, mas também não pode deixar de pensar na melhoria de vida e da relação de trabalho entre empregado e empregador. Para isso, é preciso ofertar uma educação de qualidade que possa satisfazer os anseios tanto de uma formação profissional quanto humanística, para que os estudantes e futuros profissionais possam construir seu próprio caminho de forma crítica e reflexiva. Dessa forma, o Campus Santo Antônio de Pádua precisa dialogar com as diversas representações, incluindo o setor privado. Entretanto, não pode perder seu caráter público, buscando sempre o empoderamento das pessoas.

O PNE 2014-2024 corrobora o que acabamos de dizer. A meta 11 ratifica o dever dos Institutos Federais em expandir a quantidade de matrículas na educação profissional, considerando sua responsabilidade na ordenação territorial, sua vinculação com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais. (BRASIL, 2014). Por isso, é preciso conhecer as características da região de abrangência e, a partir daí, definir a oferta de cursos, mas pelo que podemos observar em algumas falas do Entrevistado 3, não foi o que ocorreu durante a implantação do Campus Santo Antônio de Pádua.

Uma das questões que corrobora a fala do Entrevistado 3, ao dizer que a escolha dos cursos no Campus Santo Antônio de Pádua foi influenciada pelo fato dos gestores do IFFluminense que geriram a implantação inicialmente serem originários de um Campus com forte atividade na área de indústria, é a própria implantação de um curso na área de Edificações.

O setor da construção civil como podemos observar, no levantamento dos dados socioeconômicos realizado nesse trabalho, mais especificamente no capítulo 2, é o setor com menor representatividade em relação ao percentual de empresas e o que tem menos impacto no número de empregos na MSAP, com destaque negativo principalmente para os Municípios de Cambuci com 0,3%, Itaocara apenas 1,5% e Aperibé com 2,2%. Esse baixo índice da construção civil nos chama atenção para uma questão importante nessa dissertação, que é se o IFFluminense realizou o mapeamento das potencialidades e buscou dialogar com o setor produtivo local durante o processo de implantação do Campus e escolha dos cursos a serem implantados

O número de estabelecimentos do setor da construção civil existente, agregando todos os municípios da MSAP, representa apenas 2,8% das empresas da microrregião, percentual bem abaixo dos setores de Comércio, Serviços, Agropecuária e Indústria com 43,6%, 23,4%, 17,4% e 16,1%, respectivamente. Dessa forma, não visualizamos justificativas pertinentes para a implantação desse curso e deixar de oferecer cursos de acordo com as demandas apresentadas pela sociedade civil e setor produtivo local.

Um exemplo de curso que poderia ser implementado é o Curso Técnico em Celulose e Papel, referente ao Eixo de Produção Industrial, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de 2016. Este exemplo se refere a curso técnico. Entretanto, o Campus Santo Antônio de Pádua, caso não tenha possibilidade de ofertar um curso com carga horária mais complexa nessa área, em um primeiro momento, pode iniciar com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), pensando até na construção de itinerários formativos para os trabalhadores. O que não pode ocorrer é continuar não considerando as características da região onde está inserido, pelo fato de haver gestores com experiência em algumas áreas em outros campi do IFFluminense.

Mesmo sendo algo complexo, conforme ressaltou o Entrevistado 3, o estreitamento do diálogo com os atores inseridos no território de abrangência do Campus Santo Antônio de Pádua é fundamental para fazer com que essa Instituição Federal possa contribuir para o desenvolvimento da região. A falta de uma orientação mais efetiva do MEC, como relatou o Entrevistado 3, deve ser compensada com ações internas que busque fomentar o diálogo, algo que tem sido observado a partir da gestão do Campus Santo Antônio de Pádua, iniciada no ano de 2016. Houve a criação de uma Diretoria de Planejamento Institucional para tentar fomentar esse diálogo com as representações locais, algo esquecido dentro do IFFluminense, conforme constatado nas entrevistas e que possivelmente tenha dificultado o processo de implantação do Campus.

Uma ação que está prevista para ocorrer no ano de 2017 é o início de um curso de pós-graduação Lato Sensu em “Cultura, Patrimônio e Educação: diálogos no território”. Esse curso tem previsão de iniciar no segundo semestre e de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, visa contribuir para a formação continuada dos

docentes da Rede Pública Municipal e Estadual de Educação, indo ao encontro do papel que o Instituto Federal de Educação tem em relação à contribuição para a formação docente.

Compreendemos a complexidade que é a implantação de um Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em qualquer parte do País. Entretanto, o que não pode deixar de ocorrer por parte dessas instituições é buscar ao menos ouvir e tentar fazer do território de implantação, um ambiente em que as instituições e as pessoas inseridas ali, se percebam como parte dessas instituições. Para que isso ocorra, é preciso deixar de priorizar a replicação de cursos já oferecidos em outros campi, deixando de considerar as potencialidades locais, e começar a articular com as representações sociais, culturais e produtivas a partir de estudos que possam subsidiar as escolhas dos cursos e embasar ações futuras de cada Campus.

O IFFluminense pode ser uma referência para promover encontros e debates. O que vai definir o futuro enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão é a maior ou menor aproximação com a comunidade. Servir a ela é o nosso sentido de existir e a certeza de um futuro promissor. Castioni e Souza (2012) nos fazem refletir sobre os desafios dos Institutos Federais na promoção do desenvolvimento local:

Em passado muito recente, muitas dessas escolas estavam de costas para a realidade local. Nesse ponto, entra novamente a questão da territorialidade. Nós não temos essa figura na nossa estrutura federativa. Precisaríamos ter, mas não temos. O território é uma abstração e um desafio para o nosso planejamento. Muitos dos problemas dos municípios estão além das fronteiras dele e, claro, também as oportunidades. Do que adianta um município tratar o problema do seu esgoto a jusante se a montante é o seu vizinho que polui o rio? Esse exemplo visa mostrar que é necessário, na qual, os termos uma figura institucional que ligue um conjunto de municípios que junte instâncias estaduais e que tenha a União presente. [...] Como você convence um conjunto de municípios a pensar articuladamente o seu futuro? Será que o Instituto Federal não pode ser essa referência? (CASTIONI e SOUZA, 2012, p. 52-53)

Portanto, o momento que o Campus Santo Antônio de Pádua vivencia é de consolidação. Por isso, precisa pensar em ações que possam contribuir para a construção de uma identidade com as características de sua região de abrangência. Um passo importante foi dado, que é a criação da Diretoria de Planejamento

Institucional, que tem buscado realizar uma articulação para que haja um diálogo mais efetivo. Assim, a partir de janeiro do ano de 2017, diversos servidores do Campus Santo Antônio de Pádua têm se reunido, inclusive com estudiosos em desenvolvimento local e regional, para tentar construir um ambiente em que tanto os servidores do Campus quanto a população atendida consigam dialogar e compreender a importância do Campus Santo Antônio de Pádua para a região em que foi implantado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Esta dissertação teve como propósito analisar a implantação do Campus Santo Antônio de Pádua do IFFluminense, considerando a oferta de cursos e suas conexões com o perfil socioeconômico da MSAP, tendo em vista a proposta de regionalização presente no projeto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esse propósito do trabalho se deve ao fato da nova institucionalidade a partir do ano de 2008, denominada Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e suas finalidades e características explícitas na Lei 11.892/08, sendo o desenvolvimento local e regional uma delas.

Por isso, a realização de pesquisas envolvendo o Campus Santo Antônio de Pádua diante das potencialidades do território de abrangência é importante para contribuir para a consolidação de uma política pública significativa de EPT.

Uma das questões que gerou inquietação ao escolher o projeto dessa pesquisa foi como o Campus Santo Antônio de Pádua escolheu os cursos ofertados no ano de 2016 e como foi a articulação com as representações sociais, culturais e produtivas, além das conexões entre os cursos oferecidos e o perfil da MSAP. Para se chegar a algumas constatações, utilizamos dados da pesquisa bibliográfica, análise documental, dados estatísticos e pesquisa empírica.

Para subsidiar as pesquisas, discorreu-se, inicialmente, de forma sucinta, sobre os caminhos da EPT no Brasil a partir da CF de 1988, demonstrando que a EPT não foi incluída de forma explícita na CF de 1988 e na LDB 9.394/96. Além disso, fizemos uma abordagem dos Decretos 2.208/97 e 5.154/04, sendo permeados pelo conceito de educação integrada. Foi exposto também o processo

de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sua reestruturação administrativa, pedagógica e física, incluindo a nova institucionalidade, que é criação dos Institutos Federais.

Destaca-se que com a nova institucionalidade houve a possibilidade de um resgate, através do Decreto 5.154/04, de retomar o ensino integrado. Foi observado que está havendo uma importante expansão dos campi dos Institutos Federais pelo país, favorecendo muitos municípios com poucas oportunidades educacionais.

Posteriormente, foi realizada a caracterização da MSAP, com a análise de aspectos demográficos, econômicos e sociais, com o intuito de contribuir para a problematização sobre as conexões dos cursos oferecidos com o perfil microrregional. Constatamos que tem municípios na MSAP perdendo população.

Em relação às questões econômicas, os municípios que compõe a MSAP têm maior dependência dos setores de Serviços, Comércio e Administração Pública, quando analisamos o PIB. Santo Antônio de Pádua se destaca, principalmente, nos Serviços e Comércio. Já na Administração Pública é o que menos tem representatividade quanto ao PIB. Na Indústria, todos os municípios ficam com percentual abaixo do que constatamos com o ERJ, mas quando comparamos com a Região NOF, Santo Antônio de Pádua é o único que consegue superar o percentual da Região NOF, demonstrando ter importante contribuição para a economia da MSAP e para a Região NOF, além de ter um perfil um pouco diferente dos outros municípios da MSAP. O PIB dos setores referente ao Município de Santo Antônio de Pádua só não supera o dos demais municípios da MSAP quando se refere à Administração Pública e Agropecuária.

Quando foi analisado o número de estabelecimentos, por setor da atividade econômica, verificamos que a Região NOF tem maior concentração dos estabelecimentos nos setores de Comércio e Serviços. Já na MSAP, o Comércio segue a realidade da Região NOF, mas em alguns municípios, os Serviços são superados pela Indústria e Agropecuária. A Construção Civil continua sendo o setor que possui menor representatividade. Ratificando a relevância do Município de Santo Antônio de Pádua, diante dos dados analisados, é o município que possui maior percentual dos estabelecimentos dentre os municípios da MSAP.

Os empregos formais na Região NOF estão mais concentrados nos setores de Comércio, Administração Pública e Serviços, tendo a Construção Civil com menor número de empregos formais. Na MSAP é um pouco diferente, pois a Administração Pública é a maior empregadora, seguida pelo Comércio e Indústria. Dentre os municípios da MSAP, Santo Antônio de Pádua é o único município que emprega mais no setor de Indústria do que na Administração Pública.

Depois de fazer a caracterização da MSAP, buscamos compreender a trajetória do processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua. Para isso, a ata da audiência pública, as proposições de cursos enviadas por email e as entrevistas com os gestores que participaram da implantação foram importantes para a análise.

Um desafio para os novos campi, que inclui o Campus Santo Antônio de Pádua, é que muitos municípios têm a Administração Pública como maior empregadora. Esse é um desafio para os Institutos Federais, pois um de seus principais objetivos é contribuir para o desenvolvimento local e regional e a inserção dos formandos no mundo do trabalho pode contribuir para isso. Dessa forma, a falta do mapeamento das potencialidades locais, conforme constatado nas entrevistas é um grave problema institucional, pelo fato de ser um agravante para a possibilidade de inserção dos estudantes no mercado de trabalho, em um ambiente com oportunidades de emprego mais reduzidas. É necessário que o Campus busque uma articulação maior com as representações sociais, culturais e produtivas, visando aproximar-se das características da MSAP.

Dos cursos ofertados no Campus Santo Antônio de Pádua, ficou explícito nessa dissertação, quando analisamos os aspectos econômicos, que o curso de Edificações, por exemplo, não está de acordo com o perfil da MSAP. Além disso, nenhum curso sugerido pelas representações, que foi registrado na ata da audiência pública realizada foi implementado. Essa conexão do Campus Santo Antônio de Pádua com o perfil microrregional tende a ficar comprometida com a falta do mapeamento das potencialidades, por não ser uma prática institucional do IFFluminense. Além disso, a falta desses estudos e de seus registros dificulta as tomadas de decisão dos gestores que participam de um processo de implantação.

A gestão do Campus Santo Antônio de Pádua adotou no ano de 2016 uma estratégia que pode ser fundamental para melhorar o diálogo com as representações locais, e assim, buscar atender as demandas observadas e registradas, que foi a criação da Diretoria de Planejamento Institucional. Pelo fato da MSAP não ser composta por municípios grandes, é necessário aproximar-se dos anseios da comunidade para que o Campus Santo Antônio de Pádua possa contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local, diante da falta de investimentos públicos.

Portanto, compreendemos que durante o processo de implantação de um Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia são várias as dificuldades enfrentadas, mas essas instituições têm o papel de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local e regional e isso não pode ser esquecido. É preciso dialogar com as representações sociais, culturais e produtivas para que consiga efetivar ações significativas que possam impactar na qualidade de vida das pessoas. Por isso, mesmo sendo uma instituição recente, é preciso compreender as características de cada região de implantação de um Campus. A implantação de uma instituição como o Campus Santo Antônio de Pádua, apesar de depender do diálogo com outros atores inseridos no território para induzir o desenvolvimento, precisa ser referência para que ocorra essa articulação entre atores públicos e privados, principalmente. Por isso, é necessário sempre repensar seu papel, a concretização ou não de seus objetivos e o caminho a percorrer.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. C. de.; SUHR, I. R. F. Educação Profissional no Brasil: a construção de uma proposta educativa dual. **Revista Intersaberes**, v.7 n.13, p. 81 – 110, jan. – Jun. 2012. Disponível em: <<http://www.grupouninter.com.br/intersaberes/index.php/revista/article/view/248/15>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

AMORIM, R. F. Educação Profissional e Formação Integrada do Trabalhador na Legislação Brasileira: avanços, retrocessos e desafios. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT)**, v. 1, n. 10, 2015. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3504>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 12 dez 2016.

_____. **Ranking:** todo Brasil: 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>> - Acesso em: 19 nov. 2016.

BASSO, D.; BEZERRA NETO, L. D. As Influências do Neoliberalismo na Educação Brasileira: algumas considerações. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí – UF**, v.1, n.16, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/rir/article/view/29044/17224>> Acesso em: 12 jul. 2016.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014:** que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>> Acesso em: 03 ago. 2016.

_____. _____. **Projeto de lei 8.035/10 (PNE – 2011 -2020):** Projeto em tramitação no Congresso Nacional. Cadernos CEC. Brasília, n.1, 2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>> Acesso em: 03 ago. 2016.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Contribuição dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia para as organizações produtivas e o desenvolvimento local. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, 4, 2009, Brasília, DF. **Anais....** Brasília, DF: MEC, IFSC, 2010. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/conferenciaapl/modulos/arquivos/MariaClaraKaschnySchneider.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. _____. (MEC, 2007). **Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. _____. **Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>> Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. _____. **Portaria 378 de 09 de maio de 2016:** dispõe sobre a autorização de funcionamento de unidades dos Institutos Federais e atualiza a relação de unidades que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=32151>> Acesso em: 18 ago. 2016.

_____. _____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (MEC/SETEC, 2008)). **Políticas de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: <http://www.abmbrasil.com.br/cim/download/20081118_abmmg_luiscaldas.pdf> Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. _____. (MEC/SETEC, 2010). **Prestação de contas ordinária: relatório de gestão.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8006-relatorio-gestao-2010-setec-versaofinal-cgu-pdf&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 21 jul. 2016.

_____. . PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 20 jun. 2016.

_____. _____. **Decreto Nº 5.154 de 23 de Julho de 2004:** regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm> Acesso em: 16 jul. 2016.

_____. _____. **Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm> Acesso em 20 jun. 2016.

_____. _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 11 ago. 2016.

_____. _____. **Lei n. 9.649, de 27 de maio de 1998:** dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649compilado.htm> Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. _____. **Lei n. 11.195, de 18 de novembro de 2005:** dá nova redação ao § 5º do art 3º da Lei 8.948 de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11195-18-novembro-2005-539206-publicacaooriginal-37266-pl.html>> Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. _____. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008:** institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em: 03 ago. 2016.

_____. _____. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. _____. **Medida Provisória 746 de 22 de setembro de 2016:** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm> Acesso em: 21 out. 2016.

CASTIONI, R. (org.); SOUZA, E. C. L (org.). **Institutos federais**: os desafios da institucionalização. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. p. 45-55.

CERQUEIRA, J. B. A. de. Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 39, p.169-189, jul-dez. 2008. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/39/1.7_uma_visao_do_neoliberalismo.pdf> Acesso em: 12 jul. 2016.

ClAVATTA, M. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, ano 3, n. 3, p. 01-20, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_CIAVATTA.pdf> Acesso em: 04 jul. 2016.

CORBUCCI, P. R. et. al. Vinte Anos da Constituição Federal de 1988: avanços e desafios na educação brasileira. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Brasília-DF: IPEA, 2009. p. 17-81. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/bps_completo_2.pdf> Acesso em: 21 jun. 2016.

COSTA, D. S. A Universalização da Educação Básica no Estado Constitucional. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E=PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, 17, 2009, 04-07 nov; São Paulo. **Anais....** São Paulo: CONPEDI, 2010. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2039.pdf> Acesso em: 30 jun. 2016.

COSTA, F. L. O. O Estado neoliberal e a promulgação da educação enquanto mercadoria. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 2, nov; 2012. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/203/209>> Acesso em: 14 jul. 2016.

CHRISTOPHE, M. **A legislação sobre a educação tecnológica no quadro da educação profissional brasileira.** Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Gestao_de_cooperativas/educacao%20tecnologica.pdf> Acesso em: 14 jul. 2016.

DIAS SOBRINHO, J. D. Avaliação e Transformações da Educação Superior Brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2016.

DUARTE, C. S. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas-SP, v. 28, n. 100, p. 691- 713, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0428100.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2016.

FRIGOTTO, G. Anos 1980 e 1990: a relação entre o estrutural e o conjuntural e as políticas de educação tecnológica e profissional. In: _____; CIAVATTA, Maria. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006. p. 25-53.

_____. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas-SP, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan-jun; 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>> Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5 n. 3, p. 521-536, nov.2007/fev.2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v5n3/11.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2016.

_____.; CIAVATTA, M. Educar o Trabalhador Cidadão Produtivo ou o ser Humano Emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, v.1, n.1, p.45-60, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/05.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. _____.; RAMOS, M. A Gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Trabalho Necessário**, p.01-26, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_CIAVATTA_M_FRIGOTTO_RAMOS.pdf> Acesso em: 12 jan. 2016.

_____.; _____.; _____. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego (Antiga Metodologia)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pme_met2.shtm>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. (IBGE, 2010). **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura: 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2010/default_zip_meso.shtm> Acesso em 26 out. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE (IFF, 2015). **IFF inaugura campus no Noroeste Fluminense**. Disponível em: <<http://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/santo-antonio-de-padua/noticias/iff-inaugura-campus-no-noroeste-fluminense>> Acesso em: 18 ago. 2016.

_____. (IFF, 2013). **IFF realiza audiência pública em Santo Antônio de Pádua**. Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/campus/reitoria/noticias/iff-realiza-audiencia-publica-em-padua>> Acesso em: 18 ago. 2016.

_____. (IFF, 2015). **Projeto pedagógico curso capacitação para servidores do IFFLUMINENSE e a educação profissional e tecnológica e os IFF: desafios e possibilidades**. Disponível em: <http://escoladeformacao.iff.edu.br/pluginfile.php/100/mod_resource/content/2/PPC%20-%20Vers%C3%A3o%20Junho%202015.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. (IFF, 2013). **Relatoria da Audiência Pública de implantação do campus Santo Antônio de Pádua do Instituto Federal Fluminense**. Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/campus/reitoria/arquivos/docs-2013/banner-audiencia-publica-santo-antonio-de-padua/Relatoria%20da%20Audiencia%20Publica%20Padua.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2016.

MOTA JUNIOR, W. P. da. MAUÉS, O. C. O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out-dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n4/10.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2016.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.F de; TOSCHI. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, L. R. de S. A Carta de 1988 e a educação profissional e tecnológica: interpretação de um direito e balanço aos vinte anos de vigência. Competência: **Revista da Educação Superior do SENAC-RS**, v. 1, p. 11-28, 2008. Disponível em: <<http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2010/06/A-CARTA-DE-8-E-A-EDUCA%C3%87%C3%83O-PROFISSIONAL-EECNOL%C3%93GICA.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2016.

NEVES, L. M. W. **Educação e política no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, F. de. Neoliberalismo à brasileira. In: GENTILI, Pablo (org.); SADER, Emir (org.). **Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 24-28.

OLIVEIRA, R. A. **Qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

OTRANTO, C. R. **A política de educação profissional do governo Lula**. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/GT11-315%20int.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Limites e Possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, DF: v. 16, n. 30. 2010. p. 71-88. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/1429/1065>> Acesso em: 03 ago. 2016.

_____. (org.). **Perspectivas da educação profissional técnico de nível médio: propostas de diretrizes curriculares**. São Paulo: Moderna, 2012. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A8337ECDC2B0137ED025BFE393C>> Acesso em: 19 Jul. 2016.

PEREIRA, L. A. C. **A Rede Federal de Educação Tecnológica e o Desenvolvimento Local**, 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Candido Mendes. Campos dos Goytacazes-RJ, 2003. Disponível em: <https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2012/10/luiz_augusto_caldas_pereira.pdf> Acesso em: 21 jul. 2016.

RAMOS, M. N. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 401-422, set; 2002. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/mn_ramos.pdf> Acesso em 14 jul. 2016.

_____. Reforma da Educação Profissional: contradições na disputa por Hegemonia no regime de acumulação flexível. **Trabalho, Educação, Saúde**, v. 5 n. 3, p. 545-558, nov; 2007; fev; 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v5n3/13.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2016.

SAVIANI, D. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)**, v. 29, n.2, p. 207-221, mai/ago. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/43520/27390>> Acesso em: 30 jun. 2016.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS. **Panorama Mineral do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <www.drm.rj.gov.br/.../79-panorama-mineral-2014?...295%3Apanorama-mineral-do-estadodoriodejaneiro/PANORAMA_2012_REVsite.pdf> Acesso em: 22 jan. 2017.

SISTEMA FIRJAN. Retratos Regionais. **Perfil Econômico Regional**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908A8F4EBC426A014ECFCDF55C0771&inline=1>> Acesso em: 17 nov. 2016.

SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, C. de M. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 563-624, jul-set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a10v21n80.pdf>> Acesso em: 04 jul. 2016.

THERBORN, Göran. A trama do Neoliberalismo: Mercado, crise e exclusão social. In: GENTILI, Pablo (org.); SADER, Emir (org.). **Pós- neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 139-180.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudos Socioeconômico dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/70>> Acesso em: 19 nov. 2016.

VERONESE, J. R. P.; VIEIRA, C. E. A Educação Básica na Legislação Brasileira. **Revista Sequência**, n. 47, p. 99-125, dez; 2003. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/1245-1259-1-PB.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2016.

APÊNDICE 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO REALIZADO COM O ENTREVISTADO 1

Perguntas:

- (1) Nome e ocupação atual no IFFluminense.
- (2) Quando o Município de Santo Antônio de Pádua, no ano de 2011, foi escolhido como beneficiário da expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, qual era o local de sua lotação? Qual função o senhor desempenhava?
- (3). Qual o período (mês e ano) compreendeu a sua gestão como Reitor do IFFluminense?
- (4) O senhor tem conhecimento de como ocorreu o processo de escolha do Município de Santo Antônio de Pádua para receber um Campus do IFFluminense? Quais requisitos foram considerados no momento da escolha?
- (5) O senhor sabe dizer se a Reitoria participou junto ao MEC desse processo? Como foi essa participação?
- (6). Como foi sua participação no processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua?
- (7) Como se desenvolveu a articulação entre o IFFluminense e o poder local municipal para que fosse efetivada a implantação do Campus Santo Antônio de Pádua? Quais foram os interlocutores desse processo? Como o senhor avalia o

interesse do poder local municipal no engajamento para ter uma Instituição Federal de Educação instalada no território?

(8). Os cursos oferecidos pelo Campus Santo Antônio de Pádua são os seguintes: Técnico em Automação Industrial integrado ao ensino médio; Técnico em Edificações integrado ao ensino médio; Técnico em Administração integrado ao ensino médio; Técnico em Logística integrado ao ensino médio - PROEJA; e Técnico em Mecânica Concomitante ao ensino médio. Este último é oferecido no Município de Cordeiro, RJ. Qual (ais) o senhor participou do processo de escolha?

(9). Como foram definidos os cursos que seriam ofertados inicialmente no Campus Santo Antônio de Pádua? Quais sujeitos participaram desse processo?

10). Na época da escolha dos cursos a serem implementados, como foi a participação da sociedade civil e do setor produtivo local? Qual instrumento foi utilizado para o diálogo?

11) O senhor tem conhecimento, se a partir desse diálogo com setores da sociedade civil e com o setor produtivo local, houve solicitação formal ao IFFluminense para que implementasse algum curso no Campus Santo Antônio de Pádua com o intuito de atender as demandas locais? Qual (ais) curso (os)? O senhor conseguiu implementar algum curso sugerido, até o final do seu mandato como Reitor?

(12). Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades para conseguir definir os cursos a serem implementados?

(13). No seu entendimento, qual a compreensão deve-se ter do Art. 6º, inciso IV da Lei 11.892/08? O texto diz o seguinte: Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (BRASIL, 2008).

(14) O IFFluminense conseguiu realizar o mapeamento da vocação produtiva da Microrregião de Santo Antônio de Pádua para contribuir para a definição dos cursos a serem ofertados? Como foi realizado o mapeamento?

(15) Quais eram as expectativas do IFFluminense em relação à implantação do Campus Santo Antônio de Pádua? Que tipo de contribuição para a região de abrangência foi idealizada?

(16) Tem alguma consideração que o senhor deseja fazer em relação ao que foi exposto na entrevista?

APÊNDICE 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO REALIZADO COM O ENTREVISTADO 2

Perguntas:

- (1). Nome e ocupação atual no IFFluminense.
- (2). Quando o Município de Santo Antônio de Pádua, no ano de 2011, foi escolhido como beneficiário da expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, qual era o local de sua lotação? Qual função o senhor desempenhava?
- (3). Qual o período (mês e ano) compreendeu a sua gestão como Diretor Geral do Campus Santo Antônio de Pádua do IFFluminense?
- (4). O senhor tem conhecimento de como ocorreu o processo de escolha do Município de Santo Antônio de Pádua para receber um Campus do IFFluminense? Quais requisitos foram considerados no momento da escolha?
- (5). Como foi sua participação no processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua?
- (6). Como se desenvolveu a articulação entre o IFFluminense e o poder local municipal para que fosse efetivada a implantação do Campus Santo Antônio de Pádua? Quais foram os interlocutores desse processo?
- (7). Os cursos oferecidos pelo Campus Santo Antônio de Pádua são os seguintes: Técnico em Automação Industrial integrado ao ensino médio; Técnico em Edificações integrado ao ensino médio; Técnico em Administração integrado ao

ensino médio; Técnico em Logística integrado ao ensino médio (PROEJA) e Técnico em Mecânica Concomitante ao ensino médio. Este último é oferecido no Município de Cordeiro, RJ. Qual (ais) o senhor participou do processo de escolha?

(8). Como foram definidos os cursos que seriam ofertados inicialmente no Campus Santo Antônio de Pádua? Quais sujeitos participaram desse processo?

(9). Na época da escolha dos cursos a serem implementados, como foi a participação da sociedade civil e do setor produtivo local? Qual instrumento foi utilizado para o diálogo?

(10). O senhor tem conhecimento, se a partir desse diálogo com setores da sociedade civil e com o setor produtivo local, houve solicitação formal ao IFFluminense para que implementasse algum curso no Campus Santo Antônio de Pádua com o intuito de atender as demandas locais? Qual (ais) curso (os)? O senhor conseguiu implementar algum curso sugerido, até o final do seu mandato como Diretor Geral?

(11). Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades para conseguir definir os cursos a serem implementados?

(12). No seu entendimento, qual a compreensão deve-se ter do Art. 6º, inciso IV da Lei 11.892/08? O texto diz o seguinte: Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (BRASIL, 2008).

(13) O IFFluminense conseguiu realizar o mapeamento da vocação produtiva da Microrregião de Santo Antônio de Pádua para contribuir para a definição dos cursos a serem ofertados? Como foi realizado o mapeamento?

(14). Quais eram as expectativas do IFFluminense em relação à implantação do Campus Santo Antônio de Pádua? Que tipo de contribuição para a região de abrangência foi idealizada?

(15). Tem alguma consideração que o senhor deseja fazer em relação ao que foi exposto na entrevista?

APÊNDICE 3: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO REALIZADO COM O ENTREVISTADO 3

Perguntas:

- (1). Nome e ocupação atual no IFFluminense.
- (2). Quando o Município de Santo Antônio de Pádua, no ano de 2011, foi escolhido como beneficiário da expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, qual era o local de sua lotação? Qual função o senhor desempenhava?
- (3). Desde quando (mês e ano) o senhor está na gestão participando do processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua?
- (4). O senhor tem conhecimento de como ocorreu o processo de escolha do Município de Santo Antônio de Pádua para receber um Campus do IFFluminense? Quais requisitos foram considerados no momento da escolha?
- (5). Como se desenvolveu a articulação entre o IFFluminense e o poder local municipal para que fosse efetivada a implantação do Campus Santo Antônio de Pádua? Quais foram os interlocutores desse processo? Como o senhor avalia o interesse do poder local municipal no engajamento para ter uma Instituição Federal de Educação instalada no território?
- (6). Como tem sido a sua participação no processo de implantação do Campus Santo Antônio de Pádua? Quais são as ações desenvolvidas que visam estreitar o diálogo com a sociedade civil e com o setor produtivo local?

(7). Os cursos oferecidos pelo Campus Santo Antônio de Pádua são os seguintes: Técnico em Automação Industrial integrado ao ensino médio; Técnico em Edificações integrado ao ensino médio; Técnico em Administração integrado ao ensino médio; Técnico em Logística integrado ao ensino médio - PROEJA; e Técnico em Mecânica Concomitante ao ensino médio. Este último é oferecido no Município de Cordeiro, RJ. Qual (ais) o senhor participou do processo de escolha?

(8). Como foram definidos os cursos que seriam ofertados inicialmente no Campus Santo Antônio de Pádua? Quais sujeitos participaram desse processo?

(9). Na época da escolha dos cursos a serem implementados, como foi a participação da sociedade civil e do setor produtivo local? Qual instrumento foi utilizado para o diálogo?

10) O senhor tem conhecimento, se a partir desse diálogo com setores da sociedade civil e com o setor produtivo local, houve solicitação formal ao IFFluminense para que implementasse algum curso no Campus Santo Antônio de Pádua com o intuito de atender as demandas locais? Qual (ais) curso (os)? Algum curso foi efetivamente implementado até o ano de 2016 ou tem expectativa de ser implementado no ano de 2017?

(11). Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades para conseguir definir os cursos a serem implementados?

(12). No seu entendimento, qual a compreensão deve-se ter do Art. 6º, inciso IV da Lei 11.892/08? O texto diz o seguinte: Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. (BRASIL, 2008).

(13). O IFFluminense conseguiu realizar o mapeamento da vocação produtiva da Microrregião de Santo Antônio de Pádua para contribuir para a definição dos cursos a serem ofertados? Como foi realizado o mapeamento?

(14). Quais eram as expectativas do IFFluminense em relação à implantação do Campus Santo Antônio de Pádua? Que tipo de contribuição para a região de abrangência foi idealizada?

(15). Há projetos de se abrir novos cursos ou extinguir algum já existente? Qual (ais)?

(16). Tem alguma consideração que o senhor deseja fazer em relação ao que foi exposto na entrevista?